

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Fevereiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1106 • Director: Carlos Brito



**Carlos Carvalho, em Alpiarça,
lança desafio aos outros partidos**

Deixem a conversa fiada!

Desafiamos, por isso o PSD, o PS e o CDS a pronunciarem-se contra os financiamentos dos partidos pelas empresas, ficando assim com a oportunidade de demonstrarem que as suas propostas são mais do que conversa fiada, que são mais do que demagogia eleitoralista

Págs. 4 e 5

XIV Assembleia Mundial da FMJD
**Jovens de todo o mundo
em luta
por um futuro melhor**

Págs. 20 e 21

ACORES

Reportagem
por Henrique Custódio

o paraíso que dói



Hoje jornada nacional da CGTP

Pág. 9

Deixem os portugueses pensar e escolher!

• Artigo de
Vitor Dias

Pág. 18

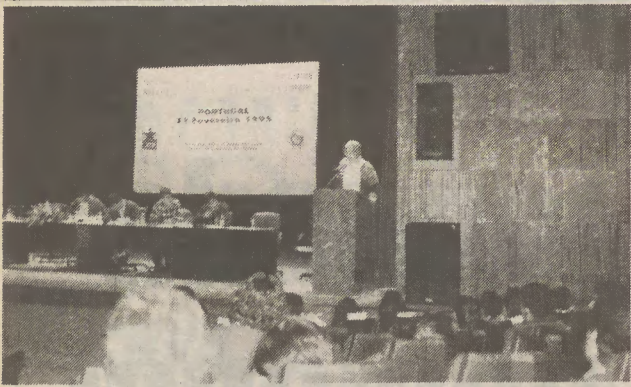
64.º aniversário do «Avante!»

Pág. 19

Reflexões sobre o Afeganistão

• Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 e 25



XIV Assembleia da FMJD reúne no Seixal

RESUMO

8 Quarta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se ao Palácio de Belém, reclamando a dissolução da AR, a demissão do Governo e antecipação das eleições, pois o país «não pode ficar mais dez meses em marasmo económico» ■ O Presidente da República requer a nulidade do acórdão do Tribunal Constitucional sobre a fiscalização preventiva do decreto que altera a Lei de Imprensa ■ O ministro das Finanças considera como boa a sua actuação ■ Os EUA, a Holanda, o Canadá e a Austrália pedem esclarecimentos à Indonésia sobre a morte de seis timorenses abatidos em Janeiro ■ No início do debate anual sobre o estado da nação, no Parlamento espanhol, Felipe González «ignora» o escândalo dos GAL ■ Israel e a OLP não chegam a acordo no encontro do Cairo sobre as eleições para o Conselho de Autonomia Palestiniana.

9 Quinta-feira

É noticiado que na terça-feira deu à costa um caixote de munições que estaria nos porões do S. Miguel ■ D. Ximenes Belo diz que vai escrever uma carta à ONU, denunciando o assassinio de civis timorenses pelo exército indonésio ■ Timorenses que trabalham para o exército indonésio e habitantes de Díli envolvem-se em confrontos ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova a Unavem III, operação de manutenção da paz em Angola ■ Um sismo abala a Colômbia, provocando trinta mortos.

10 Sexta-feira

A CGTP, em audiência com Mário Soares, defende a necessidade de pôr termo à actual política ■ «Os Verdes» acusam de prepotência Vasco Franco, vereador da Câmara de Lisboa, por ter mandado demolir uma habitação na Musgueira, tendo-se comprometido na assembleia municipal a reanalisar a situação dos residentes ■ É anunciada a descoberta de um núcleo de gravuras rupestres perto de Foz Côa ■ Dois elementos do grupo «ninja» que tem vindo a aterrorizar timorenses são capturados e espancados por populares ■ Pérez Mariño, deputado independente do PSOE, vota com a oposição para que investiguem os «fundos secretos» ■ Colunas do exército mexicano movem-se em Chiapas, depois de Zedillo ter desencadeado uma caça aos cinco líderes da guerrilha zapatista.

11 Sábado

Em Alpiarça, o secretário-geral do PCP diz que «o Governo está moribundo» ■ Um «pipe line» da refinaria da Petrogal de Matosinhos sofre uma ruptura, provocando o derrame de nafta na praia da Leça de Palmeira ■ O Governo indonésio anuncia que os soldados responsáveis pela morte de seis timorenses poderão ser julgados em tribunal marcial ■ Cem mil pessoas manifestam-se, na cidade do México, por uma saída pacífica para o conflito de Chiapas, numa das

maiores concentrações políticas dos últimos anos ■ As forças russas começam a evacuar as primeiras unidades da capital tchetchena ■ O chefe do Governo polaco defende a convocação de eleições antecipadas, se Jozef Olesky não conseguir formar o seu gabinete ■ O Equador mostra interesse na mediação dos ex-presidentes da Costa Rica, Oscar Arias, e dos EUA, Jimmy Carter ■ Dois obuses atingem Bihak, zona de segurança da ONU, na Bósnia.

12 Domingo

Inicia-se a XIV Assembleia da Federação Mundial de Juventude Democrática, no Seixal ■ A OLP e Israel chegam a um primeiro acordo sobre a eleição directa do presidente da Autoridade Palestiniana e a do Conselho de Autonomia ■ Passam trinta anos sobre o assassinato de Humberto Delgado ■ A UNITA subscreve os Protocolos de Lusaca e defende um encontro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi ■ Os partidos argelinos signatários da «Plataforma de Roma» confirmam, em Argel, a sua recusa de participar nas eleições presidenciais previstas para este ano ■ O Governo israelita prolonga o encerramento da Faixa de Gaza e da Cisjordânia ■ As tropas peruanas e equatorianas continuam a defrontar-se na fronteira entre os dois países.

13 Segunda-feira

Os Verdes anunciam que vão propor uma audição parlamentar sobre o afundamento do S. Miguel, na próxima reunião da Comissão de Defesa Nacional ■ O presidente do Parlamento diz que não tem mais nada a acrescentar ao pedido de anulação do acórdão dos juizes relativo à Lei de Imprensa formulado por Mário Soares ■ Chefes militares russos e tchetchenos chegam a acordo sobre um cessar-fogo nesta república, que entra imediatamente em vigor ■ Iniciam-se os contactos diplomáticos para a saída da Forprou da Croácia e da Bósnia ■ A OLP e Israel chegam a um primeiro acordo sobre a eleição directa do presidente da Autoridade Palestiniana e a do Conselho de Autonomia.

14 Terça-feira

Jovens de todo o mundo, reunidos no Seixal, na XIV Assembleia da Federação Mundial de Juventude Democrática, lançam uma campanha internacional por Timor ■ O governo do Equador aceita cessar-fogo proposto pelo Peru, mas mantém-se reivindicações de ambos os países sobre postos fronteiriços ■ Governo espanhol adopta medidas drásticas nas zonas do Sul atingidas pela seca ■ Provedor da Justiça recomenda que se proíba a abertura dos parques aquáticos até à saída da legislação que regula a segurança ■ A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) prevê grande adesão à greve convocada em defesa das suas reivindicações ■ O governador do estado mexicano de Chiapas demitiu-se, o que corresponde a uma das exigências do Exército Zapatista de Libertação Nacional para retomar o diálogo com o governo.

«Avante!» completou, ontem, 64 anos de publicação ininterrupta.

Ao assinalarmos, mais uma vez, esta data inaugural de 15 de Fevereiro, prestamos homenagem às gerações de comunistas que asseguraram a publicação do órgão central do PCP num tão longo, atribulado e glorioso percurso.

Evocamos com especial emoção o exemplo daqueles que o escreveram, imprimiram e distribuíram durante os 43 anos em que estas tarefas foram cumpridas nas condições e nos riscos da mais rigorosa clandestinidade.

Afirmava-se no número fundador, em 1931, que «um órgão na imprensa se nos tornava indispensável para denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente».

Sabe-se como ao longo de toda a sua existência, sob a ditadura fascista e depois do 25 de Abril, o «Avante!» traduziu este propósito numa das suas mais brilhantes folhas de serviço prestado ao povo português. Mas nunca foi, nem é, só a voz denunciadora da injustiça.

Como era também propósito dos fundadores, o «Avante!» tem sido, e é, em todas as circunstâncias, um impulsionador e um organizador da luta dos trabalhadores e das massas populares e uma voz portadora da esperança: a esperança numa sociedade mais justa, a sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, o socialismo; a esperança que se realiza pelo combate em cada dia, pelos interesses concretos e os objectivos mais próximos do nosso povo.

A grande verdade é que, em condições profundamente diferentes das que se verificavam há 64 anos e disfrutando hoje da liberdade que ajudou a conquistar e ajuda a defender, o «Avante!» continua a ser tão indispensável como então à vida e à luta do povo português.

A evolução da comunicação social no nosso país, onde os principais órgãos foram postos ao serviço da política de direita, em resultado do crescente controlo que sobre eles exerce um reduzido número de grupos capitalistas e da férrea governamentalização dos que restam no sector público, confere ao «Avante!» uma situação verdadeiramente ímpar pelas possibilidades e responsabilidades que reúne.

Ano 64

A resolução do XIV Congresso do PCP salientou a propósito: «O «Avante!» é hoje o único jornal de expansão nacional que se define politicamente num vasto espectro político que praticamente abrange não apenas os comunistas, mas toda a opinião democrática situada à esquerda do PSD.»

Parece-nos inegável que o «Avante!» está a procurar corresponder a estas acrescidas possibilidades e responsabilidades.

Há um ano, assinalámos o aniversário do órgão central do PCP com uma remodelação que teve como principais aspectos: a renovação da grafia da primeira página e, em geral, do conjunto do jornal; a criação, na terceira página, da secção «Actual»; a afectação das centrais, alternadamente, a uma entrevista ou a uma reportagem; a reformulação da página dos «Pontos Cardeais»; a expansão do espaço dedicado à cobertura e à crítica de televisão.

A grande verdade é que, em condições profundamente diferentes das que se verificavam há 64 anos e disfrutando hoje da liberdade que ajudou a conquistar e ajuda a defender, o «Avante!» continua a ser tão indispensável como então à vida e à luta do povo português.

Posteriormente, criámos a secção «O Leitor», de cartas à Redacção, e a secção «Mais-valia», sobre a actualidade económica. A partir do número anterior iniciámos uma secção de revisão de livros.

Ao mesmo tempo, procurámos manter e até melhorar a alta qualidade, desde sempre assegurada, nos espaços dedicados à actividade e à dinâmica do PCP, à situação e à luta dos trabalhadores, às aspirações, reivindicações e acção da juventude e da mulher, aos problemas e ao labor das autarquias, à luta dos comunistas e das forças progressistas no mundo.

Nenhum outro órgão na imprensa portuguesa trata estas matérias de interesse directo dos trabalhadores e da opinião democrática com o rigor e o desenvolvimento que se encontra nas páginas do «Avante!».

Muitos outros órgãos da comunicação social no nosso país silenciam-nas completamente ou dão delas versões deturpadas como convém aos interesses do capital.

Por isso, é que sustentamos, com fundamento, que em Portugal a lei-

tura do «Avante!» é fundamental para se estar informado.

A batalha para aumentar a difusão e a audiência do nosso jornal não se decide, porém, apenas com a melhoria do seu conteúdo, grafia e escrita, onde naturalmente há muito a fazer.

O alargamento da difusão do «Avante!» só pode ser significativamente conseguido com o verdadeiro empenhamento das organizações do PCP e através da adopção de planos concretos de contactos, da venda porta-a-porta e nas grandes aglomerações, da organização de bancas e da recolha de assinaturas.

O ano 64 da existência do nosso jornal, sendo especialmente exigente para todos os que nele trabalham e o difundem, é um ano especialmente favorável ao bom sucesso da batalha da difusão.

A situação política entrou numa nova fase com a crise que avassala as forças da direita, emblematicamente expressa pela «fuga» de Cavaco Silva ao juízo do eleitorado.

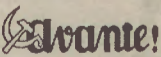
A luta pela demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a antecipação das eleições legislativas ganha maior probabilidade de sucesso com o clima da guerra civil que se trava no interior do partido do Governo e no próprio Governo.

A manifesta deslocação para a direita do programa e da prática do PS, nomeadamente nas suas orientações económicas e sociais, mas também das suas orientações políticas, caso, por exemplo, das suas propostas em matéria de legislação eleitoral, mostra hoje, claramente, que o projecto de Guterres pode representar uma alternativa, mas não constitui uma alternativa ao PSD.

A necessidade de uma nova política, assente num projecto e em soluções de esquerda, como a que o PCP defende e tem vindo a debater com o país, ganha novas forças em face do falhanço e da corrupção da governação do PSD e da direitização do PS e é o grande desafio que se colocará ao eleitorado nas próximas eleições para a Assembleia da República.

Cabe ao «Avante!», naturalmente, um papel essencial na formulação deste desafio e na mobilização do eleitorado para que lhe dê uma resposta amplamente positiva que reforce as posições eleitorais e PCP e da CDU e dos deputados eleitos por esta força na nova Assembleia.

Mais uma razão imperiosa para a tarefa de aumentar a difusão do «Avante!».



Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^a-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

«Popular» de ANP

Foi a sigla ANP que Marcelo Caetano escolheu para rebaptizar o partido único fascista - a «União Nacional» - quando sucedeu a Salazar. As três letras da sigla correspondiam à designação «Acção Nacional Popular».

Este facto vem-nos à memória a propósito do congresso do CDS, deste último fim-de-semana, que rebaptizou o partido do Largo do Caldas com a sigla «PP» e a designação de «Partido Popular».

Não foi, porém, apenas a coincidência na palavra «popular», com evidente tradição na direita fascizante no nosso país, que nos puxou o pensamento para antes do 25 de Abril. Foram sobretudo as palavras de Manuel Monteiro quando assumidamente proclamou, no findar do congresso, «a direita nacional sai do canto em que a meteram», depois de, no início do mesmo, ter insinuado a ameaça de «um novo partido, exterior ao sistema político».

Estas significativas palavras, mais que as pequenas guerras de individualidades, alertam para o sentido real do congresso e para o verdadeiro projecto político de Manuel Monteiro subjacente à sua desbragada demagogia populista.

Esse projecto político não se pode avaliar em documentos propagandísticos como o

«programa de governo» agora divulgado, mas surpreende-se, por exemplo, nos contornos do seu profundo reaccionarismo, no projecto da revisão da Constituição apresentado há meses atrás pela direcção monteirista.

Aí, o agora «PP» propõe, entre outras alterações, no plano social: a limitação do direito à greve e a legalização do lock-out; a limitação dos direitos dos trabalhadores à indemnização em caso de despedimento; a menorização das comissões de trabalhadores; e a eliminação do Serviço Nacional de Saúde e, em consequência, o seu carácter tendencialmente gratuito; a eliminação da progressiva gratuitidade de todos os graus do ensino público; a facilitação das negociações do grande capital com a saúde, a segurança social e o ensino.

Todo um «bonito» programa «popular», como se vê!

No plano político, o «PP» revela as suas tendências fascizantes ao propor, entre outras alterações, a eliminação do preâmbulo da Constituição onde é prestada homenagem ao 25 de Abril e a eliminação da norma que proíbe as organizações de ideologia fascista.

É a mesma linha que leva ao branqueamento da ditadura de Salazar e Caetano que

agora aparece no «jornal» «O Popular» distribuído no congresso.

É assim também que as proclamações pretensamente moralizantes de Manuel Monteiro visam muito mais atacar o regime democrático do que a chamada «classe política» de que ele é, aliás, um exemplar particularmente típico.

Repare-se que ao mesmo tempo que enche hipocritamente a boca com a «moralização da vida política» é ele próprio um caloroso defensor (na prática e na teoria) do financiamento dos partidos pelas empresas, que é evidentemente a forma mais persistente, maciça e perigosa de corrupção da vida política.

O mais curioso deste congresso é que conseguiu, em dois dias de discussões, depois dos avanços e recuos do líder, não se pronunciar sobre a presente crise política e a antecipação das eleições legislativas.

Mais ainda, conseguiu não se pronunciar sobre as alianças futuras do «PP». O nome muda mas a dependência do PSD continua.

Afinal, a «criança», como lhe chamou Monteiro, não tem nada de popular, nasceu é com o rabo já muito pelado, de tanta tramóia contra o povo.

■ Carlos Brito

A sondagem que faltava

Que as sondagens são, cada vez mais, instrumentos de manipulação de opinião é coisa que toda a gente medianamente informada sabe. Que as sondagens constituem, cada vez mais, instrumentos de propaganda eleitoral — eticamente condenáveis por manipular as opiniões dos inquiridos em proveito dos interesses de quem as paga — é coisa reconhecida por qualquer cidadão minimamente atento. Que a manipulação sondagística ultrapassa, cada vez com maior frequência, todos os limites concebíveis e atinge níveis de desvergonha com contornos de vigarice organizada é uma evidência que a realidade exhibe abundantemente.

A sondagem publicada pelo «Expresso» de sábado passado acumula tudo o que acima foi dito e, não sendo caso virgem no semanário de Balsemão, constitui um significativo passo em frente na desfaçatez, na falta de respeito pela inteligência e pela sensibilidade dos seus leitores.

A coisa é isto: demitiu-se o chefe deixando os seus fiéis súbditos, abruptamente condenados à orfandade, em autêntico estado de choque. Foi curto o luto, e a luta pela sucessão cedo se tornou em guerra de vale tudo pela cadeira ainda quente mas vaga. A ânsia de ocupar a dita era tal que os candidatos não hesitaram em atirar-se uns aos outros engalinhados, desferindo-se golpes baixos, médios e altos. E por assim ser preciso e ser hábito da casa não hesitaram em reconhecer «aspectos menos positivos» na política de que todos foram exímios executores e que, semanas antes, todos louvavam como coisa infalível e inicitável. Mas a bagunçada e o desnorte eram grandes, a ponto de alguns comentadores (independentes como são todos os comentadores da lusa comunicação social) alertarem para o perigo que seria o eventual desmoronamento do partido do Governo. E o PSD, por via

do folhetim da sucessão, passou a ser a notícia de proa da plural, isenta, independente e democrática comunicação social.

Todavia, as coisas não se compunham; o cavaquismo ruía; a laranja, apodrecida, exalava o característico cheiro, o PSD estava derrotado.

Os chefes interinos e os candidatos a chefes absolutos deixaram de dormir, atormentados por impertinentes insónias. A agravar as coisas, Guterres almoçava com Belmiro de Azevedo e etc., e Champalimaud afirmava que o Secretário-Geral do PS «é um rapaz simpático». E pior, muito pior do que tudo isso, duas sondagens ousavam prever que a CDU ultrapassaria os 10% nas próximas eleições... Face a este panorama, é de crer que o pânico tenha invadido as hostes laranja e que o estado-maior nogueirista / barrosista tenha tocado a rebate, reunido de emergência e dado as suas instruções.

Foi então que o prestimoso «Expresso» teve a ideia luminosa de publicar a **sondagem que faltava**. Sabe-se que o «Expresso» é especialista em sondagens desta natureza, algumas das quais se celebraram de tal maneira que é uma injustiça não figurarem no Guinness Book. E no sábado passado, o semanário de Balsemão tranquilizou a família laranja garantindo-lhe, na primeira página, que o PSD — quer com Nogueira como chefe, quer com Barroso ao leme — seria o vencedor das próximas eleições.

Assegurada, assim, a vitória, a família serenou. Nogueira e Barroso voltaram a dormir um sono tranquilo.

Só o «Expresso», qual sentinela vigilante, não dorme, e, paciente e persistente, prepara novas sondagens.

■ José Casanova

PS/CDS

O verdadeiro profissionalismo e a versatilidade dos naufragos do CDS que há semanas ofereceram os seus préstimos políticos quer ao PS quer ao PSD; e o acrisolado patriotismo que sua vontade de servirem a «causa pública» revela; - são dignos de registo na crónica dos valores e dos costumes da política à portuguesa, neste final de século em que nos encontramos.

Como digno de registo é o apressado empenho manifestado pelo PS, de acordo com as declarações de António Vitorino à televisão, de assegurar a entrada na Arca de Noé guterrista de mais estes estranhos bichos.

O epílogo vem no último número do «Independente»: os notáveis centristas, dois dos quais sobreviventes do governo PS/CDS de 78, depois de terem descoberto (ao fim de tantos anos...) que «o PS incorpora uma sensibilidade democrata-cristã importante», resolveram «prestar apoio ao PS», constituindo com esse objectivo uma associação para «dar uma resposta mais coerente e mais organizada», e obtendo em troca lugares nas listas de deputados do PS e no «Governo de Guterres».

Desta forma, Guterres, o homem - que - diz - que - sabe - o - que - quer - para - o país soma e segue.

E aos «280 ministeriáveis» que o *Expresso* já lhe contabilizava no início de Janeiro (7/1), veio somar mais um novo e colorido lote da direita mais genuína.

Com os penduricalhos da «Plataforma de Esquerda» e, agora, da novel «plataforma» da direita mais tradicional; com 300 - ministeriáveis - 300 (só os conhecidos...), disputando aflitos um lugarzinho no governo virtual; com o jorro das propostas, que a custo escondem a coincidência essencial com a política do PSD; - o Secretário-Geral do PS repete, como um robô, o apelo à maioria.

Não será legítimo perguntar: para quem e para quê?

■ Edgar Correia

AMEAÇAS À PAZ

VIII Congresso da Unita

Acabou o VIII Congresso da Unita no Bailundo. Os jornalistas presentes noticiaram o que iam ouvindo no longínquo Bailundo, bem ao sul do Huambo.

Há em todas as notícias uma grande unanimidade quanto à caracterização que a Unita faz da situação política angolana, sobretudo à luz dos Acordos de Bicesse e dos Acordos de Lusaka. Na sua primeira intervenção, de acordo com o Diário de Notícias de 13.02.95, Savimbi considerou «... os Acordos de Lusaka piores que os Acordos de Bicesse...».

O mote estava lançado apenas com um tiro de retórica. Savimbi assinou os Acordos de Bicesse. À luz dos Acordos de Bicesse, patrocinados pela ONU, realizaram-se eleições livres, as quais foram ganhas pelo MPLA, por maioria absoluta. O resto sabe-se como se passou. A Unita, que até então nunca conseguira ganhar militarmente uma cidade, desrespeitando os resultados, contra a comunidade internacional, com o exército e as armas escondidas, toma quase dois terços do território angolano.

É de novo o tempo da guerra em Angola, porque Savimbi e os seus homens têm apenas como objectivo a conquista do poder a todo o custo.

Angola vive momentos de tragédia que se abatem sobre dezenas de anos de outras tragédias. A Unita é condenada universalmente, mesmo os seus amigos não têm coragem de apoiar abertamente, salvo tristes excepções portuguesas.

O governo angolano reconquista cidade após cidade, província após província até ao Huambo. Savimbi praticamente desaparece até ao VIII Congresso, mas entretanto a Unita é obrigada a subscrever os Acordos de Lusaka. O Secretário-Geral da Unita em Lusaka dá o acordo da Unita, através do qual e apesar da pesada derrota a Unita obtém ministérios, vice-ministérios, directorias, embaixadas, governadores, empresas, isto é, milhares de postos na Administração Central e Regional.

Mas Savimbi, que assinara Bicesse e mandara Manukavola assinar Lusaka, não é homem que perca de vista o seu objectivo. E por isso abriu o Congresso com o coração nas mãos discursando contra os acordos, e terminou, devido às derrotas militares e ao seu crescente isolamento na região, com sinais de «moderação», até ver... Savimbi manda substituir Manukavola pelo General Ben-Ben, isto é, o homem de Lusaka pelo homem que criticou os Acordos. Os sinais são evidentes. A Unita não está a pensar na paz, mas no modo de sair da situação difícil em que se encontra para, se puder, retomar a ofensiva político-militar.

A Unita, apesar de derrotada, e de todas as benesses, quer um Programa de Governo comum, dá-se ao luxo de vetar países para constituir o contingente de tropas da ONU, incluindo Portugal em mais um acto de hostilidade grosseira para com o nosso país. A Unita quer mandar e não pode, e só por isso aceita os Acordos de Lusaka.

Os generais da Unita estão contra os Acordos de Lusaka, Savimbi também, mas é preciso dizer que sim, sobretudo porque não tem, neste momento, outra saída.

Tem agora a palavra o povo e o governo angolanos e a comunidade internacional. É necessário que o Conselho de Segurança da ONU não permita à Unita subverter o que ela própria assinou; caso contrário, a Unita assinará tantos Acordos quantos os necessários para os rasgar até ao dia em que abocanhe o poder.

O Congresso da Unita, nos seus termos, propósitos, decisões e sobretudo nas entrelinhas, **vem confirmar que a Unita não se converteu à democracia e que a paz não está segura em Angola.**

■ Domingos Lopes

Amora vende mais Avantes!

«A organização de freguesia da Amora está a vender mais Avantes». Esta boa notícia dada pela camarada Conceição Gamito, responsável pela respectiva organização, caracteriza o ambiente da sessão-debate realizada na passada sexta-feira, no centro de trabalho da Amora.

Foi uma iniciativa comemorativa do 66º aniversário do Avante! e contou com a presença do seu director, camarada Carlos Brito.

Durante mais de duas horas, as cerca de cinco dezenas de participantes (incluindo muitos difusores do «Avante!»), debateram vivamente as formas de aumentar a divulgação, tanto mais que o encerramento de várias unidades fabris e a redução de efectivos conduziu à redução das vendas nas empresas.

Foram adiantadas muitas sugestões em relação ao conteúdo do «Avante!», designadamente, mais tratamento de matéria desportiva, mais atenção à actividade autárquica (muito citado o bom exemplo da reportagem sobre o Crato) e a inclusão de artigos sobre a história do partido e a história do «Avante!».

Foi salientado que «um trabalhador que não lê o Avante! não pode considerar-se verdadeiramente informado» e propostas várias medidas para a venda directa do jornal na rua, no porta-a-porta e através de bancas situadas em zonas especialmente movimentadas.

Novos Quadros

A situação dos intelectuais, o seu peso quantitativo na região de Lisboa, o alargamento da institucionalização da actividade intelectual, a incorporação da ciência e tecnologia como força produtiva directa e a industrialização da própria produção intelectual, foram alguns dos temas debatidos no passado sábado durante um plenário de novos quadros do Sector Intelectual da Lisboa do PCP.

A alteração quantitativa registada nos últimos 20 anos (de 150 mil intelectuais para mais de 500 mil, dos quais 42 por cento estão concentrados na região de Lisboa e Vale do Tejo) revela a importância das novas gerações de intelectuais e a necessidade de reforçar a intervenção e a influência do Partido nesta camada. Esta questão esteve no centro do debate, associada à análise dos problemas políticos e sociais mais sensíveis deste sector, à acção geral do Partido e aos aspectos de organização do trabalho partidário.

As próximas eleições legislativas, a difusão do «Avante!», a campanha dos 150 mil contos e a dinamização do Vitória - Espaço Cultural foram outros pontos discutidos.

Transportes da ORL editam boletim

Saiu o primeiro número de 1995 do Boletim Informativo do Sector de Transportes da ORL «Em Movimento». Esta publicação que volta a ser distribuída regularmente, após um período de interregno, contém um a análise das consequências da política do Governo no sector, incluindo ainda peças sobre a TAP, a CP, sobre a recém-criada Federação Portuguesa do Táxi e ainda sobre a venda da Rodoviária Sul do Tejo ao grupo liderado pela Barraqueiro.

Viana do Castelo

«O distrito de Viana do Castelo continua, por inércia e até por uma certa perversão autodestrutiva dos responsáveis locais e regionais, a viver e simultaneamente a prolongar a crise em que desde sempre se encontra», conclui a DORVIC do PCP que esteve reunida na passada semana para analisar a situação social e política e definir a intervenção próxima da organização.

Os comunistas de Viana não hesitam em eleger o PSD como «maior responsável» pela subalternidade política, cultural e social: «tudo faz para anestesiar os vianenses com as suas lutas internas, as suas disputas pela garantia de poleiros e manutenção, a todo o custo, do poder».

Quanto ao PS, a DORVIC considera que este partido «perde de vista o real interesse das populações locais, enreda-se na arrogância e nas vãs tentativas de hegemonização da realidade local, formando longas bichas para tomar o comboio do poder».

Esta Regional do PCP decidiu ainda participar activamente no Comício Norte que se realiza em 12 de Março, por ocasião do 74º aniversário do PCP, anunciando a realização no mesmo mês de dois jantares de militantes em Viana do Castelo e em Vilar de Mouros - Caminha.

De referir por fim que irá ser constituída uma comissão de trabalho para organizar um almoço comemorativo do 25 de Abril, que visa «unir vontades e congregar democratas».

Segurança em Palmela

Promovido pela Comissão Concelhia de Palmela do PCP, decorreu recentemente uma sessão sobre «Segurança das populações», inserida na iniciativa «Debate com o País para uma nova política».

Estiveram presentes José Catalino, da Direcção Regional de Setúbal, Carlos Sousa, presidente da CM de Palmela, José Agostinho, presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, António Filipe, deputado na AR, e o advogado Fernando Arrobas.

Entre o vasto conjunto de propostas, foi destacada a importância da criação de um Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos, a criação de um Serviço Municipal de Defesa do Consumidor, a instalação da PSP no concelho de Palmela e a criação de um posto da GNR na freguesia de Marateca.

Carlos Carvalhas no comício em Alpiarça

«A situação política está apodrecida»

Cerca de meio milhar de pessoas encheram completamente o Salão de Festas dos Bombeiros Municipais e da Sociedade Filarmónica de Alpiarça, onde no passado sábado se realizou um comício com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Presentes na iniciativa estavam também Carlos Brito, membro da Comissão Política e director do «Avante!», Luís Peixoto,

deputado comunista na AR eleito por Santarém, e os membros do Executivo da Direcção Regional.

Precedidos pela actuação magnífica do Rancho Infantil da Casa do Povo, Catarina Abalada, da distrital da JCP, e Raul Figueiredo, presidente da Câmara e membro da concelhia e da direcção regional de Santarém, usaram da palavra para caracterizar a situação social e económica do conce-

lho e reafirmar a necessidade de demitir o Governo e convocar eleições legislativas antecipadas.

Catarina Abalada, numa intervenção muito aplaudida, manifestou a disponibilidade dos jovens para lutar contra a actual política antijuvenil do executivo de Cavaco Silva, caracterizando a Juventude Comunista como sendo «vida e desafio, amor e paixão, luta e transformação,

mas também sonho e determinação», na defesa dos direitos e aspirações dos jovens e «empenhada na construção de uma sociedade capaz de dar resposta aos sonhos da felicidade humana».

Raul Figueiredo referiu de seguida a necessidade de promover o desenvolvimento do Ribatejo, colocando a tónica no projecto de regularização do Tejo,

Extractos da intervenção

(...) Este nosso Comício, que só por si é uma significativa manifestação de afirmação partidária, realiza-se num momento de viragem nacional e numa situação política que podemos caracterizar em cinco traços:

1º - um Governo descredito, moribundo, a aproveitar os últimos momentos de agonia para colocar, na Administração e nas Empresas Públicas, os seus amigos e os futuros desempregados políticos, a entregar milhões do erário público à sua clientela e com os ministros e secretários de Estado, transformados em angariadores de apoiantes de um ou outro candidato à liderança do PSD, misturando as funções de Estado com as funções partidárias, numa situação indecorosa e intolerável;

2º - uma situação política apodrecida, e uma situação social que se continua a degradar, com o Governo a intensificar a ofensiva contra os salários, os direitos e a contratação colectiva num quadro de atraso económico e de incerteza, quando nos restantes países da União Europeia a retoma é já uma realidade;

3º - a continuação de uma despudorada política de clientelismo e de compadrio e das escandalosas negociações das privatizações, antecipadas a toda a pressa, de que são exemplos a Quimigal, a Portugal e a Telecom, esta com o Governo a apontar para um valor de venda 50% inferior ao seu valor real;

4º - a luta pelos «tachos» e pelo poder no PSD com os candidatos a procurarem desresponsabilizar-se da política do Governo, dos escândalos e da grave situação social, numa ostensiva falta de vergonha e de escrúpulos;

5º - uma Assembleia da República em fim de estação, desprestigiada, cada vez mais afastada dos problemas dos cidadãos, e uma situação em que há reais perspectivas de se derrotar a direita e a política de direita e de se abrir caminho a uma verdadeira alternativa democrática.

A situação é falsa e está em degradação

Para o PSD, o que conta não são os interesses das populações, mas sim os interesses partidários, o estar sentado à mesa do Orçamento e a utilização dos fundos estruturais.

Por isso, para os candidatos à liderança do PSD vale tudo. Renegar o Governo, branquear o passado e apresentarem-se ao povo português como os homens da «descontinuidade», da «renovação», da «vida nova» face à desastrosa política de que são destacados responsáveis e executantes.

É, aliás, curioso que na escolha de um ou de outro candidato a líder do PSD o que pesa, como aliás o confessa implicitamente Pacheco Pereira, é o convencimento de qual será aquele que menos está identificado com a governação do PSD, qual será aquele que

melhor se pode disfarçar para enganar o eleitorado. Qual será o que melhor sabe representar, encenar, fazer-se indignado? Parece um concurso de actores.

Mas esta desavergonhada operação de maquilhagem é também uma confissão implícita do fracasso da política do PSD e mostra com clareza os interesses que esta serve e a hipocrisia dos seus autores.

Esta situação de paralisia, adiamento e apodrecimento não pode manter-se. O País não pode continuar a assistir a esta vergonha de ter um Governo com os seus ministros e secretários de Estado a degladiarem-se e com um Primeiro-Ministro fantasma, que vai deixar de ser líder do seu próprio partido, cuja maioria já há muito perdeu a sua base social e política de apoio.

Portugal não está condenado a aturar a arrogância laranja. O País não está condenado à rapina do património público, nem os trabalhadores estão condenados a serem os criadores da riqueza para ser apropriada por meia dúzia de famílias.

Face à política de concentração da riqueza, da intensificação da exploração e à ofensiva contra os direitos, salários e a segurança social, a luta é o caminho.

Consideramos por isso que na actual fase da vida política e social o desenvolvimento da luta dos trabalhadores é um factor da maior importância para se derrotar o PSD e abrir as portas à necessária e urgente mudança.

Neste sentido, apelamos a todos os trabalhadores para participarem activamente na jornada de luta do dia 16 de Fevereiro da CGTP-IN, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses.

Saudando a CGTP-IN, permitam-me também que daqui saude as lutas dos agricultores, dos pescadores, dos estudantes e professores, dos trabalhadores de diversas empresas e sectores, designadamente da Telecom, da Hidrosorefame e dos Transportes, que têm demonstrado uma grande combatividade e determinação na luta pelo emprego, pelos direitos e salários, em defesa da contratação colectiva e da livre negociação.

Nos últimos tempos, várias têm sido as propostas de vários partidos, cada um a querer aparecer mais transparente do que os outros, acerca dos vencimentos dos políticos e do financiamento dos partidos.

É importante lembrar que o PCP foi o único Partido que na Assembleia da República votou contra as reformas e outros inadmissíveis privilégios dos titulares de cargos públicos - deputados e membros do governo - e o único que votou contra a legalização do financiamento dos partidos pelas empresas.

Desafiamos, por isso, o PSD, o PS e o CDS a pronunciarem-se contra os financiamentos dos partidos pelas empresas, ficando assim com a oportunidade de demonstrarem que as suas propostas são mais do que conversa fiada, que são mais do que demagogia eleitoralista.

Aqueles que consciente ou inconscientemente procuram meter tudo e todos no mesmo saco, estão objectivamente a desresponsabilizar aqueles que estão na política não para servir o povo e o país, mas para se servirem a si próprios, aos seus amigos, compadres e apoiantes.

O combate ao abuso do poder, ao negociadismo, ao clientelismo e à corrupção deve inscrever-se na primeira linha das medidas de uma nova política, o que torna necessário uma enérgica e persistente intervenção pela moralização da vida pública.

Uma grave situação económica e social

O Ministro das Finanças, transformado em charlatão, bem pode tentar repor a teoria do «oásis», que a realidade, o que nos mostra, é que nos encontra-

Arquivo de Vila Real recusa instalações ao PCP

A DORVIR do PCP protesta em comunicado contra o que considera ser um acto discriminatório por parte do Arquivo Distrital de Vila Real, que está ligado à Secretaria de Estado da Cultura.

Segundo relatam os comunistas, foi solicitado em nome da organização local do Partido a cedência do auditório da referida instituição para a realização de um debate sobre «A defesa do mundo rural» integrado nas iniciativas do «Debate com o País para uma nova política», a decorrer por todo o País.

Foi com surpresa que a Direcção Regional do PCP recebeu a resposta do director do Arquivo informando que devido a um despacho superior,

não era possível ceder as instalações a partidos políticos ou a agrupamentos, assim conotados.

A surpresa é tanto mais fundamentada quanto é sabido que ainda no passado dia 21 de Janeiro, o Partido Socialista teve acesso ao mesmo auditório para aí realizar um colóquio, integrado nos Estados Gerais, cuja paternidade não oferece dúvidas a ninguém.

Perante esta dualidade de critérios, a DORVIC põe justamente em causa a veracidade da informação prestada, tendo decidido protestar junto da Secretaria de Estado da Cultura, bem como requer, através do seu Grupo Parlamentar, uma informação sobre esta situação anómala.



que o Governo teima em não levar por diante. Afirmado que o empenhamento dos comunistas na defesa deste e doutros projectos de interesse nacional, regio-

nal e local, o autarca e dirigente comunista lembrou que «Alpiarça, situada no coração do Tejo, é uma terra com fortes tradições democráticas, cujo contributo

para a construção do regime pós-25 de Abril é inquestionável. Mas em Alpiarça», acrescentou, «há ainda muitos problemas por resolver», citando como exemplo

a falta de um centro de dia para os reformados e a inexistência de um estabelecimento de ensino secundário.

Já a terminar, Raul Figueiredo

salientou a importância da próxima Assembleia Concelhia de Alpiarça do PCP que irá debater o reforço da organização no concelho e aprovar um conjunto de

propostas para o progresso daquela zona. No uso da palavra, seguiu-se-lhe Carlos Carvalhas, de cuja intervenção publicamos os principais extractos.

mos numa grave situação económica e social e que 1994 foi mais um ano em que nos afastámos da média comunitária, em que a procura interna esteve estagnada quando comparada com os valores observados em 1993, em que o rendimento disponível das famílias teve uma diminuição em termos reais e em que o investimento apresentou um decréscimo de 0,5%, após a queda de 5,5 registado em 1993.

É, infelizmente, também uma verdade que a produção industrial entre 1991 e 94, teve uma quebra, em termos de variação anual acumulada de 4,6% e que a produção agrícola, em termos reais, está hoje abaixo dos valores de 1986.

Isto é, em vez do «pelotão da frente» estamos cada vez mais no «carro-vassoura».

E o que foi esperança, dinamismo e empenhamento, traduzido em investimento, onde se gastou o que se tinha e o que não se tinha, é hoje a grossa corda do endividamento, que ao pescoço de agricultores, muitos dos quais jovens, enterra os sonhos e energias de todos os que, de boa-fé, acreditaram nas palavras de quem governava o País. Só no ano que há pouco findou, os agricultores portugueses terão continuado a endividar-se à média de 11 milhões de contos por mês (números do primeiro semestre), crédito que no fundamental se destinou à renegociação de dívidas contraídas anteriormente.

A banca «come» neste, como noutros sectores produtivos, grande parte do valor produzido. E quanto aos Fundos Estruturais tem sido o regabofe para os grandes.

Com tal política, não será de estranhar que novos casos «exemplares» na aplicação dos fundos agrícolas venham a acontecer. É que, falando da aplicação dos fundos agrícolas, não podemos deixar de falar, como paradigma de todo um Governo e de toda uma política, da «exploração agrícola de vanguarda», a «exploração-piloto» do sr. Thierry Roussel, o tal empresário que veio a Portugal mostrar como se faz agricultura e que, por isso, teve direito a bónus de fundos comunitários de cerca de 2 milhões de contos! Que teve direito a uma visita do Primeiro-Ministro de Portugal, no ano eleitoral de 1991, à sua exploração, onde contemplou, embevecido, o cresci-



mento dos morangos... Hoje, o Estado está em tribunal a tentar reaver algum... e os trabalhadores estão sem trabalho e sem protecção!

Não podemos também deixar de lembrar a «exemplar» aplicação dos fundos para a floresta, cujo completo esclarecimento deveria decorrer do inquérito que oportunamente apresentámos na Assembleia da República.

Este é o Governo que tudo tem feito para reduzir e desvalorizar, a produção agrícola nacional, dando-lhe um papel residual na alimentação dos portugueses e substituindo-a por produção importada. Governo que conta no seu cadastro com três crimes maiores contra produção agro-pecuária portuguesa: liquidação do 2º período de transição e completa aceitação de um mercado único agrícola, sem a existência de medidas de salvaguarda para produtos sensíveis; a reforma da PAC, em que aceitou que a agricultura portuguesa, a mais atrasada da Comunidade, fosse tratada tal e qual como as agriculturas desenvolvidas dos outros países comunitários; e, finalmente, a alegria por um acordo do GATT, aceite sem qualquer medida cautelar em matéria agrícola, o que vai reforçar no curto prazo um ainda maior encharcamento do mercado nacional por produção estrangeira.

Este é também o Governo que em fim de reinado decidiu o escandaloso bodo aos latifundiários de 60 ou 70 milhões de contos. Num Alentejo percorrido pela desolação, pelas terras a monte para coutadas de senhores endinheirados, pela destruição de unidades agrícolas viáveis e dinâmicas, no Alentejo percorrido pelo

desemprego e pela fome, e sobre o qual se choram tantas lágrimas de crocodilo, num País em que não houve uns milhares de contos para muitos dos pequenos agricultores afectados por acidentes climáticos, num País em que doentes contaminados pela sida por responsabilidades do Estado dificilmente conseguem ser indemnizados, num País onde a exclusão, a fome e os pobres se multiplicam, o sr. Cavaco Silva, os seus fiéis ministros, caridosamente contemplam os que já tinham recebido de mais, os que já recebido aquilo a que não tinham direito: milhões da CEE e milhares de frutos pendentes e benfeitorias...

Um escândalo e uma afronta aos desempregados alentejanos que dá bem a ideia do que é este Governo.

O Governo do escandaloso e indefinido processo de privatização dos matadouros, as PEC, em que praticamente se gastou em publicidade e despesas administrativas, o que posteriormente se arrecadou no leilão dos «elefantes brancos», que a política de direita construiu em substituição das centenas de matadouros municipais (e outros) que mandou abater. Isto é uma vergonha. O País não pode continuar a liquidar a sua agricultura. Como é que os agricultores portugueses podem sobreviver quando tudo é feito para os arruinar, quando têm que enfrentar as altas taxas de juro, os elevados custos dos factores de produção e as dificuldades no escoamento dos produtos?

É uma evidência que Portugal precisa de uma nova política e não apenas uma mudança de caras, para que não venhamos a ter outro Ministro da Indústria a vir dizer e no mais puro fundamentalismo neoliberal que «a economia não se compadece com problemas sociais» ou outro governo a servir os interesses do grande capital e a afirmar tal como o Governo de Cavaco Silva que «é indispensável para que Portugal possa competir internacionalmente que tenha grupos económicos fortes». Estas são opiniões do Partido Socialista. E é claro que não se trata de grupos tendo por base o sector empresarial de Estado, mas sim grupos económicos privados... ou seja, os que têm enchido com o leilão do erário público, com a apropriação de fundos públicos e com a ruína das pequenas e médias empresas.

Não é nessa linha que Portugal terá um desenvolvimento harmonioso e solidário.

O caminho não é o da concentração da riqueza num pólo e no outro a multiplicação das famílias que se vêem excluídas de um nível de vida digno.

A economia portuguesa não pode continuar a acentuar o seu grau de subcontractação e de dependência e numa competitividade assente em baixos custos salariais. Reafirmamos que o País não se faz de jogos políticos, nem de lutas fratricidas pelo poder. Os quatrocentos e dez mil desempregados não querem assistir passivamente à degradação da situação. (...)

«Debate com o País» em Mértola e Serpa

No quadro do «Debate com o País» que o Partido Comunista Português tem vindo a promover, Mértola e Serpa acolheram no passado sábado duas iniciativas que constituíram assinaláveis êxitos, tanto pelo número de participantes como pela qualidade das intervenções.

Em Mértola, «Património e Desenvolvimento» foi o tema debatido ao longo de duas horas por mais de uma centena de pessoas, reunidas na Junta de Freguesia da Vila-Museu, em sessão organizada pela Comissão Concelhia de Mértola do PCP.

Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico

de Mértola, Jorge Revez, presidente da Associação de Defesa do Património local, Paulo Neto, presidente da Câmara Municipal mertolense, e José Soeiro, da Comissão Política do PCP, introduziram a discussão.

Foram notas salientes no debate a valorização do património cultural como via possível para travar e inverter a desertificação humana, a harmonização necessária entre desenvolvimento e ambiente, o conhecimento do passado histórico em ordem a melhor perspectivar o futuro, e o elogio à obra em prol das populações levada a cabo em Mértola pelas autarquias locais e por instituições como o Campo Arqueológico e a Associação de Defesa do Património.

Este debate com o País é, na opinião de José Soeiro, «um espaço aberto pelo PCP para a discussão com todos os cidadãos, em vista a recolher o máximo de opiniões e de conhecimentos para a

construção de uma proposta alternativa à actual política de direita».

Água e irrigação na Margem Esquerda

Também no sábado passado decorreu em Serpa uma participada iniciativa promovida pela Comissão Concelhia local do PCP, no âmbito do Debate com o País «Água e Irrigação na Margem Esquerda do Guadiana» foi o assunto discutido por cerca de 60 pessoas que encheram por completo o salão nobre da Câmara Municipal.

António Murteira, deputado comunista por Beja, João Rocha, presidente da edilidade serpense, João Oliveira, vereador, Manuel Pica, operário agrícola, e Rosa Fernandes, professora universitária, apresentaram o tema nas suas diferentes vertentes.

A construção das barragens de Alqueva e do

Enxoé, a diminuição do caudal do Guadiana e o Plano Hidrológico espanhol, o abastecimento de água às populações, a qualidade da água fornecida, a destruição da Reforma Agrária de Abril e a questão do uso e da posse da terra foram os pontos mais focados. Interessante foi uma das conclusões a que se chegou, apoiada em dados irrefutáveis, de que não há falta de recursos hídricos no Alentejo — existe sim um mau aproveitamento da água, sendo clara a responsabilidade, também neste aspecto, da política dos governos do PSD e, anteriormente, do PS.

Ao longo do debate, foi realçado o enorme esforço da Câmara Municipal de Serpa e das autarquias CDU no concelho para solucionar o problema do abastecimento de água e para promover o desenvolvimento, apesar da política governamental de abandono e desertificação da Margem Esquerda do Guadiana e de todo o Alentejo.

PCP reclama pluralismo no comentário político da RTP

O PCP endereçou, na segunda-feira, uma carta de protesto ao director de informação da RTP, Manuel Rocha, contra a falta de critérios pluralistas nos convites para comentários políticos nos Telejornais daquela estação de televisão.

Em causa está o facto de se ter verificado, «pela terceira vez, a presença e intervenção

em estúdio de Silva Marques (PSD) e António Vitorino (PS), em comentários à actualidade política», inserido na emissão de domingo do Telejornal. Os mesmos «comentadores» já haviam estado presentes nos estúdios da 5 de Outubro em duas outras emissões anteriores do Telejornal.

Para o PCP, «parece assim

confirmado o propósito da RTP de confiar quinzenalmente àqueles representantes do PSD e do PS o monopólio do comentário político, com a particular agravante de o mesmo chegar a incidir sobre actos e iniciativas de outros partidos referidos no noticiário do «Telejornal» de domingo e que, assim, podem ser objecto de

crítica e de desvalorização que ficam absolutamente impunes».

Na carta que assina em nome do PCP, Vítor Dias, da Comissão Política do Partido, considera que «a investidura de dois dirigentes do PSD e do PS na qualidade de comentadores permanentes do «Telejornal» de domingo induz uma imagem deturpada do quadro partidário nacional» e «configura uma ilegítima e abusiva interferência da RTP no processo de formação da vontade dos eleitores».

Mais adiante, o PCP exorta a RTP a «pôr termo a critérios de ilegítimo favorecimento de uma pretensa «bipolarização» PSD-PS», a «adoptar critérios efectivamente pluralistas» e propõe-se aguardar, da parte do director de informação da RTP, informação útil «com vista a uma decisão sobre o eventual andamento» que o PCP venha a dar a este assunto.

Beja elege nova Comissão Concelhia

A renovação, o rejuvenescimento e o reforço da nova Comissão Concelhia e a aprovação de uma resolução política são os principais resultados da IV Assembleia de Organização do Concelho de Beja do Partido Comunista Português. Os trabalhos decorreram, no passado domingo, na Casa da Cultura, sob o lema «Reforçar o PCP, Desenvolver o Concelho de Beja», na presença de mais de centena e meia de delegados e convidados.

(reforma agrária no Alentejo, reforma da PAC, avanço urgente de Alqueva e do Plano de Rega, criação de uma base industrial regional, utilização da Base Aérea para fins comerciais e civis, apoio ao comércio, promoção do turismo, valorização da cidade de Beja, aproveitamento dos recursos mineiros, criação das regiões administrativas).

No plano interno, a assembleia caracterizou a organização partidária no concelho e apresentou propostas de diversas medidas para o seu reforço, tendo em consideração as discussões havidas sobre o assunto.

Da nova Comissão Concelhia eleita, cuja baixa média de idades foi realçada por Agostinho Lopes na sua intervenção final, fazem parte Álvaro Nobre, de 26 anos, António Bernardo, 47, António Machado, 46, António Barriga, 36, Dulce Ciríaco, 35, Francisco Caixinha, 40, João Guerreiro, 35, José Ciríaco, 59, Justino Engana, 29, Fernando Silva, 34, Miguel Quaresma, 37, Ofélia Ramos, 43, Pedro Albuquerque, 30, Rui Aldegalega, 26, e Vítor Silva, 30.

e exortou os comunistas a tudo fazer para que «a direita seja derrotada e o nosso Partido saia reforçado na próxima batalha eleitoral».

Na resolução política aprovada pela IV Assembleia de Organização, foi feita uma caracterização da actual situação política, económica e social do concelho e foram apresentadas propostas concretas do PCP no sentido da promoção do desenvolvimento

Falando na sessão de encerramento da assembleia dos comunistas bejenses, Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, sublinhou que a eleição da nova direcção concelhia «é garantia que o trabalho do Partido vai continuar a reforçar-se, com novas vitórias para o PCP». Sobre a situação no País, lembrou que «a provável saída de cena de Cavaco Silva é o profundo reconhecimento da sua derrota política»



ARB encerra 70 trabalhadores despedidos

No passado dia 30 de Janeiro, a Administração da ARB (Auto Reboques do Barreiro S.A.) encerrou as instalações da empresa, provocando o LOCK-OUT proibido por lei, e despedindo cerca de 70 trabalhadores.

«Demonstrou assim a Administração da empresa uma total e completa irresponsabilidade não concretizando as promessas feitas aos trabalhadores: manutenção dos postos de trabalho e o pagamento dos 5 meses de salários em atraso e mais de 2 anos de subsídio de alimentação», afirma uma nota da Comissão Concelhia do Barreiro, acrescentando:

«Tudo isto só foi possível com a convên-

cia do actual Governo PSD/Cavaco Silva, colocando em situação económica e social difícil largas dezenas de trabalhadores e suas famílias.

«Tal facto vem ainda agravar mais o já elevado número de desempregados do concelho, que ultrapassa os 11 mil assalariados, ou seja, uma taxa de desemprego que representa mais do dobro da nacional.»

Perante esta situação, a Comissão Concelhia do PCP solidariza-se com todos os trabalhadores da ARB e exige a urgente intervenção da Inspeção Geral do Trabalho, por forma a garantir a rápida reposição da legalidade.

Carta reivindicativa sobre Saúde em Cascais

A situação da Saúde no concelho de Cascais foi tema de um recente debate promovido pela organização local do Partido que juntou perto de uma centena de participantes.

Aberta a discussão com as intervenções dos membros da mesa, seguiu-se um vivo e animado debate no qual entrevistaram mais de 30 pessoas.

O debate caracterizou negativamente a situação da Saúde no concelho indicando a falta de infra-estruturas, designadamente de um novo hospital e de mais e melhores centros de saúde, e a insuficiência do quadro de profissionais e outro pessoal ligado à Saúde.

Foi ainda referida a desarticulação entre o Governo e outras entidades, assim como a falta de vontade política, quer por parte do Governo quer da Câmara do PS para resolver e minimizar os problemas existentes.

As graves deficiências e problemas ao nível do saneamento básico, do ambiente e da higiene pública foram outros aspectos abordados com graves reflexos na saúde dos cidadãos.

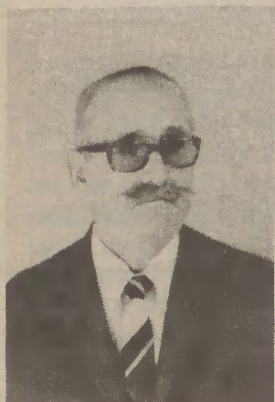
Do debate saiu uma carta reivindicativa da Saúde, cujo ponto saliente é a exigência de um novo hospital de Cascais (localizado numa zona tranquila e próxima dos grandes acessos rodoviários, e não junto ao Autódromo) bem como dos Centros de Saúde de Alcabideche, S. Domingos de Rana e do Estoril.

O documento defende ainda a anulação dos actuais projectos de privatização de instalações do Hospital Amadora/Sintra, que custaram ao erário público mais 20 milhões de contos, e a criação da Comissão Consultiva de Saúde, para permitir o acompanhamento da gestão da Saúde no concelho.

Outro aspecto fundamental liga-se com a criação de uma rede eficaz de saneamento básico, cuja ausência afecta cerca de 40 mil pessoas, bem como resolver os problemas técnicos e ambientais da lixeira de Trajouce e despoluir as ribeiras do concelho, hoje transformadas em esgotos a céu aberto.

Os comunistas exigem a erradicação das barracas e bairros degradados, pondo fim às condições desumanas de insalubridade em que vivem cerca de 10 mil pessoas.

CAMARADAS FALECIDOS



Francisco Palma

Faleceu, no passado dia 1 de Fevereiro, Francisco Gonçalves Palma, natural de São Bartolomeu da Via Glória, Mértola.

la. Moleiro de profissão era membro do Partido desde 1930, e muito conhecido no concelho de Mértola.

António Fernandes

Faleceu, no passado dia 8 de Fevereiro, António Ferreira Fernandes, de Coimbra. Tinha 55 anos e pertencia à organização concelhia de Ovar.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Algueirão lança campanha para aquisição do Centro de Trabalho

Quatro mil contos, até ao próximo mês de Dezembro, é o objectivo da campanha de fundos lançada na Freguesia de Algueirão para pagar o Centro de Trabalho local, cuja aquisição foi recentemente decidida pelo Partido.

O Centro de Trabalho de Algueirão funciona nas mesmas instalações desde 1976. Porém, face a um significativo aumento do aluguer, os comunistas de Algueirão decidiram recentemente avançar para a compra das instalações, garantindo a utilização futura daquele espaço, em torno do qual se desenvolve toda a actividade partidária, na freguesia, onde o Partido é a segunda força política.

Em conjunto com a Concelhia de Sintra, foram conseguidos alguns milhares de contos, contudo, faltam ainda 4 mil contos, para pagar o centro de trabalho, meta que a organização de freguesia de Algueirão se propõe atingir até ao final do presente ano.

Carlos Manuel, responsável pela organização e membro da concelhia de Sintra, e José Tia-

go, da comissão de freguesia, falaram ao «Avante!» sobre as principais linhas de força da campanha.

«Temos já anunciado, para o próximo dia 26 de Fevereiro, um grande almoço, onde pensamos juntar mais de uma centena de camaradas. Esta iniciativa, com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, marca o verdadeiro arranque da campanha e assinala 74º aniversário do PCP», diz Carlos Manuel.

Neste almoço, que decorrerá no conhecido restaurante «A Tendinha», em Algueirão-Mem Martins, serão divulgadas todas as fases da campanha, que visará envolver o maior número de militantes.

Carlos Manuel adiantou, entretanto, que ela «assentará

muito na abordagem e em contactos pessoais, tentando fixar compromissos de contribuições com os militantes e amigos do Partido a serem cumpridos ao longo do ano. Serão editados títulos de participação e diversos materiais de venda de banca, como porta-chaves e outro tipo de objectos».

Outras iniciativas, que incluirão almoços e jantares de pequena dimensão dirigidos especialmente à juventude, aos reformados, às mulheres e a diversos sectores de actividade, serão realizadas nos próximos meses sempre com a preocupação de recolher fundos.

A organização pensa ainda promover uma conjunto de colóquios e debates e excursões que têm como objectivo não só a campanha de fundos mas também mobilizar os militantes para o trabalho partidário.

Embora não esteja aberto todos os dias, o centro de trabalho funciona regularmente e serve hoje para a realização de várias iniciativas: é ali que reúne



Fachada do Centro de Trabalho de Algueirão



Carlos Manuel e José Tiago falaram ao «Avante!» sobre a campanha

mensalmente o plenário de militantes, sendo ainda base para o núcleo da JCP. Equipado com um pequeno bar, televisão e vídeo, o centro alberga facilmente uma centena de camaradas numa das suas salas e, como refere José Tiago, «hoje nota-se uma grande afluência de jovens. Penso mesmo que é a juventude a maior animadora do centro, dando provas de um aumento de actividade na freguesia».

Minas da Panasqueira População perde direitos

Dirigentes e eleitos da CDU deslocaram-se no passado domingo às minas da Panasqueira, tendo tido contactos com a Junta e Assembleia de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, com a direcção do Clube Desportivo das Minas e com a Comissão de Moradores da Panasqueira

Durante a visita, promovida pela Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, ressaltou a profunda crise provocada pela empresa proprietária das Minas, a Beral Tin, que deixou de cumprir os seus deveres sociais.

A grande instabilidade social provocada pelo encerramento das Minas teve graves reflexos no emprego, na habitação, nos serviços de água e electricidade, serviços escolares, de saúde e de transportes.

Acresce que a Beral Tin descartou-se de todos os seus compromissos, abandonando uma população que explorou durante dezenas de anos, e atirando para cima do erário público os custos sociais e estruturais.

Com o dinheiro das indemnizações devidas aos trabalhadores, a empresa «vende as casas» a preços exorbitantes, passa para a CENEL/EDP os custos de manutenção e de renovação da rede enquanto continua a cobrar (com recibos timbrados da empresa) os gastos energéticos da população, a quem impõe um caução de 50 contos por cada contador.

Para além disso, a Beral Tin fica com os maiores reservatórios de água e obriga a Câmara a ir buscar o líquido a dezenas de quilómetros e a construir infra-estruturas necessárias, ao mesmo tempo que deixa apodrecer toda a

rede de esgotos e drenagem. Actualmente, sem quaisquer custos sociais, a empresa contrata 150 trabalhadores por 8 meses e vai dizendo que se o preço do volfrâmio descer no mercado internacional, voltará a encerrar a mina.

Face a esta situação escandalosa, o PCP e a CDU protestam e responsabilizam o Governo, criticando também a gestão PS na CM da Covilhã por permitir que a Beral Tin se desresponsabilize das suas obrigações sociais e estruturais, sem quaisquer contrapartidas. Os mais atingidos são contudo os residentes que vêm desaparecer imensos direitos adquiridos tais como água, aquecimento, energia, serviços de saúde, ensino, entre muitos outros.

4ª Assembleia é no sábado

A Concelhia da Covilhã realiza no próximo sábado, a sua 4ª Assembleia de Organização, que decorrerá sob o lema «Para uma vida melhor no concelho - Renovar e reforçar o Partido».

José Soeiro, membro da Comissão Política, assistirá aos trabalhos e fará o encerramento pelas 18 horas.

A assembleia irá analisar a realidade social e económica do concelho, que está a travessar sérias dificuldades fruto da política erra-

da que não incentiva a produção industrial ou agrícola. Como consequência, multiplicam-se as situações graves de desemprego, baixos salários, trabalho precário, e falta de saídas profissionais para os jovens.

Os comunistas da Covilhã vão traçar as orientações para o trabalho futuro e eleger a nova Comissão Concelhia, tendo sempre em vista alcançar uma vida melhor para os trabalhadores e populações do concelho.

Debate em Setúbal sobre educação

O ensino não se arrisca a deixar de ser uma actividade de prestígio? — eis a questão que modelou a iniciativa que a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP levou a cabo este fim-de-semana, no Edifício Arrábida, e que contou com a presença do deputado Paulo Rodrigues.

Partindo da constatação de que a crise da escola, a crise do sistema educativo tem como causa fundamental a política que se tem sucedido por responsabilidade do PSD (neste e noutros governos), e por isso mesmo se afigura como estrutural, revelada como uma permanência e porque reside e se explica na deficiente quantidade e qualidade dos edifícios, dos equipamentos, da escolarização, das aprendizagens e formações, no afrontamento aos direitos e interesses dos professores, pais e alunos e ao espírito da Constituição em matéria educativa, a discussão concluiu que intrinsecamente ganha forma e volume uma crise de valor e confiança que a não ser debelada põe em causa o futuro de gerações.

Realizada no quadro do Debate com o País que o PCP está a promover, a sessão contou ainda com intervenções dos professores Regina Marques e Alberto Sousa Pereira, e primou por uma notável participação de jovens alunos, na generalidade dos casos, ligados ao movimento associativo de estudantes.

Alargar o acesso ao ensino e aumentar o sucesso escolar é uma preocupação fundamental do PCP. Paulo Rodrigues, na qualidade de deputado, informou, do largo conjunto de propostas, que no âmbito da votação do Orçamento de Estado e em particular do PIDDAC o Grupo Parlamentar do PCP fez, das quais muitas com incidência distrital e no campo da educação e ensino, e que o PSD, com o apoio do PS, chumbou liminarmente.

Plenário de quadros em Vila Franca de Xira

Realizou-se recentemente o Plenário de Quadros do Concelho de Vila Franca de Xira do PCP, com a presença de mais de 120 quadros do concelho, membros de comissões de freguesia, células de empresas, JCP, organizações representativas dos trabalhadores, activistas do movimento associativo, entre outros. Nesta reunião, em que participaram Luís Sá e mais 30 intervenientes, foi vi-

sível a força social, política e eleitoral do partido, «força que assenta num passado de luta pelo pão e pela liberdade», como é afirmado numa nota à imprensa.

No plenário, verificou-se que se tem vindo a registar o encerramento e o desmembramento de grandes e médias empresas, especialmente nas indústrias de Alverca, Póvoa e Sobralinho, o desaparecimento de muitos postos de trabalho e o agravamento das condições laborais e dos vínculos dos trabalhadores com as entidades patronais. No entanto, o sector terciário continua a crescer de forma significativa. Os participantes concluíram que é necessário chegar às novas empresas onde não existem militantes comunistas, encontrar formas para manter a ligação do PCP com os camaradas despedidos e reformados e trazer ao Partido novos militantes.

A população do concelho tem vindo a alterar-se, devido ao grande afluxo de novos moradores. Por isso, é preciso reforçar o papel dos comunistas junto aos mais recentes habitantes, de forma a inserir na vida do concelho e de cada freguesia, acentuar a ligação do PCP com as comunidades imigrantes e o seu papel no combate ao racismo e à xenofobia e dinamizar a resolução dos graves problemas dos acessos e dos transportes pela abolição das portagens.

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira decidiu ainda promover cursos, debates e colóquios, «no sentido de elevar a preparação ideológica e cultural dos militantes, armando-os melhor para o grande confronto de ideias que hoje se trava na sociedade», aumentar a influência comunista junto das mulheres e melhorar a intervenção do Partido nas colectividades, associações culturais, desportivas, ambientalistas e associações de reformados, de pais, de pequenos e médios empresários. A comissão também resolveu «intervir em áreas de grande importância social, como a saúde, o ensino, a segurança das populações, e encontrar formas para abordar os graves problemas da toxicoddependência, da criminalidade e outros fenómenos negativos, consequências da degradação da situação social.»

Os comunistas constataram que a juventude tem vindo a alterar substancialmente a sua postura, aproximando-se muito mais dos ideais de esquerda, e sublinharam a envergadura das lutas travadas contra a política educacional do Governo.

As acções e a intervenção dos intelectuais e dos quadros técnicos comunistas foram também considerados importantes no decurso da reunião, bem como a criação de comissões específicas nos sectores do ensino, saúde, entre outras.

CIL ELEGEU LISTA UNITÁRIA

Duzentos e vinte e um membros de comissões de trabalhadores das principais empresas do distrito de Lisboa elegeram, no dia 25 de Janeiro, a Comissão Coordenadora das CTs da região (CIL). O acto eleitoral contou com a participação de 68 por cento dos membros das CTs que declararam a sua adesão à CIL. Para a coordenadora foram eleitos representantes da Cimpor, Mague, CP, Sorefame, Carris, General Motors, Epal, EDP, Hoescht, Robialac, MEC, Indep, Estoril-Sol, Tudor, A Nacional e Beiersdorf.

A lista unitária considerou que a participação no acto eleitoral e a eleição da coordenadora tiveram grande significado, na medida em que, apesar da destruição do aparelho produtivo, das privatizações e desmembramentos e das ameaças que pendem sobre as CTs e foram expressas nos projectos de revisão constitucional do PSD e do CDS, este movimento continua a constituir uma frente importante na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e da sua unidade.

TORRALTA

O Estado português deve intervir para impedir a falência da Torralta e salvaguardar os postos de trabalho, disse segunda-feira, à agência Lusa, Joaquim Pires. Esta exigência foi aprovada no plenário que reuniu, em instalações da Câmara Municipal de Grândola, no dia em que, apesar dos protestos da Comissão de Trabalhadores, do administrador judicial e da Troinveste (um dos três grupos candidatos a comprar os créditos do Estado na Torralta) a Assembleia de Credores foi mais uma vez adiada.

«A opção da falência é prejudicial para todos, a começar pelos trabalhadores. Não queremos acreditar que esta empresa possa estar parada seis ou sete anos», disse Joaquim Pires, esclarecendo que os trabalhadores pedem a intervenção do Estado porque não há entendimento entre os credores e «é necessário salvaguardar os postos de trabalho e recuperar a empresa».

«Se quiser, o Estado pode vender a Torralta depois, mas tem de intervir porque deve haver o bom senso de assegurar a continuidade da empresa», frisou o representante dos trabalhadores, que vão pedir audiências ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, ao Provedor de Justiça e aos partidos representados na AR.

Com este adiamento, «o cenário que está desenhado é o esgotamento dos prazos para a tomada de decisões (em 2 de Março termina o prazo definitivo), aparecendo depois o Governo a dizer que fez tudo ao seu alcance» - comentam, em informação à imprensa, a federação da Hotelaria e a CT da Torralta.

PORTUCEL

Um grupo internacional deverá, muito provavelmente, ser o accionista maioritário ou mesmo único das empresas altamente rentáveis do grupo Portucel que o Governo decidiu privatizar nas últimas duas semanas - alertou a federação das Indústrias de Celulose, Gráfica, Papel e Imprensa. Depois da Portucel Industrial, o executivo PSD/Cavaco decidiu na semana passada privatizar a Gescartão, onde estão incluídas a Portucel Viana, a Recicla e as três unidades de embalagem (Leiria, Albarraque e Guilhabreu).

FESTRU

O 6º Congresso da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos reúne amanhã e sábado, em Tróia, nas instalações da Torralta. Entre outros assuntos, os delegados vão debater e votar o programa de acção da Festru e eleger o órgão dirigente para o triénio 1995-98.

MÉDIO ORIENTE

Uma delegação da CGTP partiu segunda-feira para o Médio Oriente, onde visitará os territórios palestinos, a convite do PTUF (Federação dos Sindicatos Palestinos). Florival Lança, Carlos Trindade e Fernando Maurício, na sequência deste programa, serão também recebidos, em Israel, pela central sindical deste país, a Histadrut. O regresso a Lisboa, segundo o departamento de informação da Inter, está previsto para dia 20.

«1995 DEVE SER O ANO DAS 40 HORAS»

Na entrevista com José Ernesto Cartaxo que publicámos no número anterior, um lapso - facilmente detectado por leitores mais atentos - deturpou uma afirmação do dirigente da CGTP-IN. Reproduzimos aqui a resposta na sua versão correcta: «Hoje a questão está em saber se, na divisão internacional do trabalho, vamos competir em termos de baixos salários, longos horários e más condições de trabalho, ou se vamos apostar numa política de desenvolvimento económico e social, de salvaguarda e de modernização do aparelho produtivo e de aumento da qualificação da força de trabalho. Se for esta última a via que iremos seguir - e é esta que defendemos -, isso será compatível com o progresso social, logo exigirá horários de trabalho menos longos e menos penosos.»

Novo plenário nacional amanhã na Telecom

Uma notícia do «Tal & Qual» veio dar mais razões aos que exigem a demissão de Luís Todo Bom e a nomeação de outra administração para a maior empresa do País

Depois da manifestação de 31 de Janeiro, que cortou por seis horas o trânsito na zona do Forum Picoas, os trabalhadores da Portugal Telecom têm marcado para amanhã mais um plenário nacional, com início às 15 horas, na cantina da Rua Andrade Corvo. Em foco vai estar a posição irredutível da administração chefiada por Todo Bom, que insiste em discriminar a maioria dos trabalhadores na aplicação dos aumentos salariais e se recusa a prosseguir as negociações com as estruturas sindicais que não aceitaram nova perda de poder de compra nem a retirada de direitos conquistados e consagrados nos acordos de empresa dos TLP, da TDP e da Telecom Portugal (antes da fusão).

A reposição da legalidade na PT - exigem ainda os sindicatos que não alinharam com os minoritários da UGT e a administração de Todo Bom - requer também que seja posto termo às pressões para que os trabalhadores, individualmente, aceitem

um AE gravemente lesivo dos seus interesses e direitos, e que acabem as permanentes obstruções à actividade sindical.

Demita-se! Demitam-no!

Várias vezes, no decurso das acções dos trabalhadores da PT, tem sido gritado o slogan «Todo Bom fora da Telecom». A Federação das Comunicações e Telecomunicações, num comunicado antontem divulgado pela sua comissão executiva, volta a denunciar as ilegalidades cometidas pela administração e exige que seja posto fim a «todo um clima de terror» instalado na empresa.

A discriminação salarial, às pressões e ameaças para obter adesões individuais ao acordo subscrito com a UGT e ao impedimento do exercício da actividade sindical, veio na sexta-feira passada somar-se uma revelação feita pelo semanário «Tal & Qual»: os telefonemas de uma empresa de Luís Todo Bom, que

funciona em sua casa, são pagos pela Portugal Telecom.

Para a FCTA é ainda preocupante «a falta de transparência em todo o processo da anúncia da privatização da Portugal Telecom».

A federação reitera a exigência de demissão de Todo Bom, de forma a que urgentemente se veja na empresa «uma gestão séria e transparente».

Na segunda-feira, também o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações exigiu ao Governo que demita o presidente da administração da PT, caso este não peça a sua resignação. O Sintel afirma que trabalhadores da Portugal Telecom que utilizaram o telefone de serviço para «fins considerados não correctos» foram alvo de processo de despedimento, pelo que Todo Bom «não pode ficar impune».

O Sintel pretende também - segundo o comunicado citado pela Lusa - que o Governo ou quem de direito realize uma «rápida e isenta sindicância»

sobre casos ocorridos na Portugal Telecom, entre os quais as obras efectuadas no 11º piso do edifício-sede, o combustível distribuído em senhas e os critérios da sua atribuição.

Também o executivo do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP, num comunicado em que adianta vários factos esclarecedores do escândalo agora vindo a público, exige que Todo Bom se demita ou seja demitido. Os comunistas do sector em que se integra a célula da Telecom recordam as altas responsabilidades de Todo Bom no PSD e na Associação Industrial Portuguesa, e adiantam ainda que «consta, em meios da comunicação social, que nas Telecomunicações Nacionais, é o homem de mão do Grupo Espírito Santo - o principal accionista privado da Marconi; o único que tem capitais na TMN e Telecel; que lidera o grupo de avaliação da Portugal Telecom; que lidera o grupo que vai colocar à venda as acções da Portugal Telecom; e um dos grupos mais fortes e interessados na compra das acções da Portugal Telecom».

Assegurar na Expo-98 a segurança e os direitos

Por iniciativa da comissão que, na União dos Sindicatos de Lisboa, acompanha as questões relacionadas com a Expo-98, o coordenador da CGTP e vários outros dirigentes da central visitaram sexta-feira passada a zona onde aquela decorrerá. Na altura, foi reafirmada a importância de, quer na desimplantação das actividades ali existentes, quer na construção e funcionamento da Expo, manter os postos de trabalho, garantir níveis salariais condignos, respeitar os direitos reconhecidos na lei e na contratação e zelar por boas condições de higiene, segurança e saúde no trabalho - conforme reclama a USL na proposta de acordo que entregou para negociação com a administração da exposição e com as empresas envolvidas.

Os sindicatos exigem que a administração da Expo, nos contratos a estabelecer com as empresas instaladoras, inclua como condição o cumprimento das obrigações legais e da contratação colectiva, privilegiem a admissão directa (particularmente de pessoal das empresas desactivadas) e com contratos sem prazo (limitando a subcontratação e os contratos a termo). A USL pretende ainda que sejam facultadas condições para a necessária intervenção sindical, nomeadamente com a concessão de instalações adequadas e o livre acesso de sindicalistas à área da Expo.



Arbitrariedade na Caixa de Seguros

Em carta enviada, na semana passada, ao ministro do Emprego e Segurança Social, a CGTP exige que Falcão e Cunha revogue o despacho que exonerou o representante da Inter do cargo de vogal da direcção da Caixa Nacional de Seguros e Doenças Profissionais.

Depois de lembrar que o desempenho de Armando Tavares, nas funções para que foi designado em 1983 em representação da CGTP, «foi sempre enaltecido por todos os presidentes que passaram por essa instituição, assim como por várias entidades ligadas à prevenção e reparação

dos acidentes de trabalho e doenças profissionais», a central afirma que o despacho do ministro, «não fundamentado, constitui um acto arbitrário, prepotente e ilegal». «Aliás, é justo interrogarmo-nos sobre os verdadeiros objectivos que estarão por detrás da atitude de v. exª» - adianta a missiva subscrita por Carvalho da Silva, que regista «como curiosidade» o facto de, simultaneamente com a exoneração do vogal da CGTP, ter sido nomeado para presidente da Caixa o actual representante da UGT na Comissão de Revisão da lista das Doenças Profissionais.

Hoje, por todo o País, em jornada da CGTP Trabalhadores em luta

Por aumentos salariais justos, contra os despedimentos e por emprego com direitos, pelo horário máximo de 40 horas semanais, por outra política e outro Governo

Como foi anunciado nas acções de 26 de Janeiro, as estruturas do movimento sindical unitário promovem hoje uma nova jornada de luta a nível nacional. Em causa estão muitas situações de bloqueamento ou claro atropelo da negociação colectiva, com o patronato, em diferentes sectores e empresas, e o Governo, na administração pública e em quase todo o sector empresarial do Estado, a pretenderem impor actualizações salariais e revisões da contratação colectiva que são gravemente desfavoráveis para os trabalhadores. Mas, atacando as causas comuns que estão na origem de problemas sentidos nas diversas áreas, a CGTP e os sindicatos reafirmam a necessidade de alterar a política dos governos de Cavaco Silva e do PSD e de substituir urgentemente o executivo *laranja*.

Para hoje de tarde, foram convocadas greves por vários sindicatos, para que os trabalhadores possam participar nas acções promovidas a nível distrital, como sucederá, por exemplo, em Lisboa (concentração às 16 horas na Praça da Figueira), no Porto (15.30, na Rotunda da Boavista), em Braga (frente à Segurança Social e junto do Governo Civil), em Aveiro (14.30, na escadaria do Turismo), em Santarém (16.30, com deslocação ao Governo Civil), em Viseu, em Bragança (17 horas, Praça 1.º de Maio).

Anteontem, iniciou-se uma série de greves dos ferroviários, que tem hoje um ponto alto, com a paralisação de todo o pessoal não afectado ao movimento. Estão ainda em greve, entre outros, trabalhadores do calçado, vestuário, têxteis-lar, cordoaria e malhas, têxteis-lar, da construção, metalúrgicos, da construção, madeiras, mármore e materiais de construção, da celulose, papel, gráfica e imprensa, da alimentação, bebidas e tabacos.

Trabalhadores da indústria naval de Lisboa e Setúbal (Lisnave, Solisnor/Setenave e Lisnico) irão integrar-se na concentração de hoje, na Praça da Figueira,

respondendo ao apelo das suas ORTs. Na TAP tem lugar uma concentração, junto ao Edifício 25 do Aeroporto da Portela, hoje, às 15 horas.

Grundig

As organizações representativas dos trabalhadores do complexo Grundig-Blaupunkt apelaram à participação na iniciativa da União dos Sindicatos de Braga. Em nota de imprensa distribuída depois de um plenário de ORTs que teve lugar sexta-feira, é denunciado o abuso dos contratos a termo nas empresas daquele complexo, onde há trabalhadores que estão a prazo há seis e mais anos.

Reconhecendo à empresa o direito de recorrer, como fez, da recente sentença do Tribunal de Trabalho de Braga que deu razão aos trabalhadores e exigiu o anullamento do despedimento colectivo, as ORTs manifestaram a esperança de que, «nesta fase do recurso ao Tribunal do Porto, o processo não seja tão moroso e que a justiça se faça cumprir o mais rápido possível». A primeira fase durou cerca de dois anos.

Efacec Elevadores

A greve de dias 9 e 10 na Efacec Elevadores teve a adesão de cerca de 95 por cento dos trabalhadores, que se concentraram frente à *empresa-mãe* na Arroiteia/Via Norte, onde executaram uma acção de protesto com corte de estrada. Já na semana anterior, os trabalhadores haviam paralisado contra a transferência da empresa da Arroiteia para a Maia e a perda de direitos e regalias que isso lhes trouxe. Exigem o pagamento do tempo do trajecto gasto a mais nas deslocações e a garantia de transporte em caso de comprovada necessidade dos trabalhadores. «Não se trata de nenhuma esmola, mas sim de direitos e regalias praticados noutras empresas do Grupo Efacec, que correspondem às justas necessidades sociais dos trabalhadores», afirma-se numa nota

do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte.

Sorefame

Intensificar a luta é o caminho proposto pelos organismos representativos dos trabalhadores da Sorefame e da Hidrosorefame, caso se mostrasse inconclusiva a reunião que a administração marcou para anteontem à tarde. Esta reunião, marcada de acordo com uma exigência da assembleia geral de trabalhadores na sequência das acções de 7 e 8 de Fevereiro, é considerada como «importante» pelos ORTs, que, numa informação divulgada sexta-feira, afirmam esperar «que a administração traga para a mesa a abertura necessária à negociação do Caderno Reivindicativo/95 e para negociar as nossas propostas para a resolução do despedimento colectivo».

Administração Pública

O apoio à jornada de hoje foi manifestado pela comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública, que acusa o Governo de, enquanto «persiste em não dar resposta aos principais problemas que afectam os trabalhadores», avançar com «um pacote legislativo que pretende agravar significativamente os regimes de férias, faltas e licenças, concursos, atribuição do subsídio por morte, esvaziar de conteúdo o direito à higiene e segurança e instituir indemnizações para *desvinculações* de forma muito mais gravosa do que a existente no regime geral de trabalho».

Este pacote foi objecto de uma conferência de imprensa, no dia 8, do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. O STAL, apelando à participação nas acções de hoje, anunciou que vai realizar concentrações de activistas e dirigentes sindicais

nas regiões, frente às delegações do Ministério do Planeamento e Administração do Território (22 de Fevereiro, Faro, Évora e Beja; 1 de Março, Leiria, Coimbra e Aveiro; 10 de Março, Braga, Porto, Viana do Castelo e Santarém; 15 de Março, Castelo Branco, Guarda, Bragança e Setúbal; 22 de Março, Vila Real, Viseu, Portalegre e Lisboa). Para exigir

negociações salariais sérias, a reformulação dos projectos de diploma que integram o *pacote*, e que o Governo responda à carta reivindicativa apresentada há mais de um ano, o STAL convocou ainda uma concentração-manifestação nacional para 31 de Março, em Lisboa.

A Fenprof e os sindicatos dos professores convocaram para

hoje uma greve nacional. Na passada sexta-feira, sindicalistas docentes estiveram em vigília frente ao Ministério da Educação, exigindo respostas às questões colocadas no final de Dezembro e que continuem a agravar-se. O calendário de lutas da Fenprof inclui ainda a entrega de abaixo-assinados e uma manifestação nacional a 24 de Março.



A luta dos trabalhadores da Xavi teve, já este ano, como pontos altos a greve e corte de estrada de 6 de Janeiro e a participação na manifestação de dia 26, em Braga

Acção dá frutos na Xavi e na Philips

A União dos Sindicatos de Braga, o Sindicato do Calçado e dos Químicos e a empresa Xavi chegaram na semana passada a acordo, pondo fim ao diferendo que opunha 300 trabalhadores à administração.

No final de uma reunião realizada dia 9 nas instalações da empresa, em Guimarães, foi assinado um protocolo, mediante o qual a Xavi se compromete, «a partir da próxima segunda-feira e durante o mês de Fevereiro, a chamar 22 trabalhadores, envolvendo todos os dirigentes e delegados sindicais, e duas trabalhadoras despedidas».

Segundo uma fonte sindical citada pela agência Lusa, «a

fábrica aceitou, também, enquadrar os restantes trabalhadores nos postos de trabalho, de acordo com as necessidades técnicas da empresa, para dar resposta a problemas urgentes de ordem social». «Durante os meses de Março e Abril, a Xavi tenciona absorver a maioria dos trabalhadores» e «reconhece o direito às indemnizações e ao pagamento dos salários em atraso, em montante e prazos a fixar por mútuo acordo». A Xavi vai «negociar com as partes envolvidas, incluindo a Segurança Social e outros credores, uma garantia real de pagamento das quantias acordadas» e aceita «para todos os efeitos que os contratos de trabalho nunca caducaram».

Administração e trabalhadores deverão «acompanhar o processo através de um diálogo continuado no sentido de encontrar as melhores soluções».

A administração da Philips-Ovar foi autuada pela Inspeção do Trabalho (IDICT), por incorrecta classificação profissional de elevado número de trabalhadores.

A intervenção foi desencadeada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, «depois de a administração da Philips de Ovar, numa reunião que teve com o SIEC, ter revelado incapacidade para dialogar e para resolver equitativamente o problema» - refere um comunicado do sindicato. Segundo números fornecidos pela empresa, em Outubro de 1994 a Philips

empregava, na fábrica de Ovar, 1526 trabalhadores, 80 por cento dos quais estavam classificados como *especializados do 2.º escalão* (o grau 10A do CCTV do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico, onde abusivamente são classificadas milhares de trabalhadoras que efectivamente desempenham funções superiores, como os sindicatos têm denunciado). Mais de metade do pessoal da Philips-Ovar estava, naquela data, contratado a prazo, refere o SIEC.

Estes indicadores permitem ao sindicato vislumbrar «os contornos da estratégia empresarial da Philips: pagar baixos salários, mantendo todos os trabalhadores directos da produção no 10A, e manter permanentemente instabilidade no emprego, através do uso e abuso dos contratos a prazo».

Nesta primeira fase, a empresa deverá classificar, retroactivamente, como *especializados do 1.º escalão* (grau 8) os trabalhadores que operam com máquinas. Se não o fizer, responderá em tribunal.

Sublinhando que «a luta não parou aqui», depois de saudar a participação na luta de 26 de Janeiro pela redução do horário de trabalho, o SIEC exige a redução do horário para 40 horas, uma vez que a semana de 42 horas hoje praticada em Portugal não encontra paralelo em nenhuma empresa da Philips na Europa e é o horário mais elevado em empresas congéneres da CE.

Desenvolvimento económico com melhores salários e mais emprego



«Salários, emprego e desenvolvimento económico» foi o tema do debate que teve lugar dia 9, em Lisboa, e que contou com a participação de Agostinho Lopes, Carvalho da Silva, Domingos Abrantes, Sérgio Ribeiro, Ulisses Garrido, Vasco Cal e dezenas de pessoas (nomeadamente sindicalistas e economistas) que encheram o auditório do Centro de Trabalho Vitória.

A melhoria das condições de vida do povo foi apontada, pela generalidade dos intervenientes, como objectivo primeiro do desenvolvimento económico,

opondo-se à tendência actualmente dominante no mundo capitalista, que privilegia o lucro rápido e menospreza os aspectos sociais. Foram apontadas vias e propostas que, com uma nova política, podem permitir um efectivo desenvolvimento económico, com a melhoria dos salários, o fim dos despedimentos e o relançamento da criação de postos de trabalho.

Contamos, no próximo número, tratar com maior detalhe esta iniciativa, integrada no «Debate com o País», que o PCP está a promover.

CONTROLO OCEÂNICO NOS AÇORES

A manutenção na ilha de Santa Maria do Centro de Controlo Oceânico continua a mobilizar a atenção de muitos cidadãos da Região Autónoma dos Açores e a justificar iniciativas e diligências de várias entidades e organizações. Foi o caso do Grupo Parlamentar do PCP que, através do seu deputado Lino de Carvalho, em requerimento dirigido ao Governo, indagou sobre o comportamento da ANA-EP no que se refere a esta matéria. Em causa está, concretamente, a possibilidade de não estar ser cumprido por parte da ANA-EP o despacho do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que defende a necessidade de ser reequacionado e reformulado o projecto do Centro de Controlo Oceânico, por forma a garantir a sua manutenção na Ilha de Santa Maria, Açores. Ora sucede que existem informações de que efectivamente não só não está a ser cumprido o referido despacho, como está a ser ignorada a vontade política da Assembleia da República, que se pronunciou unanimemente sobre o assunto, o que levou Lino de Carvalho a questionar o Governo sobre as medidas que pensa adoptar com vista a que aquelas determinações sejam cumpridas e o Centro de Controlo Oceânico seja mantido na Ilha de Santa Maria.

AUDIÇÃO À GESTÃO DA CP

Reclamando contra o que consideram ser uma tentativa do Grupo Parlamentar do PSD de as impedir de prestarem depoimentos no quadro da audição parlamentar em curso à gestão da CP, as comissões de trabalhadores da CP, da EMEF e da SOFLUSA emitiram um comunicado conjunto onde consideram "inadmissível" tal atitude.

Intitulado "De que tem medo o PSD/Governo?", o texto refere que a proibição de as CTs serem ouvidas constitui uma afronta à Lei 46/79, a qual estabelece que compete às comissões de trabalhadores "participar por escrito aos órgãos de fiscalização da empresa, ou das autoridades competentes na falta de adequada actuação daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos Estatutos da Empresa ou às disposições imperativas do Plano". Depois de chamarem a atenção para a gravidade desta atitude da bancada da maioria, as CTs reclamam de Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República, e do responsável pela Comissão Parlamentar de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente a adopção de medidas que revoguem a decisão e reponha a "possibilidade do exercício de um direito garantido numa Lei da República".

Em causa o voto de milhares de jovens PSD rejeita recenseamento extraordinário

A Assembleia da República rejeitou, na passada semana, apenas com os votos do PSD, a aprovação de um projecto de lei que visava o estabelecimento de um período extraordinário de recenseamento para os cidadãos eleitores que completassem 18 anos antes das próximas eleições legislativas. Ao inviabilizar o diploma, da iniciativa do PS, a bancada da maioria impede que milhares de jovens que completam 18 anos até a data das legislativas, mas que ainda não estão recenseados, possam cumprir o seu direito de votar.

Muito embora a solução preconizada não resolvesse todos os problemas, a verdade é que poderia constituir uma base de trabalho susceptível de ser melhorada em sede de especialidade, com vista a possibilitar a referida capacidade eleitoral aos jovens que completassem 18 anos até ao dia do sufrágio para a Assembleia da República. Assim o não entenderam os deputados do PSD, restando agora aguardar pela sua posição relativamente a um projecto de lei do PCP, a aguardar agendamento, sobre a mesma matéria.

Por resolver no diploma so-

cialista estavam, concretamente - e estes foram aspectos para os quais chamou a atenção o deputado comunista António Filipe -, por um lado, o facto de a inscrição no recenseamento de todos os jovens que cumprissem 18 anos até ao dia do acto eleitoral obrigar à inscrição de jovens menores de 18 anos, ou seja, sem capacidade eleitoral, e, por outro, a questão da indispensabilidade de fazer coincidir a capacidade eleitoral activa e passiva, isto é, garantir aos jovens de 18 anos tanto o direito a votar como a ser candidato.

No primeiro caso, como fez



Garantir o direito de votar ao maior número possível de cidadãos

questão de assinalar o deputado comunista, no momento em que se fixasse o mapa eleitoral, ou os jovens seriam considerados cida-

dãos sem capacidade eleitoral ou seria fixado um mapa sem correspondência com o universo eleitoral real reportado ao dia da

eleição.

No segundo caso, tal qual está configurado, o projecto do PS obrigaria a dissociar a capacidade eleitoral activa e passiva (o jovem poderia votar mas não poderia ser candidato), dado que não é possível admitir a candidatura de cidadãos sem capacidade eleitoral.

Nenhum destes problemas, porém, é insolúvel, como tratou de demonstrar António Filipe ao colocar no centro do debate uma outra solução defendida pelo PCP - consubstanciada no referido projecto de lei a que já fizemos referência na última edição do "Avante!" - que permitiria em sua opinião minorar em muito as objecções colocadas.

Trata-se da abertura de um período de recenseamento extraordinário de quatro dias, entre 20 e 23 de Fevereiro, exclusivamente para os novos eleitores, o qual possibilitaria que todos os jovens que se inscrevessem nesse período já poderiam participar com plena capacidade em eleições que se realizassem a partir de Maio de 1995.

Alto Alentejo e Serpa recebem deputados comunistas

A falta de apoio governamental e a adopção de políticas erradas em matéria de política económica constituem dois dos principais factores que explicam as dificuldades em que vivem muitas empresas, algumas sob a ameaça de falência, nos concelhos do Alto Alentejo. Esta, uma das conclusões apuradas pelos deputados comunistas que percorreram em visita de trabalho, no final da passada semana, os concelhos de Campo Maior, Elvas, Ponde de Sor, Portalegre e Sousel.

Destinada a uma maior aproximação e conhecimento da realidade vivida nas empresas, bem como do funcionamento das instituições sociais e de saúde no distrito de Portalegre, esta deslocação dos deputados António Murteira, Lino de Carvalho e Luís Peixoto - após encontros com representantes de instituições como os Bombeiros, a Cooperativa de Habitação e o Núcleo de Empresários de Ponte de Sôr - permitiu ainda constatar as dificuldades sentidas pelas empresas e cooperativas na obtenção de crédito, bem como o atraso existente no pagamento das dívidas pela Segurança Social.

Em encontro com sindicalistas, os deputados tiveram ainda ensejo de contactar com a realidade laboral, no essencial caracterizada pelo desemprego e pela precariedade do regime de trabalho, tendo igualmente tomado conhecimento da perda de qualidade dos serviços prestados à população resultante da desorga-

nização e centralização das instituições da Administração Pública.

Na Rota da Água

Também o concelho de Serpa, no último sábado, recebeu a visita de António Murteira, que se deslocou mais exactamente a todas as captações de água existentes no Município, às barragens abandonadas do Facho e da Varetta e ao local onde será construída a barragem do Enxoé. Depois de ter estado em Elvas e Campo Maior de visita ao perímetro de Rega do Caia e de ter contactado com a Associação de Regantes, António Murteira iniciou com este pequeno périplo aquilo que designou por Rota da Água e dos Perímetros de Rega do Alentejo.

Com esta iniciativa, de acordo com declarações de António Murteira ao "Avante!", o PCP pretende manifestar o seu firme apoio às populações e agriculto-

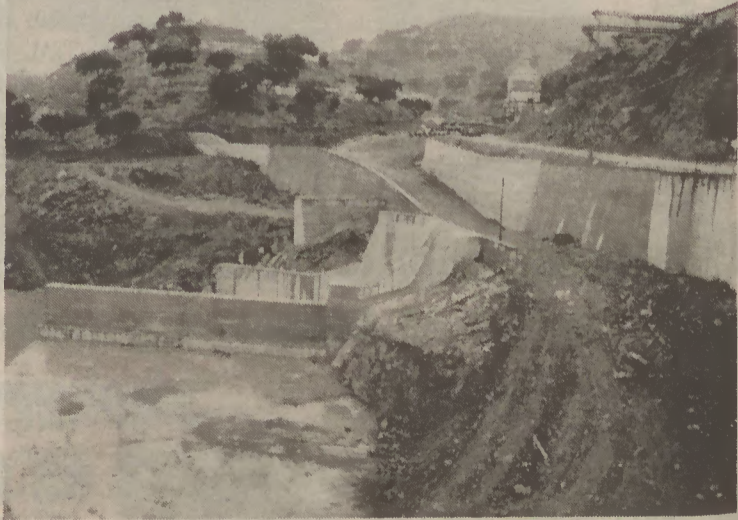
res alentejanos e às suas autarquias na luta que vêm travando pela resolução do problema da água no Alentejo.

O ponto de vista defendido pelo deputado do PCP é o de que o "Alentejo pode ter água disponível suficiente para abastecer as populações, a agricultura e a indústria", bastando para tanto que sejam construídas as infra-estruturas hidráulicas (barragens e outras obras) que permitam armazenar a água dos rios e de outros cursos de água, bem como da chuva, de modo a que essa água "esteja disponível e seja levada onde faz falta, em anos de seca".

Paradigmático a este respeito é o caso do Guadiana e da barragem do Alqueva, sem a qual, friso, não é possível armazenar os quatro mil milhões de metros cúbicos de água que todos os anos vão perder-se no oceano, e que são absolutamente indispensáveis para alimentar no futuro o sistema de pequenas e médias albufeiras que, de outra maneira, como sucede presentemente, em anos de seca, ficam sem água.

"Sem o Alqueva, o problema

da água e do desenvolvimento do Alentejo não tem solução à vista", enfatizou António Murteira, que defendeu, simultaneamente, desde já, outras obras que em sua opinião "podem e devem ser feitas", como é o caso da barragem do Enxoé, da Gema e Água Branca (Odemira), da barragem de Minutos (Montemor-o-



Alqueva é fundamental para resolver o problema da água e do desenvolvimento do Alentejo

Novo), ou da ligação das albufeiras de Odivelas, Roxo e Alvito.

Lembrado por António Murteira foi ainda o facto de existir água disponível que não está a ser aproveitada, como sucede na herdade do Facho em Vila Nova de S. Bento, onde duas barragens cheias de água estão completa-

mente abandonadas com 3,5 milhões de metros cúbicos de água. "A proprietária vive em Lisboa e tem aquilo ao abandono, a água e a terra. Por que espera o Governo para requisitar a água das barragens da Varetta e do Facho para que a Câmara Municipal a possá ligar à rede públi-

Centralização do capital e saque dos dinheiros públicos

O encarecimento dos serviços bancários, o acréscimo de dificuldades no acesso ao crédito para a generalidade dos utentes, a transferência de riqueza do sector produtivo da economia para o sector financeiro, a acumulação de lucros fabulosos (586 milhões de contos em 1993) ao mesmo tempo que ocorre o processo de falência de muitas empresas, eis, sucintamente, alguns dos traços distintivos da situação existente na banca portuguesa.

Qualquer deles, na opinião do deputado comunista Alexandrino Saldanha, resultado directo da centralização acelerada do capital, um processo onde avultam nos seus desenvolvimentos mais recentes as reprivatizações do Banco Pinto e Sotto Mayor, do Banco de Fomento, a OPA do BCP sobre o BPA e a anunciada aquisição de 50 por cento do capital do banco Totta & Açores por António Champalimaud.

Aliás, a concretizarem-se as operações em curso no sector bancário - foi o deputado do PCP a lembrá-lo - "dois grandes grupos capitalistas (grupo Champalimaud e grupo BCP/Mello) dominarão mais de 50 por cento do sector financeiro, que colocarão ao serviço da maximização do lucro e não de defesa do desenvolvimento sustentado da economia nacional".

Ora foi precisamente sobre esta história obscura de privatizações ao serviço de velhos e

novos banqueiros e outras clientelas, onde abundam os casos de autêntico "saque dos dinheiros e do património públicos", que falou desenvolvidamente o deputado comunista na sua intervenção.



A concretizarem-se as operações em curso no sector bancário, os grupos Champalimaud e BCP/Mello dominarão mais de 50 por cento do sector financeiro

Proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana, foi sobretudo uma reflexão que se constituiu num

verdadeiro libelo acusatório contra uma política de desastrosas consequências, claramente reflectidas, por exemplo, para além dos aspectos inicialmente referidos, na degradação do atendimento ao público (resultado em larga medida da redução de milhares de postos de trabalho) e nos atentados às condições de vida dos trabalhadores bancários e à sua dignidade.

A este último respeito, na decorrência da impunidade que gozam os banqueiros e do apoio que recebem do Governo PSD, Alexandrino Saldanha citou como exemplo a insegurança, a repressão e o medo que alas-

de trabalho ou a reformarem-se".

O caso do BCI, lembrado pelo deputado comunista, é disso testemunho: muitos trabalhadores continuam a ser coagidos a trabalhar muito para além das sete horas diárias, sem que sejam remunerados por esse trabalho suplementar.

"Noutro banco - referiu - houve um administrador que sempre teve o apoio do PSD que assumiu perante a respectiva comissão de trabalhadores que tomou medidas ilegais, mas que as vai manter, faça a comissão de trabalhadores o que fizer".

Elucidativo dos mesmos métodos é ainda o BCP, banco que quer absorver o BPA e a UBP e que "exige uma disponibilidade diária quase total do trabalhador, incluindo aos sábados e domingos, o que afasta a contratação de mulheres".

Referenciado por Alexandrino Saldanha como exemplo do "laxismo e protecção do Governo" foi também o caso da Caixa Económica Açoreana em relação à qual o Executivo tem desde 1988 conhecimento de irregularidades cometidas pela administração, sem que isso se tenha traduzido em qualquer acto de responsabilização da mesma.

tram em quase todos os locais de trabalho, de par com as "pressões, coacções e até chantagens para obrigarem os bancários a venderem o seu posto

Transporte de doentes por bombeiros

Isentar os corpos de bombeiros legalmente constituídos da tramitação legal a que se encontram sujeitas as demais entidades que pretendem adquirir o alvará para o exercício da actividade de transporte de doentes, tal é o objectivo de um projecto do Grupo Parlamentar do PCP, já entregue na Mesa da Assembleia da República.

Na base do diploma, é entendimento dos parlamentares comunistas de que não faz sentido os corpos de bombeiros necessitarem, de acordo com a legislação vigente, de obter do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), em pé de igualdade com quaisquer entidades privadas, a concessão de alvará para o exercício da actividade de transporte de doentes.

Se esta situação carece de justificação, uma vez que se trata do cumprimento por parte dos bombeiros de missões que são as suas e que sempre cumpriram, outros aspectos há na aplicação do regime instituído, do ponto de vista do Grupo comunista, que se afiguram igualmente incorrectos.

Com efeito, muito embora o Decreto-Lei sobre esta matéria (Nº 38/92, de 28 de Março) preveja entre os critérios para a atribuição de alvarás a "verificação da necessidade de mais operadores na respectiva área", a verdade é que se têm verificado casos em que o INEM tem atribuído alvarás a operadores privados em áreas onde se sediam corpos de bombeiros sem alvará definitivo para o transporte de doentes.

"Com este procedimento - lê-se no preâmbulo do projecto subscrito pela formação comunista -, o Governo e o INEM tratam a actividade de transporte de doentes como um mero objecto de negócios privados, com prejuízo dos corpos de bombeiros, que têm prestado também nesta área inestimáveis serviços do País".

Recorde-se que este é, efectivamente, um dos serviços mais relevantes prestados pelos corpos de bombeiros - em 1993, segundo o Serviço Nacional de Bombeiros, houve 1.750.000 intervenções de transporte de doentes ou sinistrados -, constituindo simultaneamente uma das suas fontes de receita mais significativas.

Em apoio da agricultura e dos agricultores PCP avança com Lei de Bases da Política Agrária

O Grupo Parlamentar do PCP reapresentou na passada semana na Assembleia da República o seu projecto de lei de Bases de Política Agrária no qual se definem não apenas os objectivos fundamentais da política agrária nacional como as condições para a sua realização e as medidas de apoio técnico e financeiro que o Estado deverá assegurar aos agricultores portugueses.

No seu articulado, que contempla algumas alterações relativamente a idêntico projecto apresentado e chumbado pelo PSD em 1993, o diploma do PCP define concretamente um conjunto de acções e produções prioritárias que terão apoios especiais dirigidas aos produtores que adiram aos programas de orientação e fomento da produção previstas na lei

Nos seus objectivos, o diploma visa igualmente medidas de política para a melhoria da estrutura das explorações, bem como para a organização da comercialização e para o apoio à investigação, experimentação e formação profissional.

Para aferir da importância deste conjunto de medidas, basta recordar que os agricultores portugueses, designadamente os pequenos e médios, têm sido um dos grupos sociais mais penalizados, quer pelas orientações seguidas pelo Governo, quer pelas consequências da integração da economia portuguesa nas Comunidades Europeias.

Disso mesmo é testemunho a acentuada quebra do rendimento líquido familiar dos agricultores, que baixou, de 1986 a 1994, em valores reais, cerca de 35 por cento, sendo que cerca de metade do investimento total efectuado no sector foi para o pagamento de juros dos empréstimos obtidos.

Realce merece também o facto de a produção agrícola nacional vir a ser desincentivada desde há cerca de uma década, o que se traduz num agrava-

mento claro da taxa de cobertura agro-alimentar (baixou de 51 por cento em 1986 para 35 por cento em Setembro de 1994) e na quebra da respectiva produção (diminuiu em valores reais abaixo dos valores de 1986).

Num quadro de previsível agravamento de todos estes indicadores, face à reforma da PAC e aos acordos do GATT - como assinala o projecto do PCP na sua nota preambular -, ganha, por conseguinte, maior impor-

tância a adopção de uma política agrícola nacional "integrada e orientada para a melhoria sustentada da estrutura produtiva, para o apoio efectivo ao associativismo, à formação e ao rejuvenescimento do tecido social no sector, para o apoio à investigação, para o redimensionamento e modernização das explorações, para o estímulo à alteração dos sistemas de produção, para a promoção da produção nacional, para a defesa dos mercados nacionais"



A agricultura precisa de apoios de natureza técnica e financeira

Desactivação de estação nos Açores PCP exige compensação para os prejuízos

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu que os Açores, em particular a Ilha das Flores, sejam devidamente compensados pelos prejuízos decorrentes dos termos do acordo celebrado com a França que levaram à cessação por parte deste país da actividade da sua Estação de Telemedidas instalada naquela Ilha.

Em debate faz hoje oito dias, a propósito de uma Proposta de Resolução sobre as facilidades concedidas à República Francesa na Região Autónoma dos Açores, o essencial da questão, do ponto de vista da bancada comunista, tem a ver com o que considera serem os prejuízos para os antigos trabalhadores da Estação e da população em geral, bem como para o desenvolvimento da Ilha das Flores, resultantes da desactivação daquela instalação.

Para o deputado comunista Lino de Carvalho, o problema de fundo reside na natureza de "decisões e estratégias" que em sua opinião são erradas e que levam a "fazer depender a vida de vastas regiões e das suas populações, não de um processo sustentado de desenvolvimento, assente no aproveitamento dos seus recursos, mas em acordos, com terceiros, sujeitos exclusivamente aos interesses e orientações desses terceiros, que, de um momento para o outro, levantam «ferro» deixando as respectivas regiões de mãos vazias".

Discordando do facto de o Acordo prever que 40 por cento das verbas negociadas como contrapartidas sejam canalizadas para o financiamento do Orçamento de Defesa Nacional, Lino de Carvalho exigiu igualmente que essas contrapartidas revertam integralmente para a Região Autónoma dos Açores, designadamente para a Ilha das Flores, como forma, sublinhou, de minorar os impactos negativos da saída da França, promovendo simultaneamente novas actividades e a criação de emprego.

Campanha Nacional de Fundos Grandes comícios são grandes oportunidades

Iniciativas como a do comício do PCP em Loures, no próximo domingo no Pavilhão Paz e Amizade, ou as múltiplas que se organizam em torno da comemoração do aniversário do Partido - com destaque para o já anunciado comício no Coliseu de Lisboa a 3 de Março ou o do Parque de Exposições de Gaia a 12 do mesmo mês - são excelentes oportunidades para fazer a Campanha Nacional de Fundos dar mais um salto em frente em direcção à rápida concretização dos seus objectivos: angariar 150 mil contos que ajudem o PCP a ter sucesso na batalha eleitoral e política que se avizinha.

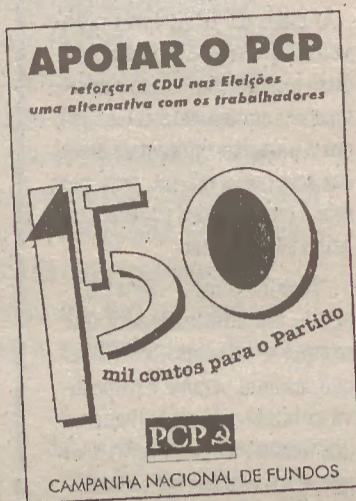
Elemento fundamental para a dinamização de iniciativas é o cartaz sobre a Campanha Nacional de Fundos, que pode ser usado em bancas, decoração de sedes e reuniões, colagens públicas em locais escolhidos e o mais que a imaginação dos camaradas envolvidos nesta iniciativa permitir organizar.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido car-

taz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Pequenas e grandes iniciativas

Mas não só de grandes iniciativas viverá esta Campanha Nacional de Fundos. Boas ideias em torno de pequenas acções podem dar contributos decisivos para o sucesso desta iniciativa. Um exemplo é dado na própria sede nacional do PCP onde todas as segundas-feiras dois



camaradas funcionários, diferentes todas as semanas, trazem um bolo feito em casa para ser vendido no bar que ali funciona, revertendo o resultado dessa venda em favor da Campanha.

Como já noticiámos, foi entretanto aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Miguel Torga Homenagem no município lisboeta

Miguel Torga foi o objecto de uma moção apresentada pelo Grupo do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa e subscrita no passado dia 9 por todas as forças políticas com assento naquele órgão. Aprovada por unanimidade e aclamação, a leitura da moção foi seguida do silêncio de um minuto em homenagem ao escritor e poeta recentemente falecido.

O texto da moção é o seguinte:

Ar livre!, gritou ele na noite tremenda do fascismo. Falou do Douro, dos explorados e dos exploradores.

Falou dos bichos que eram, e são, homens e mulheres das brenhas transmontanas, tão longe ainda da liberdade construída por todos e do progresso.

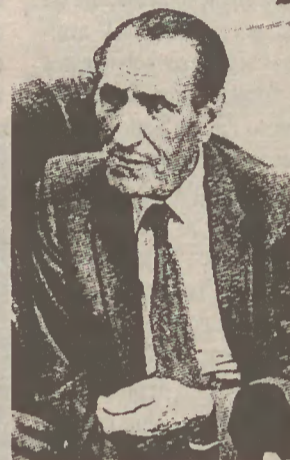
Falou de nós. Deste povo que o mereceu e o merece.

Merece agora a nossa amizade, o aceno companheiro de sempre.

Se pedíssemos para ele alguma coisa, não chegaria uma rua, nem uma praça.

Pediríamos uma cidade e um País livre, cheiro de alegria e de futuro.

De Lisboa, apenas podemos dizer que foi a primeira cidade a conquistar a liberdade, tão livre era já no coração do povo que a construiu. De Lisboa diremos apenas que recordaremos obrigatoriamente numa rua, numa praça, numa avenida, em todas as praças e avenidas, o seu nome - Miguel Torga, Homem e Escritor nosso companheiro e criador, no melhor sentido da palavra, do mundo de liberdade que ele visionou e quis erguer connosco.



Pagamento de prejuízos do lobo é «montanha que pariu um rato»

Depois de «longos anos de acção e denúncia» por parte da Associação dos Pastores Transmontanos (APT) e da CNA, o Ministério do Ambiente e o Instituto de Conservação da Natureza «decidiram abrir "timidamente" os cordões à bolsa e adiantar numa primeira prestação uns magros tostões para ressarcir os Pastores dos prejuízos causados pelo lobo», lê-se num comunicado daquela associação agora divulgado.

Para os pastores, no entanto, «a montanha pariu um rato» pois, os Serviços dos Parques Naturais e o Governo apenas se propõem pagar parte dos danos causados entre 1988 a 1990 da dívida do Estado aos Pastores Transmontanos, «deixando os restantes pagamentos mais uns anitos a amontoar-se».

A APT refere que continuam a faltar as presas naturais predilectas do lobo (cabendo o seu

fomento aos Serviços do Estado) e o lobo continuará a aumentar os seus ataques e a aumentar as dívidas dos pastores.

Nesse comunicado, recorda-se que em Novembro de 1994, a APT denunciou publicamente as sucessivas promessas incumpridas do Instituto de Conservação da Natureza e da ministra do Ambiente quanto aos pagamentos dos prejuízos do lobo.

«As nossas reclamações

tinham como suporte legal o artigo 6 da Lei nº 90/88 que responsabiliza o Estado face a eventuais prejuízos causados pelo lobo, estabelecendo um prazo de pagamento nunca superior a 60 dias após a sua comprovação», recorda-se.

Prejuízos não estão contabilizados

Para os pastores, a estimativa oficial dos prejuízos recenseados (37 mil contos) é muitíssimo inferior ao real nas áreas dos Parques Naturais, mesmo não contando com os avultados prejuízos anteriores a 1988 nunca recenseados pelos serviços ou dos animais desaparecidos sem vestígio, «que ninguém quer assumir os seus pagamentos e os respectivos juros destes montantes», diz a APT.

A APT insurgiu-se também contra as insinuações, que afectam a honra dos pastores, produzidas na comunicação social de forma «mais ou menos velada», pelo Director do Parque Natural de Montezinho que «são a nosso ver um autêntico acto persecutório contra a nossa classe».

JCP analisa Ensino em Braga precisa de outra política

O Organismo do Ensino Secundário do Distrito de Braga da JCP esteve reunido no passado sábado e emitiu um comunicado onde denuncia a existência de turmas superlotadas no distrito, «chegando a englobar 44 alunos à noite».

Na nota afirma-se que faltam escolas secundárias para ministrar os 10º, 11º e 12º anos em Cabeceiras de Basto, «o que resulta na deslocação e alojamento dos alunos para os centros urbanos de Braga e Guimarães».

Nas escolas existentes, os equipamentos para complemento do estudo de laboratório, electrónica e teatro estão já ultrapassados e faltam espaços destinados aos alunos, nomeadamente salas de convívio.

A nota da JCP refere também o caso da escola secundária de

Maximinos que não dispõe de cantina, sendo as refeições servidas na escola preparatória que dista a um quilómetro.

Por fim, é generalizado o sentimento de falta de segurança, «dentro e fora das instalações» escolares.

«No próximo ano lectivo 95/96, com a generalização ao 12º ano da Reforma Curricular, não há capacidade para albergar o número de alunos (que se prevê virem a frequentar aquele ano. Basta dizer que o actual 12º ano), com 3 ou 4 disciplinas, já é obrigado a funcionar à noite. Quando passarmos para 9 disciplinas perguntamos: onde meter esses alunos com a carga lectiva semanal a triplicar?», lê-se na referida nota, que saúda a XIV Assembleia da Federação Municipal da Juventude Democrática que decorria no Seixal.



O lobo tem de ser protegido, mas demoram e não são justas as compensações devidas aos pastores por perda de gado, devido a ataques dos lobos, nem se povoam os Parques Naturais com as presas naturais do predador

As mulheres na política — um défice democrático

A participação das mulheres na vida política das democracias ocidentais recuou nos últimos anos, constatou o Conselho da Europa, na reunião realizada na passada quinta-feira, em Estrasburgo, preparatória da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, promovida pelas Nações Unidas e que terá lugar em Pequim, de 4 a 15 de Setembro.

Subordinada ao tema "Igualdade e democracia: Utopia e Desafio?", a Conferência europeia visou aprofundar a troca de ideias sobre a questão da igualdade de sexos numa perspectiva de direitos humanos, bem como as novas dimensões da democracia e cidadania e pleno usufruto dos direitos da pessoa humana pelas mulheres.

As conclusões a que se chegou em Estrasburgo não foram animadoras. Segundo os diversos intervenientes, a participação das mulheres na vida política das democracias ocidentais recuou nos últimos anos, pelo que urge elaborar estratégias para remediar esta situação.

Como lamentou a presidente irlandesa, Mary Robinson, na abertura da conferência, em 1994, as mulheres só representavam 11 por cento dos parlamentares de 54 países da Europa e América do Norte membros das Nações Unidas, contra 16 por cento em 1985. Além disso, ocupavam menos de 25 por cento dos postos de responsabilidade nos sindicatos dos países da União Europeia e ainda

menos nas organizações patronais e administrações.



Aparentemente, o único progresso registado foi o aumento da proporção dos deputados do sexo feminino no Parlamento Europeu, que passou de 20 por cento em 1989 para 25 por cento em 1994.

Segundo Mary Robinson, a fraca participação das mulheres na vida política explica-se por quatro razões principais: uma cultura política largamente dominada pelos homens, a falta de confiança das mulheres em relação às situações relacionadas com o poder, a responsabilidade pelos filhos e a falta de autonomia financeira.

Entre as soluções propostas pelos participantes na conferên-

cia para ultrapassar esta situação, destaca-se a noção de "democracia paritária". A título de exemplo, Mona Sahlin, vice-primeira-ministra sueca, apontou o seu país: o governo sueco é constituído por 11 ministros de cada sexo e o parlamento conta com 40 por cento de deputados-mulheres.

Mas Mona Sahlin não deixou de salientar que a participação das mulheres na Suécia é consequência, por um lado, da pressão pública e, por outro, da iniciativa dos partidos políticos, não tendo sido imposta por sistemas de quotas.

Cabe referir que o Conselho da Europa não tem uma posição definitiva sobre o sistema de quotas. De acordo com Elisabeth Kardos, presidente do comité director para a igualdade mulheres-homens do CE, "é necessário acelerar a participação activa das mulheres", mas as quotas devem ser apresentadas como "desejáveis" e sobretudo não "forçadas", tendo em conta as diferenças de mentalidades entre os países.

Organizada pelo Conselho da Europa, a Conferência de Estrasburgo destinou-se a elaborar acções concretas que serão propostas em Março na Comissão das Nações Unidas sobre a Condição Feminina.

Conselho da Europa

Miguel Urbano Rodrigues, deputado do PCP na Assembleia da República, foi recentemente eleito vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Desenvolvimento Social da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Observatório da droga

O Conselho de Administração do Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências (OEDT) reuniu na passada sexta-feira no Centro Cultural de Belém (CCB) com representantes de países da União Europeia, para analisar o seu programa de trabalho. Segundo os responsáveis do Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências, o combate à droga deve situar-se cada vez mais ao nível primário com "acções de prevenção que reduzam a procura", sendo nesse sentido que se orientará o trabalho a desenvolver a curto e médio prazo.

O Conselho de Administração, presidido pelo padre Feytor Pinto, aprovou ainda o orçamento para 1995 (cinco milhões de ecus, mais 400 mil ecus por cada um dos novos países membros da União Europeia) e o anteprojecto do orçamento para 1996.

No encontro participaram também responsáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Grupo Pompidou e da Europol.

Apreensão na Renault

A Comissão de Trabalhadores da Renault Portuguesa solicitou a semana passada ao ministro do Comércio e Turismo que a receba "com a maior brevidade possível", numa "carta aberta" a Faria de Oliveira, em que se dá conta da "grande apreensão e angústia" dos trabalhadores relativamente ao futuro.

Recordando a Faria de Oliveira que nunca obteve resposta ao pedido de audiência que lhe foi feito em 6 de Novembro, a Comissão de Trabalhadores afirma que a "apreensão e angústia" se devem às recentes notícias acerca da hipótese de a marca francesa encerrar a fábrica de Setúbal e "à falta de definição relativamente à manutenção do aparelho industrial da Renault em Portugal para além de 1997". "Os trabalhadores, apesar de verem com interesse as reuniões entre a IPE e a Renault (França), consideram que a decisão de manter o aparelho industrial da Renault em Portugal passa, fundamentalmente, pelo entendimento entre os dois governos", refere a "carta aberta", acrescentando que a intenção de transferir a produção da fábrica de Setúbal para a Eslovénia se deve apenas a "razões de estratégia política do governo francês".

Motores

A China e os países do Sudeste asiático serão os motores da economia mundial dentro de 10 ou 15 anos, ultrapassando a América do Norte e deixando a Europa à distância. É pelo menos o que pensam 1.500 empresas abrangidas recentemente por um estudo sobre perspectivas da economia mundial. Segundo os dados apurados, 45 por cento das empresas apontam a China e o Sudeste Asiático como os centros económicos do mundo dentro de 15 anos. A continuação da supremacia da América do Norte foi defendida por 41 por cento das empresas inquiridas, enquanto 11 por cento avançou a Europa como a região dominante, indica o estudo, encomendado pela empresa norte-americana de correios internacionais "United Parcel Service" (UPS). Numa perspectiva de curto prazo, a China e Sudeste Asiático surgem também como o centro do mundo em termos de potencial para investimentos no sector industrial. A Ásia mereceu a preferência de 75 por cento dos inquiridos como região de oportunidades de investimento, seguida pela Europa de Leste, preferida por 14 por cento, e pela América Central e do Sul, com seis por cento das preferências. A Europa Ocidental e a América do Norte foram apontadas como regiões favoráveis ao investimento apenas por dois por cento das 1.500 empresas inquiridas pelo estudo, conduzido durante 1994 na Bélgica, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda e Espanha.

Hungria

A Hungria quer ter a prioridade na adesão à União Europeia e à Aliança Atlântica, mas a Comissão Europeia continua a defender que tudo dependerá do "êxito" das reformas anunciadas pelo seu governo. O chefe do governo húngaro, Gyula Horn, pediu há dias aos dirigentes da UE que não façam a Hungria esperar enquanto analisam as candidaturas de cinco outros países da Europa de Leste - Polónia, as Repúblicas Checa e Eslovaca, Bulgária e Roménia -, todos eles já acordos de associação com a União.

Segundo o chefe do governo húngaro, "dos seis países associados, a Hungria é o único" que procedeu já a alterações de fundo dos seus sistemas político, económico e legislativo, pelo que "está na vanguarda do processo de transformação", bem como "entre os primeiros em termos de adesão à Aliança Atlântica".

Em Dezembro passado, a NATO iniciou um estudo, que se deverá prolongar durante um ano, sobre a forma como será possível enquadrar na Aliança os países do Leste europeu.

Medida do carapau revolta pescadores

A diferença de tamanho para a captura legal de carapau está a provocar de novo o descontentamento e a revolta nas comunidades piscatórias de Peniche e Nazaré, garantem a OPCENTRO (Cooperativa da Pesca Geral do Centro) e a FENACOOPESCAS (Organização de Produtores). Segundo as normas europeias, o carapau com tamanho inferior aos 15 centímetros não pode ser comercializado; segundo a legislação nacional, a medida mínima exigida é de 11 centímetros. Enquanto não se chega a acordo sobre a diferença, quem se prejudica, como de costume, é o mexilhão, ou como quem diz, os pescadores.

Os pescadores portugueses reivindicam o direito de comercializar o carapau com tamanho inferior aos 15 centímetros legais impostos pela União Europeia, já que as capturas que têm vindo a ser feitas em Peniche e na Nazaré respeitam o mínimo legal exigido pela legislação nacional aprovada antes da adesão de Portugal UE, a qual, na sua opinião, "nunca constituiu um factor de desequilíbrio do stock disponível da espécie".

Segundo os representantes dos pescadores, o executivo, confrontado com as suas exigências, iniciou "um conjunto de promessas orientadas para a resolução do problema, ou seja, a diminuição do tamanho mínimo do carapau do Atlântico para 12 centímetros", mas aparentemente sem quaisquer resultados.

Os produtores, segundo notícias veiculadas pela Lusa, sentem-se "enganados e estão fartos de ser utilizados como meros joguetes em todo este processo", pois a sua situação "é cada vez mais insustentável face ao rigor

despropositado por parte das autoridades na aplicação da lei".

Segundo as referidas organizações, assiste-se a um reforço "significativo" da fiscalização da actividade dos pescadores, "chegando nalgumas ocasiões a atingir níveis de autêntica perseguição". Enquanto isso, os produtores questionam-se sobre a origem do carapau de pequenas dimensões ("jaquinzinho"), que "continua a existir no nosso mercado".

A OPCENTRO e a FENACOOPESCAS referem ter tomado conhecimento pela Administração Portuguesa de que já foi apresentado à Comissão Europeia o pedido de Portugal para alteração do tamanho mínimo do carapau, mas "nada de concreto foi atingido passados 1992, 1993 e 1994".

Em declarações à Lusa, a directora-geral das pescas, Marina Ferreira, disse que em 1994 a Comissão Europeia se tinha comprometido a resolver este problema, garantindo que a partir de 1 de Janeiro de 1995 os pescadores portugueses poderiam comercializar

carapau com dimensão mínima de 12 centímetros, mas o que se verificou no início do ano é que tudo continuava na mesma.

"Nos primeiros dias de Janeiro, na falta de regulamentação sobre o assunto, enviei uma carta à Comissão a questionar sobre o que se estava a passar. Estou à espera de ser convocada para uma reunião sobre o tema", afirmou Marina Ferreira, que se escusa dos atrasos com a alegação de que antes de se avançar com a proposta da descida para os 12 centímetros tiveram de ser feitos estudos com base científica. Uma alegação estranha, tendo em conta a existência de legislação nacional sobre a matéria, mas de que ressalta a conclusão de que, devido à quantidade de carapau existente na costa portuguesa, se justifica aquela opção.

Quanto ao reforço da fiscalização, aquela responsável salientou que "as organizações de pescadores concordaram com a necessidade de uniformizar gradualmente as condições de comercialização do pescado na União Europeia". Uma uniformização "gradual" que não chega para explicar a apreensão, no final da semana passada, de pescado português e espanhol no valor de mais de 6.300 contos. Na operação, desencadeada de madrugada na Docapesca da Avenida de Ceuta, na capital, foi detectado, no produto português, peixe sem as medidas regulamentares, e apreendidos, justamente, 7 800 quilos de carapau, avaliáveis em 3 900 contos (para além de 315 quilos de pescadinhas, avaliados em 315 contos).

Espanha

A maioria dos espanhóis, 52 por cento, pensa que o primeiro-ministro Felipe Gonzalez mentiu ao negar qualquer responsabilidade do seu governo no caso da organização terrorista de direita GAL (Grupos Antiterroristas de Libertação).

De acordo com a mesma sondagem, realizada pelo Instituto "Demoscopia", 49 por cento dos espanhóis defendem ainda a realização de eleições gerais antecipadas, contra 36 por cento há apenas um mês atrás. Em entrevista a uma cadeia de televisão pública, Gonzalez desmentiu categoricamente "ter autorizado ou encoberto" as acções dos GAL, acusados de 24 assassinios entre 1983 e 1987 contra pessoas alegadamente vinculadas à organização separatista basca ETA.

Turquia

O Tribunal de Segurança do Estado de Ancara absolveu seis militantes dos direitos humanos acusados de "separatismo", evitando novas críticas internacionais, como aconteceu em Dezembro passado quando da condenação de oito deputados curdos. Dois membros da Fundação dos Direitos do Homem da Turquia e quatro membros da Associação dos direitos humanos, incluindo os presidentes das duas organizações, eram acusados de terem proferido declarações ou redigido textos "separatistas". As fortes repercussões resultantes da condenação, em 8 de Dezembro passado, de oito ex-deputados curdos a penas de prisão entre os três e os 15 anos, por idênticas razões, poderá ter influenciado a decisão, sobretudo tendo em conta a realização dentro de dois meses, em Bruxelas, de uma nova reunião da Associação Turquia-União Europeia para a concretização de um acordo aduaneiro entre a UE e Ancara.

Direitos humanos

A situação dos direitos humanos na Turquia "agravou-se nitidamente" no último ano, afirmou o secretário de Estado americano para os Direitos Humanos, John Shattuck. Segundo o relatório apresentado pelo secretário de Estado, "diversos organismos governamentais continuam a perseguir, intimidar, levar a tribunal e prender defensores dos direitos humanos, jornalistas, advogados e professores, por opiniões expressas publicamente". O governo turco, sublinha, não toma quaisquer medidas no sentido de condenar os elementos do exército e da polícia responsáveis pelas violações dos direitos humanos - em particular contra os curdos e os defensores dos seus direitos -, o que cria um "clima de impunidade".

Afeganistão

Delegados das principais facções afegãs, cuja luta pelo poder já vitimou 20.000 pessoas em dois

Palestina

Negociações não tocam questões de fundo

O processo negocial entre Israel e a OLP prossegue, aos solavancos embora, mas as grandes questões de fundo mantêm-se intocáveis.

A OLP e Israel reuniram-se estes dias, pela primeira vez em Jericó, enclave autónomo da Cisjordânia ocupada. Segundo o responsável palestino dos municípios, Saeb Erakat, chegou-se a acordo quanto à eleição directa do presidente da Autoridade Nacional Palestiniana. Em data ainda não fixada por nenhuma das partes.

No dia anterior, em Washington, decorreu um encontro organizado pelo secretário de Estado norte-americano Warren Christopher, reunindo os chefes da diplomacia da OLP e de Israel, juntamente com os seus homólogos do Egipto e da Jordânia.

Foi assinada uma declaração em que se exprime uma "forte determinação em acelerar" as

negociações de paz e combater o terrorismo.

De fora ficaram entretanto - tal como na Cimeira do Cairo de 2 de Fevereiro passado - as questões fundamentais: a retirada das tropas israelitas da Cisjordânia, os colonatos judaicos e a libertação dos presos palestinianos.

Mantém-se, por outro lado, o encerramento dos territórios palestinianos, o que gera um clima de grande tensão, também pelas suas dramáticas consequências sociais. Segunda-feira, em Gaza, centenas de palestinianos protestaram contra o bloqueio que os impede de trabalhar em Israel - para muitos a única fonte de sobrevivência.

O bloqueio - que se prolonga desde 22 de Janeiro - tem elevados custos sociais, pri-



Manifestação de palestinianos contra o prosseguimento da colonização israelita

vando de trabalho 60 mil palestinianos.

Até à data, as únicas excepções admitidas pelo governo de Israel a esta medida de encerramento de linhas de fronteira são

de "ordem humanitária", e dizem respeito aos médicos e professores que vivem na Cisjordânia ocupada mas exercem a sua actividade profissional em Jerusalém-Este. Várias

dezenas de escolas e hospitais que servem os 150.000 palestinianos que vivem em Jerusalém-Este e o milhão de habitantes da Cisjordânia estavam ameaçados de encerramento.

Palestina em Notícias

Relatório

A ocupação militar israelita é incompatível com o respeito pelos direitos humanos, sublinha o ex-ministro suíço René Felber em relatório para a ONU sobre a situação nos territórios palestinianos ocupados.

René Felber considera que o comportamento do exército israelita não mudou em nada depois dos acordos que levaram à criação da autoridade palestiniana: denuncia o prosseguimento das prisões arbitrarias, a selagem de casas palestinianas, os "interrogatórios realizados em condições inaceitáveis".

O relator da ONU lamenta ainda que "os colonatos existentes sejam ampliados", mesmo que já não estejam a ser criados novos colonatos israelitas.

Palestina

A retirada do exército israelita das cidades palestinianas e a sua mudança para novas bases na Cisjordânia está orçada em 200 milhões de dólares.

A partir do momento em que esteja acordada a retirada, entre o governo de Yitzhak Rabin e a OLP, o exército israelita vai precisar ainda de seis meses para sair das cidades cisjordanas.

Mas, de cidades como Belém, Jenin, Kalkília, Hebron e Nablus, nas quais não residem israelitas e não estão rodeadas de colonatos judaicos, os militares poderão retirar em menos de um mês.

O orçamento apresentado pelo comandante-chefe das forças armadas israelitas, general Amnon Shahak, ao Ministro da Fazenda, Abraham Shohal, não inclui a construção de estradas de circunvalação que se pretende venham a retalar o território palestiniano, para servir os 120.000 colonos das implantações judaicas espalhados entre localidades da Cisjordânia.

Arafat considera a retirada do exército israelita como condição imprescindível para convocar eleições gerais na Cisjordânia e em Gaza, para escolher os membros do futuro Conselho de Autonomia por cinco anos, como está previsto na Declaração de Princípios Israel-OLP assinada a 13 de Setembro, em Washington.

Israel

Israel vai receber, até final deste mês, 50 aviões de combate "F-16", provenientes dos excedentes norte-americanos. O que representa um ainda maior reforço da capacidade militar israelita, com óbvios reflexos no plano político.

A entrega dos aparelhos é parte do compromisso assumido por Washington depois da guerra do Golfo em 1991. No ano passado, as autoridades israelitas confirmaram que iriam receber, a partir de Julho de 1994, várias dezenas de "F-16 A/B Fighting Falcon" provenientes dos excedentes norte-americanos.

Israel, que recebe uma ajuda militar norte-americana de 1,8 mil milhões de dólares anuais, obteve também luz verde dos Estados Unidos para comprar 20 unidades dos mais recentes "F-15 Strike Eagle".

A força aérea israelita é a mais moderna e a mais importante do Médio Oriente e, de acordo com o último relatório do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Telavive, possui 740 aviões de combate.



Em França, mais de cem mil pessoas manifestaram-se em várias cidades em defesa de um ensino público nacional de qualidade. Manifestações acompanhadas de uma greve dos professores dos diferentes graus de ensino contra a supressão massiva de postos de trabalho, e em que participou, a nível nacional, cerca de 50% do professorado. O protesto reuniu em Paris cerca de 45.000 manifestantes, abarcando ainda outras dezenas de milhares de pessoas em cidades como Marselha, Toulouse, Besançon, Bordeaux, Lyon, Saint-Etienne, Rennes, Nice, Lorient, entre outras. Na véspera, dezenas de milhares de pessoas, em Paris e noutras cidades, manifestaram-se contra o desmantelamento da Segurança Social

Chiapas

Manifestação pela paz e a democracia

Cem mil pessoas manifestaram-se, sábado passado, nas ruas da capital mexicana, pela paz e a democracia, por uma solução pacífica para o conflito de Chiapas. Foi uma das maiores concentrações políticas realizadas estes últimos anos no país.

No comício na Praça da Constituição, que encerrou a manifestação, Cárdenas, ex-candidato presidencial do Partido da Revolução Democrática (PRD), exigiu do governo "um cessar-fogo unilateral e que se evite o derramamento de sangue em Chiapas", e acusou o governo do actual presi-

dente Zedillo de traição. "Prometeu dialogar e negociar com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (ELZN), mas actuou de acordo com os governos que servem os interesses estrangeiros, traíndo-o e reacendendo a guerra", disse.

A manifestação realizou-se dois dias após os ordens do presidente para a detenção dos dirigentes zapatistas e a interrupção

de facto do diálogo. Em Chiapas, 2.500 soldados e 40 helicópteros participam numa operação de ocupação da zona onde estão instalados os militantes zapatistas, terras de índios, camponeses pobres, que sucessivas políticas neo-liberais empurraram para uma situação de total miséria. Exemplo - agravado - da degradação social que se regista pelo país.

No México de hoje, 24 famílias acumularam uma fortuna de mais de 45 mil milhões de dólares, enquanto 17 milhões de mexicanos vivem em condições de extrema pobreza e outros 35 milhões são considerados oficialmente como pobres.

Nos últimos 12 anos, com as políticas neoliberais aplicadas por Miguel de la Madrid e Carlos Salinas de Gortari, o salário mínimo sofreu uma quebra da ordem dos 47,5% e a percentagem de pobres duplicou até atingir actualmente quase 70% da população.

O movimento zapatista surge no quadro político mexicano como uma grande força popular, não só em defesa dos direitos e da identidade das populações índias, mas também com exigências de um diálogo nacional, pela democracia, justiça e liberdade.

A aposta na guerra, por parte do actual governo, depois das incumpridas promessas de um diálogo essencial, é denunciada pelo Partido da Revolução Democrática (PRD), que com outros movimentos convocou a manifestação agora realizada, como "um reatar das hostilidades, com que se põe em grave perigo a população civil, composta fundamentalmente por comunidades e povos índios. Abandona-se uma linha de diálogo em favor da força armada ao serviço de uma acção persecutória".

O PDR defende uma mobilização de tudo e todos "para encontrar soluções políticas globais de fundo aos problemas colocados pelo movimento no primeiro de Janeiro (o movimento zapatista foi lançado em Janeiro de 94). É indispensável proceder a uma pacificação nacional no sudeste da República através de soluções justas, dignas e duradouras".

ca (PRD), exigiu do governo "um cessar-fogo unilateral e que se evite o derramamento de sangue em Chiapas", e acusou o governo do actual presi-

Peru e Equador

Sindicatos defendem solidariedade contra a guerra

O prosseguimento da guerra entre o Peru e o Equador, acompanhada, a nível interno, de intensa propaganda chauvinista, gerou entretanto em ambos os países um activo movimento pela paz, em que os sindicatos surgem como dinamizadores.

Num momento em que, em Brasília, prosseguiam sem êxito negociações de um cessar-fogo

não concretizado, quatro organizações sindicais de ambos os países promoveram uma passagem conjunta da ponte internacional que liga os sectores de Huanquillas e de Águas Verdes, ponto de união entre o Peru e o Equador.

As mais importantes centrais sindicais peruanas e equatorianas, nomeadamente a Cedoc e a

Capt, filiadas na Central latino-americana dos trabalhadores (Clat), que deu o seu apoio a esta acção conjunta dos sindicalistas, pediram expressamente a suspensão das hostilidades, e a conclusão de um tratado de paz e de reconciliação.

Os organizadores desta marcha sublinham que há problemas bem urgentes a resolver,

tanto no Equador como no Peru, e que o inimigo comum de ambos os povos é o subdesenvolvimento.

Em declaração aprovada em conjunto, os sindicatos afirmam haver "interesses estrangeiros que tentam semear a confusão e a divisão entre os povos." E consideram que "a escalada bélica servirá apenas às manobras dos políticos locais e aos negociantes de canhões, empobrecendo ainda mais a grande família latino-americana".

De ambas as partes os soldados são índios, pequenos camponeses, gente das camadas mais pobres da sociedade, "carne para canhão num conflito que nada tem a ver com as suas necessidades e aspirações". A verdadeira guerra, sublinham os sindicatos, será necessário dirigi-la "contra as causas e os efeitos da pobreza, da miséria, injustiça e desigualdade social".

Os sindicatos defendem que a solidariedade e a cooperação devem impor-se face aos confrontos que nestes dias têm vindo a ensanguentar as fontes do rio Cenepa.



Uma imagem dos frutos da propaganda do chauvinismo. Médicos e enfermeiras equatorianos, de partida para a zona de confrontos. Entretanto dezenas de jovens dos dois países já foram mortos

Jardim na Austrália

Na segunda-feira, 30 de Janeiro, iniciou-se, em Haia, uma fase decisiva do julgamento, no Tribunal Internacional de Justiça, da queixa apresentada pelo Estado português contra a Austrália, por este país ter estabelecido um acordo com a Indonésia, datado de 11 de Dezembro de 1989, para exploração de jazidas de petróleo e gás natural no mar de Timor.

A queixa portuguesa fundamenta-se no seu estatuto de potência administrante de Timor, pelo que, quer a Indonésia quer a Austrália, não tinham legitimidade para estabelecer esse acordo, infringindo o direito internacional.

Segundo a argumentação dos advogados dos queixosos, a parte portuguesa, o chamado *Timor Gap* "viola os direitos do povo timorense". Por outro lado, parece evidente, para o senso comum,

que a Indonésia, ao fazer aquele acordo, não só pretendia - e conseguia - tratar Timor como uma parcela do seu território, como "compensava" o apoio e o reconhecimento da anexação de Timor-Leste feitos pela Austrália em 1979.

É fácil de perceber a importância do que está em jogo, ou melhor, em julgamento. Independentemente do peso vinculativo que tenha a decisão do Tribunal de Haia, o longo processo tem uma grande relevância política para uma questão internacional em que o Estado português está implicado.

Disso deu notícia a comunicação social.

Pois, simultaneamente, no começo da mesma semana em que se iniciava esse julgamento que opõe o Estado português à Austrália, um político português, com a responsabilidade de ser presiden-

te de uma região autónoma, o sr. Alberto João Jardim, chegava à Austrália para uma visita oficial!

O facto, em si mesmo, é tão chocante (para usar expressão cara ao prof. Cavaco) e inaceitável como inacreditável. Como parece inacreditável que a comunicação social, pelo menos aquela a que tivemos acesso e que noticiava, nos mesmos dias e quase nas mesmas páginas, os dois eventos, não tinha feito a ligação entre eles; como ainda será inacreditável que - veja-se o Diário de Notícias de Lisboa de 29.01.95 e o Diário de Notícias do Funchal de 31.01.95 - dessem relevo ao facto de Alberto João Jardim, entre outros actos, ir à Austrália inaugurar um busto de... Alberto João Jardim!

Sérgio Ribello

anos e meio, reuniram-se, a semana passada, para a primeira ronda de negociações de paz directas, divulgou a rádio Cabul.

Três representantes das forças que defendem o presidente afegão, Burhanuddin Rabbani, reuniram-se com Gulbuddin Hekmatyar, no quartel-general do chefe fundamentalista em Charasiab, a sul da capital.

Itália

O presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro, concluiu uma segunda ronda de consultas para a formação de um novo governo, reunindo-se com os pequenos partidos após consultas com as principais forças políticas. Nenhum dos 320 deputados signatários da moção de censura contra o governo retirou a sua assinatura, o que faz com que a hipótese de um novo governo chefiado por Berlusconi esteja posta de lado.

O único ponto de consenso entre todas as forças parece residir na necessidade de formação rápida de um novo governo com vastos poderes económicos tendo em vista a queda da lira, a situação na bolsa e a urgência de proceder a uma correcção orçamental para reequilibrar as contas do Estado. Entretanto, o comité olímpico italiano, CONI, encontra-se sob suspeita judicial por financiamentos ao Movimento Social Italiano (neofascista) através da organização desportiva "Fiamma".

Bósnia

Um comboio do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), transportando ajuda médica, água e material sanitário, chegou à cidade sitiada de Bihac, no noroeste da Bósnia. A população não recebia qualquer ajuda humanitária desde meados de Outubro. Durante as últimas semanas, a água poluída do rio Una foi utilizada na rede de abastecimento público da cidade, o que provocou a propagação de casos de diarreia entre a população. O Comité Internacional da Cruz Vermelha deverá entretanto enviar um segundo comboio com ajuda alimentar para o enclave muçulmano de Bihac.

Radiações

Novo mil pessoas foram vítimas de radiações nucleares intencionais, nos Estados Unidos, no quadro de experiências nucleares civis sobre seres humanos. A denúncia é feita em relatório do Departamento de Energia (DOE). Segundo este mesmo relatório, agora divulgado, 154 experiências foram realizadas desde o início dos anos 50 até 1975, sobre presos, alienados e recém-nascidos.

Rússia

O responsável pelo serviço federal do emprego, Fiodor Prokopov, declarou que o desemprego iria duplicar este ano na Rússia atingindo, segundo as previsões oficiais, 3,6 milhões de pessoas.

■ Henrique Custódio

Açores - o paraíso que dói

"Agora que viste o paraíso, prepara-te para espreitar o inferno", avisou-me o Francisco, cicerone-

-revelação da minha curta estadia na Ilha de S. Miguel, Região Autónoma dos Açores. Preparava-se ele, no voltar ronco da carrinha Peugeot que já foi táxi 600.000 km atrás, para me levar da beleza natural mais absoluta à miséria humana mais flagrante. No meio, nasceu um percurso onde, entre vulcões a resfolgar para o céu e quadros pastoris de lavar a alma, assomaram crianças deficientes e ex-FLA's patrióticos, poetas fazedores de barcos e mergulhadores da lagosta, sobreviventes de naufrágios e viúvas de 30 anos, famílias de 12 filhos e solidões dilaceradas, construtores visionários de barragens e jovens capitães da areia, pescadores de palmo e meio e marinheiros dos Descobrimentos, "socialismos" de auto-estrada e isolamentos da Idade Média, humidades fatalistas e inscrições de novos militantes no PCP. Adejando sobre tudo isto - invisível e mais rapace que todos os açores da ilha - sente-se o peso da governamentalização social-democrata que imobiliza o arquipélago numa letargia ofídea. Uma parte dos empregos está prisioneira na teia da máquina governamental, a outra depende dos grandes interesses privados que essa máquina ali representa. Quanto aos desempregados e arruinados crescentes, que tenham esperança e fé em Mota Amaral - o "mêrico menino", na linguagem bizarra com que ali alguns incensam o chefe. E que se havenham. O poder regional já mostrou que está a seu lado, pelo menos ao nível do chão, ordenando a pintura das setinhas do PSD em todas as estradas asfaltadas do reino.

Inscrições ao vivo

Estávamos nós à conversa num café da Ribeira Quente, eu, o Francisco e os amigos que fomos encontrando, quando topei a cena. O José Manuel Peixoto, 22 anos nascidos e vividos em Ribeira Quente, militante do PCP desde há dois anos, chegou-se a um canto do balcão e, ali mesmo, fez duas inscrições seguidas de dois novos membros do PCP - o primeiro, António Adelino Linares de Madeira, 22 anos, pedreiro, neste momento com um contrato de cinco meses com a Junta de Freguesia, e o segundo, Veber Manuel Carvalho Furtado, 53 anos, marítimo. É claro que fotografamos os dois flagrantes. José Peixoto, o recrutador, riu-se e disse: "Devias também fotografar as quase 20 inscrições que já fiz este ano!"



António Adelino, 22 anos (à direita) quando se inscrevia no PCP



Veber Furtado, 52 anos (à direita) também a inscrever-se no PCP

O desprezo em pormenor

Na sua intervenção sobre pesca artesanal proferida no 5º Congresso Regional dos Açores do PCP, realizado há cerca de duas semanas em Ponta Delgada, Francisco Sacoto enunciou alguns problemas fulcrais que afligem este importante segmento da economia açoriana. Resumimo-los, na frieza dos factos:

- O rendimento médio mensal do pescador artesanal de S. Miguel (extensivo às outras ilhas) ronda os 30 contos, enquanto o rendimento per capita do agregado familiar não ultrapassa os 11 contos/mês.

- A generalidade dos barcos de pesca nos Açores (embarcações minúsculas, de 7 e 9 metros) não possui equipamento de salvação nem, sequer, rádio. Este facto está na origem de muitos desastres fatais.

- Apesar dos rios de dinheiro há anos enviados ao Governo Regional para apoio ao sector das pescas, nem um centavo che-

gou à pesca artesanal; o grosso das verbas têm desembocado nos grandes interesses que dominam a indústria conserveira (e mesmo aí sem reflexos no emprego ou na melhoria da vida dos trabalhadores que laboram nesse sector).

- Das enormes verbas recebidas, o Governo Regional não investiu um tostão nos portos piscatórios dos Açores, cujas condições são autênticas armadilhas de morte. Igualmente não se procuraram fundos comunitários para estas melhorias, cuja necessidade é tão óbvia que é um escândalo não se ter proposto nada.

- O próprio presidente do Governo Regional assumiu a promessa da criação de um fundo de garantia reivindicado pelo Sindicato dos Pescadores, a ser financiado por descontos directos dos pescadores e a participação da Segurança Social e do Governo; mais uma vez, tudo não passou de palavras.

Com uma economia assente na agro-pecuária e nas pescas, os problemas sociais nos Açores avançam nestas duas rotas definidas. Racionalizando o pouco tempo de que dispúnhamos na ilha de S. Miguel, começámos por trilhar a última, onde estrebucham milhares de pescadores numa miséria que, de ancestral, resvalou

nos últimos anos para o sinistro, em consequência directa da política de desarticulação de frotas e mercados conduzida pelo Governo da República e acentuada pela indiferença do Executivo Regional. Tivemos como guia um conhecedor da realidade piscatória açoriana: Francisco Sacoto, que no 5º Congresso Regional dos Açores do PCP, no fim-de-semana anterior, produziu uma incisiva intervenção sobre os problemas da pesca artesanal no arquipélago.

Rompemos de manhãzinha em direcção a Rabo de Peixe, uma vila piscatória a Nordeste da ilha de S. Miguel. A paisagem desenrolava-se num deslumbramento quase implacável: aqui túneis de árvores aconche-

gando o viajante, ali um despensadeiro de verdura, além uma neblina fantástica a escorregar pelas encostas, à esquerda um prado ondulando até ao horizonte, à direita lagoas de azul cobalto, agora rompendo-se uma chuva grossa e límpida, para se emergir, pouco depois, num ar nítido e soalheiro como se a Natureza acabasse de nascer e nós com ela, numa explosão de luz que tudo pintou de fresco - mar e céu, casas e homens, seres e coisas. Se há paraísos, um deles fixou ali residência.

Foi nessa altura que o Francisco me atirou aquela, sorrindo atrás do volante com a bonomia de quem já viu mundo: "Agora que viste o paraíso, prepara-te para espreitar o inferno" ...

Nas casas da miséria

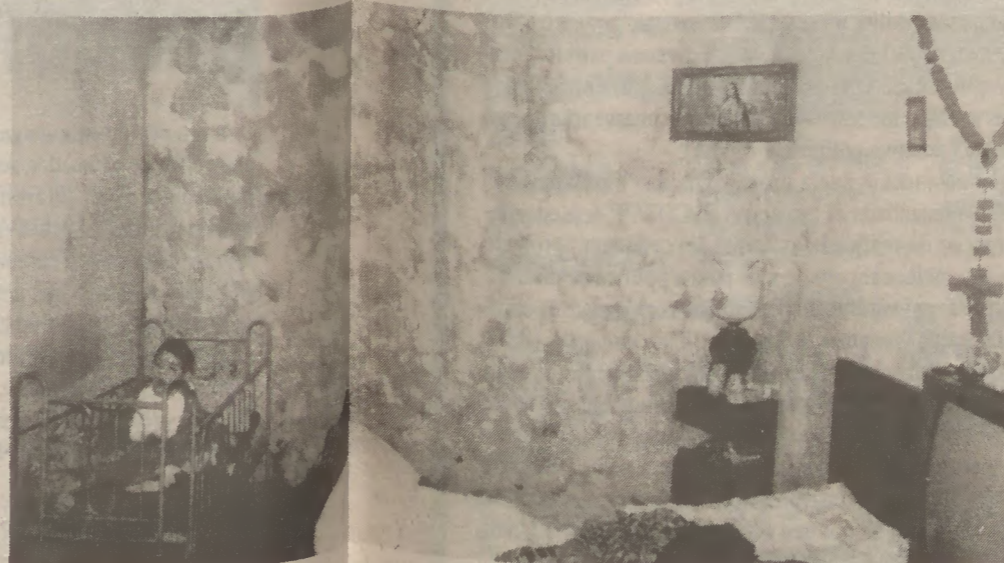
O inferno também mora no paraíso natural dos Açores. Tem mesmo casas próprias, onde aprisiona famílias inteiras, sem que os poderes públicos pareçam dar por isso.

Por exemplo, em Rabo de Peixe, na casa de Adelino Miguel Cabral Vieira - salvo pela Marinha portuguesa, com quatro companheiros, há cerca de três semanas, quando o seu barco perdeu o motor e ficaram à deriva durante dois dias e duas noites no alto mar. Como não tinham rádio, queimaram as camisas com gás-óleo e foi essa tocha improvisada que permitiu à corveta avistá-los. Adelino convidou-nos a visitar a sua casa (que está a pagar à CGD, 30 contos/mês por um empréstimo de 700 contos). Ali, o problema não é a degradação do edifício, apesar da sua elementaridade salobra. O drama é que vive lá com a mulher e 10 filhos, dispo-

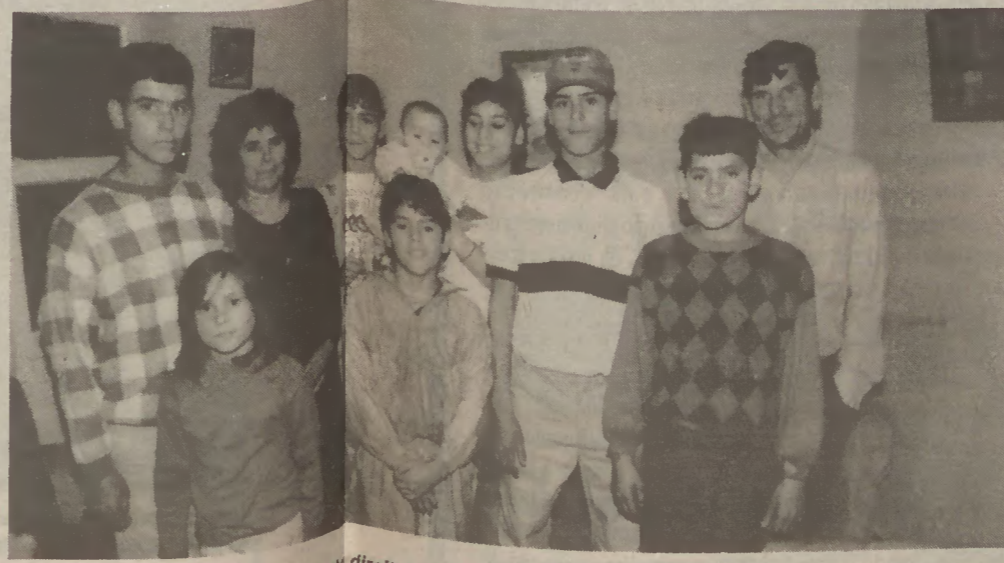
dois quartos para este últimos, dormindo ele com a mulher numa cama improvisada noutra divisão. Entretanto, o seu rendimento não ultrapassa os 30 contos/mês (mesmo com a participação dos filhos mais velhos na pesca), não recebendo nada desde Dezembro. Sobrevivem com o fiado permanente nas mercearias, que, entretanto, lhes dão um crédito máximo de 50 contos. Quando vão ao mar e a pesca dá algum dinheiro, os ganhos vão de imediato para amortização das eternas dívidas na loja. Esta é, aliás, a situação generalizada dos pescadores em Rabo de Peixe. Quando falávamos com o Adelino, entrou a vizinha - Maria Eduarda Ferreira Laranja, 31 anos, viúva desde o ano passado, com quatro filhos. O que trazia ao colo, um bebé de três anos, tem o braço direito inutilizado. "No hospital disseram-me que foi do parto ter sido a ferros." Nenhum pediatra ainda o viu, uma simples ida a Ponta Delgada é uma despesa impensável e a assistência médica é coisa desconhecida por ali. Recebe 41.500\$00 da Assistência Social (seis contos

por filho, mais 15.675\$00 de pensão de viuvez, explicou, muito pormenorizada). Pediu que lhe difundissemos as queixas mas recusou ser fotografada: "Bote as minhas falas, o meu retrato não! Depois dizem: olha os cuidados dela, o marido morreu e ela anda no jornal!" Não tem trabalho nem hipóteses de o conseguir, num mundo de pesca onde só os homens têm lugar. As queixas, saídas do fundo do desespero, já apontam os poderes públicos, coisa impensável há alguns anos. E acusam: "Os lavradores têm os seus subsídios. Os camponeses têm os seus subsídios. Só os pescadores é que não!" Recordam promessas feitas em visitas eleitorais do PSD/Açores e já se atrevem a chamar-lhes "mentirosos". O problema é libertar-se duma atávica humidade onde impera o verbo "pedir", enquanto a conjugação do verbo "exigir" lhes foi dito ser coisa do demónio, ou de comunistas, que é a mesma coisa. Só que o desespero já é muito. Falar com os comunistas começa a ser a única saída, até porque mais ninguém lhes bate à porta a saber o que se passa. Não é por acaso que fomos encontrar nestas comunidades uma florescente inscrição de novos militantes no PCP, como mostramos noutra peça ao lado.

O mergulho mais profundo na miséria, demo-lo em Ribeira Quente, quando entrámos na casa de Maria dos Santos Costa Amaral, 57 anos, viúva desde os 31 (criou seis filhos). Vive num tugúrio indiscutível: num único quarto, dorme com uma filha de 20 anos e um neto de quatro, abandonado



Ribeira Quente: a criança, à esquerda, tem quatro anos, é surda-muda de nascença e nunca salu deste tugúrio onde vive com a avó



A família de Adelino Vieira (na ponta direita), em Rabo de Peixe: dos 10 filhos, só dois não estão presentes na foto. Dormem todos em dois quartos

por uma outra filha. O neto é surdo-mudo de nascença e não foi visto, até hoje, por qualquer médico. Por cima, sobre um forro que ameaça cair a todo o momento, dorme um outro filho de 27 anos, desempregado. Cuida de toda esta gente com 30 contos de reforma, mas é a casa que mais a preocupa. E com razão. Aquilo é um horror. O quarto ressuma humidades, o mofo entoucece, a madeira do tabique que o separa duma caveira que faz de cozinha pode ser furado com um dedo, de tão podre. A janela que dá para a rua está podre, sem vidros e remendada a plástico. De sólido, apenas as paredes exteriores, construídas a argamassa e pedra. O neto vive encerrado naquele tugúrio desde que nasceu. A filha de 20 anos, abriu-nos a porta e fugiu, envergonhada. A senhora clama contra as promessas da Câmara da Povoação, cujo presidente socialista, Carlos Avila (que consta ir ser o próximo dirigente do PS/Açores) atacou recentemente numa entrevista as barracas que crescem à volta de Ponta Delgada, acusando o Governo PSD de eleitoralista, e não disse uma palavra sobre as profundas misérias que grassam no seu próprio Concelho, para o qual tem uma proposta extraordinária: a construção de três-vias rápidas-três!, a ligá-lo a Ponta Delgada, quando as estradas que por lá estão (e em bom estado) têm uma intensidade de tráfego de 10 ou 20 carros por hora (como, de resto, na generalidade das estradas dos Açores, com excepção de alguns perímetros urbanos).

Quanto ao Governo Regional, a sua intervenção nesta miséria é nula, como inexistente é uma política de habitação social.

Os portos-armadilha

Ao princípio não foi logo o inferno - apenas um purgatório húmido e frio de crianças descalças na rua, os olhos a enfrentar, directos, a objectiva que lhes devassava o território, rostos de adultos que se viravam nas soleiras ou espreitavam das janelas com uma curiosidade fatigada. Rabo de Peixe costuma ser visitado pela televisão quando há desgraça que sangue bem nos telejornais, como acontecera na semana anterior com um quase naufrágio de cinco pescadores arrancados in extremis à braveza do oceano pela audácia duma corveta da Marinha portuguesa.

Dirigimo-nos ao porto - se porto cabe chamar a uma rampa de cinco metros de largura por onde se empurram os barcos de pesca até a proa e a mesga de baía onde espreitam baixios de rocha vulcânica. Ver um, é saber da generalidade dos portos de pesca nesta Região Autónoma: inverosímeis, no seu primitivismo brutal e assustador. Ir e vir ao mar por ali, só de marinheiros forçados a lembrar-se como se navegava nas Descobertas portuguesas. Há milhares deles nos Açores.

Foi lá que nos procurou Adelino Miguel Cabral Vieira, 43 anos, pai de 10 filhos e um dos sobreviventes do quase naufrágio da semana anterior. Ao saber da nossa presença, quis mostrar a casa e a miséria, gritar ao mundo o desespero em que se encontra. Relatamos ao lado a nossa conversa.

Ex-FLA's, lagosteiros, visionários e artistas

De Rabo de Peixe rumámos a Ribeira Quente, com paragem na Maia para almoço. Tudo Freguesias piscatórias.

Na Maia, antes da passagem pelo porto de pesca, entrámos num café, e após os cumprimentos efusivos do dono da casa, militante do PCP que quis sublinhar a satisfação de receber a visita do "Avante!", fomos interpidos por um dos fregueses, desempenado, pelos nossos 40 e tal anos, blusão de cabedal e ironia viajada. "Uma reportagem em S. Miguel?!... Mas isto não é S. Miguel!". Entrámos no jogo, afirmando-nos abertos a estar onde ele entendesse, desde que soubesse explicar-nos onde é que ele próprio estava. Seguiu-se uma breve esgrima de amenidades onde, sobretudo,

What's your name?

Tem 12 anos e chama-se João Manuel Braga dos Santos. O meu João, da Freguesia piscatória da Ribeira Quente, Concelho da Povoação, ilha de S. Miguel.

Apareceu-me não sei donde quando ali cheguei, já atrasado e a correr atrás dos últimos raios de sol. Dei por ele no momento em que me salvou duma atropalhagem com o tira-põe das lentes fotográficas. Decido e eficaz, olhando-me a direito com a solenidade de quem presta assistência ao mágico do circo, tirei-me os sacos do ombro e estendei-os para que me servisse. Na pressa do momento, apenas me apercebi duns olhos audaciosos de criança, um fulgor instintivamente remetido para o meu património de Ginetes e Constantinos - guardados e guardadores nos meus sonhos lidos há muito. Dito assim, a coisa soa a permóstica. Paciência. Foi o que me ocorreu e não vejo razão para aparafusar, aqui, alternativas de estilo.

Sigamos com o meu João.

Cercado de gente e problemas que ia tentando absorver na caminhada, já nocturna, por Ribeira Quente, só voltei a reparar nele quando um dos meus entrevistados o enxotou das queixas que pretendia fazer-me na confidencialidade da miséria onde habita.

Os pequenos não têm nada que ouvir os grandes, sobretudo quando os pequenos têm um entendimento grande e os grandes sofrem os seus problemas num meio pequeno.

O certo é que o João lá estava à saída, numa espera que não era apenas a sua presença a meu lado não só tinha sido constante (apercebi-me eu, de repente cinestésico), como alimentava um objectivo concreto. Querria mostrar-me a cabana onde o tio vivia e dar, ele também, um testemunho da miséria da sua terra. Aguardou o que foi preciso, no tropel de adultos que me iam monopolizando para as suas questões, até me ver pronto a entrar no carro e partir. Aí, travou-me o passo e disse simplesmente: "tem de ir ver a casa do meu tio".

Fomos eu, ele e os meus também surpreendidos acompanhantes. O tio não estava, o que não o perturbou: extraiu a chave dum lugar secreto no negrume da terra, abriu uma barraca de madeira que nos surgiu da escuridão junto ao riacho do povoado, avisou-nos da traição dos degraus, acendeu as duas velas que, em gargalos de garrafa, constituíam a ilumi-

procurou mostrar-se à altura dum comunista continental eventualmente vivaço, afirmando-se então um ex-FLA e rendendo-se ao prazer da conversa ao ponto de nos acompanhar ao local do almoço. Identificou-se - Joaquim Fernando Martins de Castro Pacheco, açoreano de origem, angolano na adolescência, emigrante em Vila de Hull, Quebeque - e em breve o diálogo viajava por zonas elevadas, como a definição de Povo e Estado, a expansão do mundo ocidental e os conflitos raciais, desembocando no essencial da questão: "Cá por - explicou-se - defendi a independência dos Açores na FLA para obter a autonomia. Nunca quis deixar de ser português. Mas! No fim de contas, aqui nos Açores temos uma consciência ainda mais forte da nacionalidade portuguesa que os do continente!".

Ora toma!

Já atrasados, demos uma saltada ao porto da Maia, igual, nas carências, a todos os outros, com um pormenor: bastaria rebentar uma linha de rochedos na baía para se obter uma barra segura e barata. Nem isso o Governo regional fez, apesar dos pedidos nesse sentido e do óbvio da situação, como nos disseram, no local, David Carvalho Freitas, 50 anos, pescador de lagosta com a técnica do "mergulho de fôlego", e Manuel Pimental Pacheco, 54 anos, reformado das Forças Armadas por invalidez.

Dali rumámos para Ribeira Quente, onde encontramos alguns dos casos mais lancinantes que relatamos ao lado, bem como surpreendemos duas inscrições no PCP, que também destacamos nestas páginas.

Pelo meio conhecemos um homem extraordinário - Adelina Carvalho, 67 anos, encarregado da construção civil e obras públicas, que actualmente presta serviços em regime liberal nas obras de saneamento básico do Concelho da Povoação, onde vive há 17 anos, ido do continente. É o homem do sonho e da utopia e só as histórias que nos contou, num rigor de construção sintáctica e expressividade imagética notáveis, dariam para encher estas páginas. Defende (e demonstra-o) o aproveitamento das quedas de água do Concelho da Povoação (assim chamado por ser o primeiro da ilha a ser colonizado pelos portugueses) para a produção de energia eléctrica.

Uma nota, ainda, para Albino Silva, 33 anos, apontador na loja de Ribeira Quente e cabeça de lista da CDU à JF nas últimas eleições. É poeta, toca acordeão, pinta, talha madeira com decorações e ainda faz barcos! Um poço de talentos!



O meu João, da Ribeira Quente, a mostrar a barraca onde vive o tio. Encontro extraordinário. Um grande abraço, João

sões, mas a miséria do tio é que o preocupa. O pai... Uma sombra breve endureceu-lhe o rosto bonito. "Esse foi-se embora, está lá em Ponta Delgada e não quer saber da gente". E logo derivou para a acção, propondo-se arranjar o peixe que um pescador havia dado a um dos meus acompanhantes. "Faço isso num instante!", garantia, cheio de vontade de mostrar méritos assumidos, em contraponto à confissão de "não ter cabeça".

Não havia tempo. Então espreitou-me os apontamentos que eu guardava à luz frouxa vinda da aldeia, considerou, fascinado, que "isso é escrita de artista!" e acrescentou qualquer coisa no seu sotaque cerrado, que não percebi. "What's your name?", traduziu ele, rápido e com uma pronúncia perfeita tirada dos filmes onde, para meu espanto, aprendera, sozinho, o suficiente para manter uma conversa rudimentar em inglês.

Meu caro João: ao pé de ti, quem não tem cabeça sou eu e tantos que para aí andam!

Deixem os portugueses pensar e escolher!

A SITUAÇÃO atingiu uma tal gravidade, o descaramento ganhou tais proporções e o escândalo conquistou uma continuidade e uma dimensão tão revoltantes que não há que temer nem a dureza das palavras nem a violência das acusações.

É por isso que, sem prazer em agredir mas por amor à verdade, é necessário dizer que a galáxia de procedimentos, métodos e critérios que nos principais e mais influentes meios de comunicação social estão convergindo, de forma crescente, na propaganda e favorecimento da "bipolarização" PS-PSD, acompanhada de uma generosa promoção do CDS-PP e de uma sistemática discriminação contra o PCP, constitui não apenas um deliberado crime contra o pluralismo mas também uma indigna agressão à vida democrática e uma verdadeira cruzada contra a liberdade de escolha dos cidadãos e a própria democracia representativa.

Com efeito, com uma densidade e contornos nunca antes verificados, o que está em curso, a poucos meses de eleições legislativas, é um vasto empreendimento político e ideológico que, visando predeterminar e influenciar os resultados eleitorais, se traduz, na prática, numa repugnante tentativa de comandar minuciosamente o processo de formação de opinião e da vontade dos cidadãos, aprisionando-o dentro dos estreitos limites dos interesses, das ideias e das forças dominantes e assim expropriando os cidadãos de boa parte da sua liberdade de decisão e de opção.

É ao serviço desta ânsia - fria, meticulosa e arrogante - de "fazer a cabeça" aos cidadãos que entram a miríade de "sondagens" que bombardeiam a comunidade nacional com números e títulos que quase sempre escondem infundáveis tropelias, truques e viciações de base, o generalizado confinamento dos programas de entrevistas e de debate e comentário político ao pessoal do PSD e do PS, o gritante silenciamento ou discriminação da actividade do PCP e da opinião dos comunistas, a adopção de critérios preconceituosos tendentes a instituir, a toda a hora, que Portugal ou já viveria ou vai inevitavelmente viver em regime bipartidário.

É ao serviço deste projecto de "engenharia das almas" que entram coisas aparentemente tão díspares como por exemplo:

- a "overdose" da "telenovela" do Congresso do PSD, transformando nove milhões de portugueses em espectadores forçados de uma disputa que, em rigor, será resolvida por cerca de mil militantes do PSD;

- a assinatura de permanência ou residência que foi oferecida pela RTP, pela SIC e pela TVI a dirigentes do PSD e do PS em programas de comentário político e também em noticiários como é o caso inadmissível da presença quinzenal no "Telejornal" de domingo da RTP/1 de Silva Marques e António Vitorino (este, ao que consta, passará em breve a ser parceiro de Santana Lopes, num novo programa de Miguel Sousa Tavares, na SIC);

- o silêncio de chumbo que grande parte dos meios de comunicação social faz descer sobre o que é mais substancialmente diferenciador no discurso do PCP (vítima ainda de constante deturpações e caricaturas) e sobre a sua intensa actividade, valendo neste domínio como exemplo de calculada discriminação a quase completa evacuação dos noticiários das iniciativas inseridas no "Debate com o País para uma nova política".

É também ao serviço deste empreendimento de fomento (primeiro nas palavras e imagens, imediatamente a seguir nas consciências e finalmente - assim o desejam - no voto) da "bipolarização" PS-PSD que entra o generoso acolhimento, protecção e propaganda que a generalidade da comunicação social tem feito da ideia - clamorosamente falsa - que tanto o PSD como o PS procuram espalhar de que, nas próximas eleições, a questão decisiva seria saber qual vai ser o partido mais votado no pressuposto - redondamento falso - de que o partido mais votado ficaria em condições de, automaticamente, governar o país.

A verdade é que, desenhando-se a positiva perspectiva de nenhum partido obter nas próximas eleições a maioria absoluta de deputados, a derrota numérica da direita (PSD e CDS) será assegurada não pelo facto de o PS ser mais votado que o PSD mas pelo facto de o PSD e o CDS juntos não alcançarem uma maioria parlamentar e de, em contrapartida, existir uma maioria de deputados do PCP e do PS.

Bem poderia pois o PS ficar à frente do PSD que, se este, junto com o CDS, formar maioria, a iniciativa política da formação do governo quase inevitavelmente passaria para o campo da direita.

É bem poderia o PSD ficar à frente do PS que, se os deputados deste partido e os deputados do PCP constituírem uma maioria, o PSD não conseguiria formar governo, salvo se o PS - prisioneiro das suas efabulações sobre os pretensos direitos do "partido mais votado" - o resolvesse viabilizar.

Em qualquer caso, demonstrado que está deste modo que os votos no PCP e na CDU são sempre uma seguríssima contribuição para a derrota numérica do PSD (e do campo da direita), é preciso não esquecer o mais importante: é que a ampliação da influência eleitoral do PCP e da sua representação parlamentar são, no actual panorama político, a principal e a mais decisiva alavanca para uma real mudança de política e para que, em lugar da sua continuidade e ressurreição com outros protagonistas, se entere de vez a política de direita.

É evidente que estas verdades essenciais sobre a questão dos resultados efectivamente determinantes para a derrota da direita e para a conquista de uma alternativa democrática já foram ditas centenas de vezes. Mas o que é curioso, e por de mais significativo, é que, ao longo de anos e anos, os propagandistas do critério do "partido mais votado", das inexistentes "eleições para Primeiro-Ministro" e da suposta "bipolarização" PSD-PS jamais foram capazes de as contestar, rebater ou simplesmente debater, sempre preferindo fazer de conta que as não leram nem ouviram.



VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

Este não é nem um apelo nem um grito de alma. É uma firme recusa de rendição e a afirmação de uma decidida vontade de resistir, de lutar e de vencer.

Não existe qualquer real "bipolarização" na sociedade portuguesa ou na vida política nacional. Não existe "bipolarização" PS-PSD nem na influência relativa dos diversos partidos, nem na sua representação parlamentar, nem nas suas propostas e projectos e, muito menos, na capacidade de intervenção social, de luta e de iniciativa política.

O que acontece é que a propaganda da "bipolarização" PSD-PS, acompanhada da promoção do CDS/PP, seja enquanto deturpação da realidade existente seja enquanto projecto político, é o melhor seguro de vida para a política de direita e o mais apetitoso instrumento para forçar e impor que as escolhas se façam apenas entre as forças políticas nacionais (PSD, PS e CDS) que são guardiãs, promotoras e agentes do chamado "pensamento único" que hoje, em Portugal e no mundo, gangrena a democracia, sufoca o pluralismo, cultiva a anestesia e a resignação, assassina a reflexão crítica, intimida consciências e procura influenciar e manipular votações.

Nem mais nem menos que o "pensamento único" da ditadura do "mercado" e em particular dos "mercados financeiros" (bondosos eufemismos para designar o grande capital e a especulação financeira), do "menos Estado" (significando sempre uma ainda maior colonização do Estado pelos grupos económicos e a sua acelerada desresponsabilização no plano social), do sacrifício dos rendimentos, condições de vida e direitos de quem trabalha, da liquidação ou "reforma" do "Estado-Providência" (designação ela própria pejorativa e caricatural para melhor servir os objectivos de regressão social que são inerentes aos seus críticos), da desregulamentação, das privatizações e da subordinação a uma "construção europeia" comandada pelas forças do dinheiro e inimiga dos direitos dos trabalhadores, da justiça social e da soberania das nações.

Vinte anos depois do 25 de Abril, há uma reclamação que pode a alguns parecer patética ou despropositada, mas a verdade é que, desde 1974, nunca terá sido tão justificada e tão urgente.

É uma reclamação que se dirige a todos quantos - dominando a opinião escrita e falada pela segregação de outras opiniões, hegemoniizando o debate político pela discriminação de outras correntes de pensamento e acção, criando falsas realidades pela rasura deliberada de parte essencial da realidade, falando mais alto pelo amordaçamento de outras vozes - estão montando a cruzada da "bipolarização" PSD-PS.

Deixem de se comportar como donos e tutores da democracia, polícias das consciências, rígidos fiscais da formação da vontade popular!

Deixem de se comportar como "grandes eleitores" e aceitem contar tanto - pelos vossos votos individuais - como os vossos concidadãos!

E, sobretudo, deixem os portugueses pensar pela sua própria cabeça e escolher segundo a sua própria consciência para que, em rigor, possam vir a votar segundo a sua própria vontade!

Que os destinatários desta reclamação não se iludam vendo nela um apelo desesperado ou um pungente grito de alma.

Melhor será que a vejam antes como uma firme recusa de rendição e como a afirmação de uma decidida vontade de resistência, de combate e de luta.



64.º Aniversário

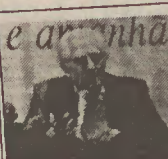
Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 1 - 15 de Abril de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

ABRIL NAS RUAS

Por todo o País, e especialmente nas manifestações de Lisboa e do Porto, prepara-se uma grandiosa participação nas comemorações oficiais, autárquicas e populares da Revolução de Abril.

Carlos Carvalhas no Encontro do PCP
Desemprego exige medidas de emergência



Álvaro Cunhal sobre o 25 de Abril: Escrupuloso respeito pela verdade

Memória viva da Reforma Agrária

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 2 - 22 de Abril de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Reportagem

CDU apresentou listas ao Parlamento Europeu

O combate à droga



VIVA ABRIL

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 3 - 29 de Maio de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

EUROPEIAS PRÉ-CAMPANHA JÁ ARRANCOU

CDU no Parlamento Europeu é melhor para Portugal!

Luís Sá É preciso mobilizar toda

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 4 - 5 de Junho de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Um Governo autoritário

A vitória do ANC

FESTIVAL LIBERDADE



Dias 14 e 15 na Atalaia

Portugal: Que

O «Avante!» faz anos. Passaram já sessenta e quatro, desde que, em 15 de Fevereiro de 1931, saiu o 1.º número do órgão central do PCP.

Durante décadas, atravessando o fascismo, o «Avante!» foi a única voz livre da censura, que levava, pelos caminhos difíceis da clandestinidade, a palavra dos comunistas aos trabalhadores e aos democratas portugueses, a verdade dos factos e das lutas, a palavra da esperança na transformação do mundo, a notícia das batalhas pela liberdade, pela justiça social e pela democracia em Portugal.

Voz única no cerco da imprensa então dominada pelos monopólios e pelo fascismo, voz de liberdade pela qual perderam a vida e a liberdade tantos comunistas para que o seu Partido pudesse falar às massas e não apenas aos militantes, o «Avante!» sai à rua livremente após o 25 de Abril, em plena Revolução Democrática pela qual pugnou.

Mais vinte anos passaram depois. E de novo, hoje, o cerco do silêncio se aperta, de novo os grupos económicos e os governos de direita pretendem calar as verdades e as lutas, ignorar o mundo do trabalho, adormecer as consciências.

De novo o «Avante!», de voz necessária, se torna imprescindível.

Neste aniversário, aqui recordamos algumas páginas do ano que passou e que o «Avante!» acompanhou dando voz ao Partido na sua mensagem aos trabalhadores, aos democratas, ao povo português.

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 5 - 12 de Setembro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Festa de luta



esperança



A Festa já acabou, mas a medalha ainda está vendida

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 6 - 19 de Setembro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 7 - 26 de Junho de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito



CAVACO NÃO PASSOU NA PONTE

Se as propostas do PCP tivessem sido aceites, ter-se-iam evitado grandes prejuízos e um jovem não teria sido baleado

Eleições, sistemas

GRÂNDOLA: Reportagem

Alvaro Cunhal na Covilhã

Atenção ao perigo da nova revisão constitucional



Órgão Central do Partido Comunista Português

Ano de luta e de mudança

O GATT e a «Nova Ordem Económica Internacional»

1994 O Ano em fotos

Orçamento do Estado Propostas do PCP que o PSD inviabilizou

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 8 - 3 de Dezembro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Conferência Nacional do PCP REFORÇAR E RENOVAR!



Nova política para a Educação

PCP apresenta moção de censura na Assembleia da República

A PALAVRA AO POVO!

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 9 - 10 de Outubro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Reuniu o Comité Central do PCP

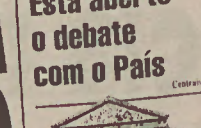
A CENSURA AO GOVERNO ESTÁ NA RUA

DIFICULDADES DO GOVERNO ENCORAJAM A LUTA
REFORÇAR A INTERVENÇÃO ORGANIZADA DO PARTIDO NO SEIO DOS TRABALHADORES

Está aberto o debate com o País

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 10 - 17 de Outubro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito



A revisão constitucional e as propostas do PCP

CUBA

A revolução caminha para a saída do túnel

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 11 - 24 de Outubro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Marinha Grande

UM NATAL VIOLENTO



Plenário de Sindicatos exige demissão do Governo

De garfo e faca

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 12 - 31 de Outubro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Editorial Ano de viragem

Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semana 13 - 7 de Novembro de 1994 - Preço: 150000 pts. (incluindo IVA 1994) - Director: Carlos Brito

Francisco Silva

Revolução Científico-Técnica

É justo protestar Vale a pena lutar

Jornada da CGTP hoje

Editorial Moção para a dissolução

XIV Assembleia da FMJD reúne no Seixal

Jovens de todo o mundo comprometidos com a luta por um futuro melhor

Uma paz duradoura, democracia efectiva e desenvolvimento sustentado constituem os grandes objectivos da Federação Mundial da Juventude Democrática, que reuniu até ontem, durante quatro dias, na sua XIV Assembleia, realizada no Seixal. Cerca de duas centenas de participantes de 90 delegações provenientes de 62 países estiveram no Forum Cultural do Seixal, num encontro organizado pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP), em cuja sessão de abertura esteve presente o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O presidente da federação, o sul-africano Neville Naidoo, membro da juventude do ANC, sublinhou na sessão de abertura a necessidade de «lutar cada vez mais pelo respeito dos direitos humanos no mundo» e mostrou-se bastante crítico em relação às Nações Unidas.

«As Nações Unidas não podem continuar a intervir militarmente no Iraque e noutros países ao sabor da vontade dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que permanecem indiferentes à tragédia do Ruanda, onde já terão morrido mais de um milhão de pessoas», afirmou.

Manipulação de governos

Mas as críticas maiores na sua intervenção dirigiram-se a organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a União Europeia que «continuam a manipular muitos governos com programas de ajuda estrutural, reescalonamento de dívidas e ajudas ao desenvolvimento». Uma crítica feita por aparecerem associadas a essas políticas as transnacionais que continuam a depredar e a explorar recursos humanos e materiais de muitos países.

Na sua intervenção, Naidoo referiu-se às situações do seu próprio país, África do Sul, bem como a de outros como a Palestina, Irlanda do Norte, Guaténala, El Salvador, Camboja, Angola, Moçambique e Timor-Leste.

Jovens estruturalmente marginalizados

A situação dos jovens, a sua inserção e participação na sociedade, nas diferentes partes do mundo, foi detalhadamente referida nesta intervenção, fazendo-se uma distinção entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento, mas detectando problemas em todos eles que levaram mesmo Neville Naidoo a referir-se a uma «marginalização estrutural» dos jovens.

Paralelamente à realização da Assembleia, decorreu um programa político onde se enquadra uma iniciativa internacional de solidariedade com Timor-Leste, na qual se procedeu ao lançamento de uma Campanha Mundial de Solidariedade com o povo mau-bere.

Igualmente, foi organizada uma Conferência Internacional, aberta à participação do Movimento Juvenil português, subordinada ao tema «Participação Juvenil para a Paz e o Desenvolvimento» e que se insere no 10º Aniversário do Ano Internacional da Juventude, decidido pela ONU em 1985 (ver notícia nestas páginas).

A partir de hoje e até 21 de Fevereiro, decorrerá um Encontro entre as Organizações Juvenis dos vários Países de Língua Oficial Portuguesa, aproveitando a presença de muitas dessas organizações para os trabalhos da assembleia da FMJD.



Dirigentes do PCP estiveram na sessão de abertura da Assembleia: o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e o membro da Comissão Política, Francisco Lopes



Do Poder Local de Abril à luta pela democracia no planeta

Eufrazio Filipe, presidente da Câmara do Seixal, concelho onde se realiza esta Assembleia da FMJD, deu na sessão de abertura as boas vindas aos jovens provenientes de todo o mundo através de um texto que faz um curioso paralelo entre uma das conquistas de Abril - o Poder Local - e a luta no mundo pela democracia e desenvolvimento:

«Foi com muita satisfação que recebemos a vossa solicitação para aqui realizarem a vossa 14ª Assembleia. Sejam todos bem-vindos a este Concelho do 25 de Abril, onde o Poder Local Democrático é a expressão da vontade plural do movimento associativo, da comunidade educativa - dos homens, das mulheres e jovens que, no diálogo aberto em torno das questões concretas, sem complexo ideológico nem tabus, trabalham no dia-a-dia pela população.

«Bem-vindos a esta terra, onde a gestão participada da Comunidade Municipal tem assumido com transparência e firmeza democrática a resolução dos problemas do nosso quotidiana

no comum e em simultâneo contribuído para a defesa dos valores universais do Homem em Sociedade - valores que foram, são e serão património dos povos, num mundo em permanente transformação.

«Bem-vindos a esta terra, onde o desenvolvimento está associado ao respeito pela diferença de opinião, à liberdade, paz, cooperação e solidariedade, à luta pela justiça social, contra todas as formas de opressão - uma vida em construção, sem exploradores nem explorados.

«Saúdo a vossa Federação, o vosso movimento internacionalista de juventude, onde há 50 anos se iniciaram, generosos e determinados outros jovens, na qualidade de militantes da vida.

«Vós, herdeiros de um património humanista que vale a pena defender e continuar, sois uma seiva universal que mesmo nas mais difíceis situações assume um protagonismo importante de unidade na acção. Estais no caminho certo, porque, na

vida, não basta ter razão, é necessário agir, em unidade democrática, discernir o fundamental do acessório, com vontade e coração limpo.

«Queridos amigos - sou o Presidente da Câmara Municipal do Seixal desde os 25 anos de idade, por vontade da população como vós, aprendi a crescer por dentro no sonho de um mundo melhor - livre, fraterno, com oportunidades iguais para todos os homens sem discriminações. Continuo convicto que esse sonho acordado, não é uma utopia sem futuro, não é uma fé - esse sonho é um caminho mobilizador, com inevitáveis avanços e recuos, que vale a pena caminhar com firmeza e tolerância. Firmeza com os adversários da democracia participada, tolerância com os amigos.

«Quando regressarem aos vossos países, lembrem-se que entre nós há um traço comum de solidariedade pela humanização do Homem em sociedade, um empenhamento comum pela democratização da vida no planeta.»



A solidariedade internacionalista que é cada vez mais necessária

Na sessão de abertura da XIV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática interveio Manuel Gouveia, membro do Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, que manifestou a sua satisfação por receber, em Portugal, tantas «organizações de jovens comprometidas com a luta presente pela construção do futuro, de um futuro que, como muito bem afirma o lema desta Assembleia, queremos de Paz, de uma Paz justa e duradoura, de efectiva Democracia política, económica, social e cultural, e de desenvolvimento sustentado, de um desenvolvimento dirigido à satisfação das necessidades de todos os Homens e Mulheres deste Planeta e ao mesmo tempo, compatibilizado com o respeito pelo Planeta em que vivemos e com o ecossistema de que somos apenas uma parte. Organizações seriamente comprometidas na luta anti-imperialista».

Salientando o significativo número de participantes, Manuel Gouveia disse que esta Assembleia «é a afirmação da validade do projecto da FMJD, a afirmação do Movimento Juvenil democrático, progressista e anti-imperialista de que está vivo, activo, confiante, e que não desapareceram as forças que movem as rodas da História».

«Porque aqui, neste Fórum, não estão apenas 150 jovens, estão milhões de jovens das Organizações Juvenis que representam, jovens que não aceitam a opressão e a exploração, jovens que não baixaram os braços, e que pela sua confiança, capacidade e energia são a afirmação de que a transformação revolucionária deste mundo, não só é necessária como é possível», referiu.

O membro da Direcção da JCP fez referência aos escassos recursos financeiros com que contou a organização, «porque é esta a realidade da FMJD». Mas salientou «o recurso fundamental, a vontade, a capacidade, a energia e a criatividade de um número imenso de Jovens, Homens e Mulheres, de diversas nacionalidades, demonstrando assim o quanto é possível fazer quando para tal existe vontade».

Um mundo diferente para pior

Falando das diferenças que existem no mundo que existia em 1990 quando, em Atenas, se realizou a XIII Assembleia, Manuel Gouveia disse que este é «um mundo diferente e diferente para pior».

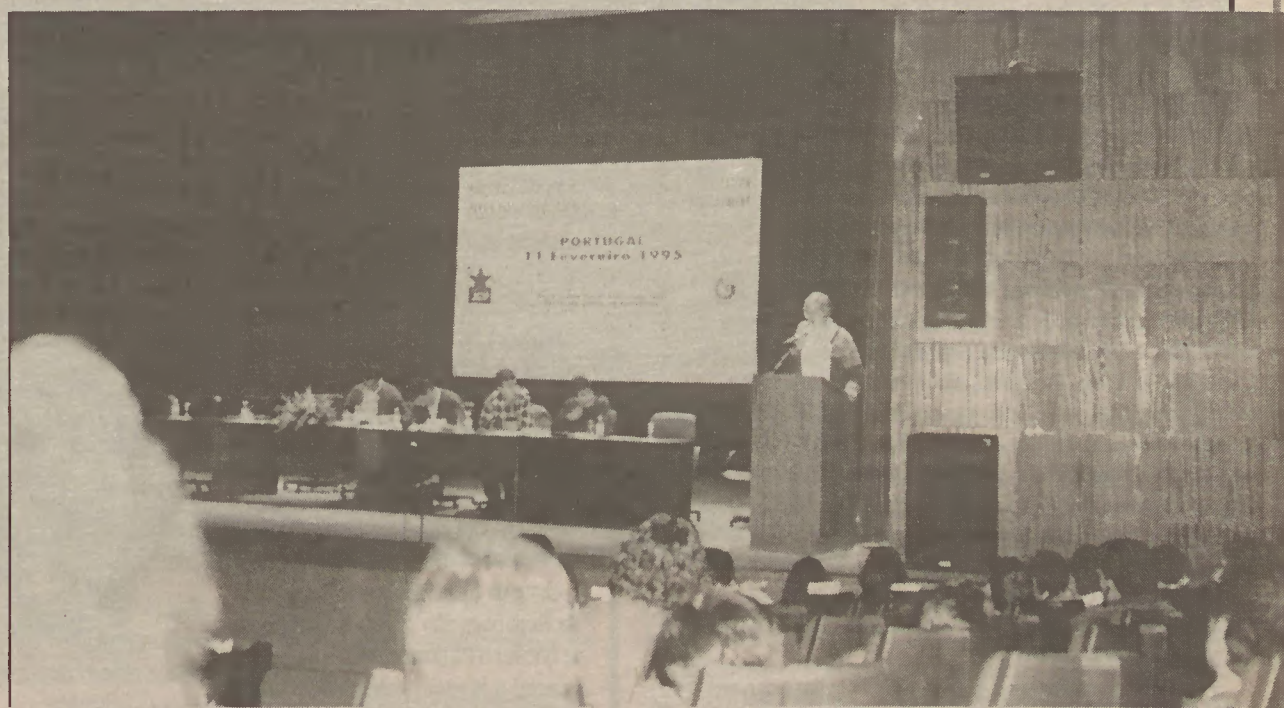
«Um mundo onde a contradição entre os interesses do Capital - Nacional, Multi e Transnacional -, com os interesses dos povos continua a constituir a questão essencial. Um mundo onde o Capital, aproveitando o momentâneo enfraquecimento dos que lhe faziam frente, desenvolveu a sua raiz exploradora. Um mundo onde a dominação e exploração imperialista alastram e estão mais fortes. Mas, e há que sublinhá-lo, um mundo onde a resistência popular e juvenil ao imperialismo, aos Governos com

ele comprometidos e às suas políticas é também uma realidade, e uma realidade em crescendo de força», sublinhou.

Sucesso político

Para Manuel Gouveia, a FMJD é um «espaço de unidade e intercâmbio onde convergem diferentes visões do mundo e diferentes ideologias, é, nesse duro caminho de luta que se nos coloca pela frente, um importante pólo cuja revitalização nos traz imensa alegria».

E, a finalizar, o orador disse: «Estamos confiantes que esta Assembleia, que, e repito, é já um importante sucesso político, verá confirmado esse sucesso pelo decorrer dos seus trabalhos, e sairemos desta Assembleia com uma Federação mais forte, unidos em torno das questões políticas essenciais, unidos na definição das linhas do nosso trabalho futuro, mais confiantes, partindo para um significativo incremento da actividade da Federação, reforçando a solidariedade internacionalista que é cada vez mais necessária e continuando a dinamização da luta e acção juvenil, em defesa dos direitos e aspirações da juventude pela Paz, a Democracia e o Desenvolvimento sustentado.»



Jovens querem participar na defesa da Paz e Desenvolvimento

Integrada na XIV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), realizou-se na sexta-feira passada no Fórum Cultural do Seixal a Conferência Internacional «Participação Juvenil para a Paz e o Desenvolvimento organizada por ocasião do 10º aniversário do Ano Internacional da Juventude e onde esteve presente William Angel, responsável da Comissão para a Juventude nas Nações Unidas (ONU).

Na Conferência, foram abordados temas como a perspectiva da ONU sobre os problemas que a juventude enfrenta desde 1985, os problemas da juventude em Portugal e a situação juvenil nos anos 90 e posteriores.

Foi ainda aprovado um apelo às organizações juvenis e estudantis para que se unam em torno de acções e programas específicos que contribuam para a paz global, o desenvolvimento sustentado, a justiça social e económica e para a realização das aspirações e direitos juvenis em todo o mundo.

Um programa juvenil para o ano 2000

O debate e a adopção de um «Programa Juvenil de Acção para o Ano 2000 e posteriores» foi uma das recomendações

dirigidas às organizações juvenis saídas desta reunião. Também se defendeu que o documento central desse programa seja uma Carta dos Direitos Juvenis que venha a ser elaborada.

Os participantes na conferência, constatando que «em 1995 havia pelo menos 200 milhões de jovens analfabetos nas regiões em desenvolvimento, que se registou igualmente uma gradual erosão da educação nas regiões mais desenvolvidas e que a juventude está ainda excluída e ignorada no processo decisório nos seus países, apelam à ONU e Estados Membros para que assegurem o activo envolvimento e participação dos jovens em matérias que os afectem.

A fabulosa história da Lusomundo...

Assalto ao poder mediático

Em número recente do «Diário de Notícias», foi publicado um pequeno artigo, particularmente curioso, acerca do império empresarial dominado pela LUSOMUNDO. A curiosidade reside no facto de que o DN também, agora, é peça importante desse vasto «trust».

O artigo baseia-se numa reportagem sobre o acto de apresentação da TV por cabo e dos benefícios que esta eventualmente trará a Portugal. Em nome do GRUPO LUSOMUNDO falou o tenente-coronel Luís Silva, «eminência parda» da actual situação política e económica nacional, o qual fez a história oficial do importante núcleo empresarial que dirige. Não é que pensemos que o coronel tenha, então, confessado tudo. Mas se juntarmos as peças deste complicado jogo — o que ele disse, o que ele não disse e o que, anteriormente, outros disseram — concluiremos que, à escala das nossas dimensões nacionais, nos encontramos em presença de um fenómeno explicável que transcende, em muito, a escala do crescimento viável de uma simples casa comercial.

A LUSOMUNDO, referiu o magnata (um ano atrás, o «Independente» chamava-lhe «Coronel Papioca»), constituiu-se como empresa «Filmes LUSOMUNDO», em 1953, declarando então um capital social de 200 contos. Tratava-se de uma pequena sociedade, constituída entre Luís Silva e o seu sogro, o empresário nortenho João Ildefonso Bordalo, tendo em vista o aluguer e distribuição de filmes cinematográficos.

Do que se passou nos anos seguintes, pouco ou nada se sabe. Após 15 anos de actividade, a empresa fez passar o seu capital social para 10 000 contos. Passados mais 19 anos, em 1987, «Filmes LUSOMUNDO» entraram no negócio do «vídeo» e adquiriram uma participação financeira no «Jornal de Notícias». A LUSOMUNDO, na sua forma actual, data de 1988 e dirige ou controla mais de 26 empresas de ramos tão diferentes como o audiovisual, o imobiliário, a radiodifusão, a imprensa escrita, etc. Possui ou explora por contrato 90% do total das 250 casas de espectáculos existentes em Portugal. Vende mais de 50% dos bilhetes de entrada nos cinemas nacionais. Associada a Freitas Cruz, actual presidente da direcção da RTP, administra empresas-chave de importantes sectores, tais como a Geográfica, a Someios, a Jornalgest, a Editorial Domingos Barreira, a Naveprinter, a Rádio Press, a TSF, a Nacional Press, o Diário de Notícias, o Jornal de Notícias, o Comércio do Porto, O Jogo, a Interpress, a Tóbis Portuguesa, etc. Detém fortes participações na SIC, no BTA, na ESSI, no Casino Hotel de Tróia, na Lusomundo Hotéis e em muitos outros empreendimentos. Aconteceu-lhe, aliás, o mesmo que à TVI da qual também é accionista; vendeu títulos na Bolsa de Londres e, agora, poucos sabem ao certo em que mãos efectivamente está o capital da LUSOMUNDO. Quando, porém, colocado perante a questão de saber-se se o grupo é, ou não, português, o coronel responde com uma lógica capitalista cerrada: «Que é que interessa que a LUSOMUNDO seja portuguesa ou não?»

Perante a opinião pública, é agora difícil ocultar que o processo de acelerado crescimento deste grupo oculta mal um efectivo plano de ocupação do poder mediático. Se considerarmos as gigantescas dimensões da LUSOMUNDO e as íntimas relações que a unem à SIC, à TVI, aos «Valores Ibéricos» e ao «lobie» Freitas Cruz (estrategicamente saído da LUSOMUNDO para se cravar, como ponta de lança, no sector-público da TV), teremos a noção aproximada das verdadeiras dimensões do monopólio mediático que avança no nosso país.

Naturalmente que em todo este processo há muito de familiar. Por um lado, os heróis que surgiram do nada e se afirmaram na vida, como Escrivá de Balaguer, Mário Conde, o padre Marcinkus, Ruiz Mateos, etc. Por outro lado, as ajudas anónimas que chegam no momento preciso e as alianças que surgem, mesmo a tempo de vencer. Depois, é certo que vêm os escândalos e as denúncias. Pouco importa. Os objectivos foram atingidos, os caminhos talhados, as situações principais tornadas irreversíveis.

Não há dúvida que poderosas forças estão em movimento na área da nossa comunicação social. E ninguém pode estranhar que encontremos as marcas da Opus Dei nesta estranha conjunção de forças que formam um verdadeiro grupo de assalto.

É que à Opus Dei pouco importará que o futuro venha a confirmar os avanços que tenta em relação ao domínio do poder mediático. Basta que as operações se desenrolem segundo o plano previsto. O resto, depois, virá.

«Deixa rasto...», dizia o falecido Escrivá de Balaguer.

■ Jorge André

Forças Armadas

Apartidarismo a marcar passo

A proposta de lei do Governo que altera a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), no que respeita aos processos de nomeação das chefias militares, foi recentemente aprovada na Assembleia da República (AR) pelo PSD, contando também com os votos favoráveis do PS.

Deste modo, pretendem o Governo e o PSD (e o PS?) não só pôr termo ao princípio da co-responsabilização das Forças Armadas (FA's) na escolha das suas chefias, concretizando um processo de ruptura com a legislação actual, mas também atribuir ao Governo capacidade de nomear e exonerar os Comandantes de tudo aquilo que nas FA's tem conteúdo operacional ou importância formativa-doutrinal (*Avante!* de 94.6.23).

O Governo PSD pretende, a partir de agora, acabar com os critérios técnico-funcionais que têm objectivamente presidido à escolha das chefias nas FA's e passar a fazer as nomeações na base de pressupostos **declaradamente** político-partidários.

Não questionamos o princípio de que a definição das opções da política de defesa nacional é da responsabilidade dos órgãos de soberania nos termos constitucionalmente estabelecidos, mas a verdade é que as alterações aprovadas acentuam de tal modo o crescente processo de governamentalização da instituição militar que é agora mais difícil definir com rigor a fronteira entre o apartidarismo constitucionalmente consagrado e a concreta partidarização das FA's.

E dizemos mais difícil porque de facto nesta matéria o PSD sempre andou a pisar o risco.

Em 16 anos consecutivos de governo o PSD, sozinho ou acompanhado, sempre teve meios para influir no funcionamento da instituição militar, através do desvirtuamento de critérios de isenção partidária e ideológica a que as FA's estão sujeitas por lei, ao nível das **promoções**, de **acesso a cursos** e **altas funções** e em particular na questão dos **credenciamentos** que marçaram, sem dúvida, uma nova etapa das discriminações exercidas sobre alguns militares.

E não foram óbvias razões de carácter político-partidário que levaram, primeiro à exoneração, em 1983, do General Garcia dos Santos de Chefe de Estado-Maior do Exército, e mais tarde à nomeação de Soares Carneiro, o general candidato do PSD/CDS às presidenciais de 1980 para o cargo de Chefe de Estado-Maior General das FA's (CEMGFA)?

Aliás, no que respeita ao exercício de direitos por militares, o PSD sempre teve dois pesos e duas medidas consoante as posições são ou não favoráveis ao Governo.

Quem vê o Governo bramir contra o chefe da Casa Militar da Presidência da República não se lembra certamente que foi o PSD quem deu a mão e fez general o já então **polémico** brigadeiro Comandante da Região Militar Norte, que em 1983 foi punido com 10 dias de detenção, o suficiente para, em situação normal, pôr termo a qualquer carreira ascensional na hierarquia militar.

Quem se lembra das punições aos **Sargentos** (*Independente* 90.4.6 e *Público* 90.6.14) e dos cinco dias de prisão que o **presidente da Associação 25 de Abril** cumpriu na Trafaria em 1987, tudo por, na óptica do Poder, «fazerem política», não percebe que critérios permitiram que nos últimos dias do seu mandato, ainda **no activo**, o então CEMGFA Soares Carneiro, numa entrevista à *SIC*, deixasse no ar, impunemente, críticas de carácter político-partidário.

Quem sabe do processo instaurado, em 1992, ao **presidente da Associação Nacional de Sargentos** por declarações de circunstância aos órgãos de comunicação social, à **saída de uma audiência na Presidência da República**, da punição em 1993 ao tenente-coronel **piloto-aviador** Brandão Ferreira por artigos de opinião publicados num jornal diário, não percebe por que pode um general de 4 estrelas no activo dar-se ao luxo de questionar publicamente decisões, de carácter eminentemente político, do Presidente da República e Comandante Supremo das FA's (*Expresso* 94.12.10).

Não estamos naturalmente a advogar a «política do cacete» contra os militares nem a defender a concepção fechada e desmesuradamente restritiva que levou o PSD e o PS a aprovarem o artigo 31º da LDNFA.

De resto, estamos à vontade para falar de tudo o que ao

direito dos militares diz respeito, pois desde a primeira hora estamos com os que consideram completamente desadequada e antidemocrática a via repressiva com que sucessivos governos têm ameaçado militares e estruturas que mais não fazem do que alertar para os problemas reais e defender interesses específicos.

Agora não podemos é deixar passar incólume atitudes manipuladoras, ao velho estilo de que tudo o que o Governo faz é a «bem da nação».

O exemplo recente mais gritante é a utilização do adjunto do ministro da Defesa em tarefas que nada têm a ver com questões de defesa nacional mas unicamente com questões de defesa da imagem político-partidária do ministro.

A ilustrar, deixamos dois pequenos excertos de dois órgãos de comunicação social «claramente desconotados» e que por acaso até têm dado uma «ajudinha desinteressada» na campanha dos «presidenciáveis laranja».

Em o *Público* de 94.12.20, pode ler-se a dado passo: «... o adjunto de Fernando Nogueira adiantou que a relação deste ministro com a empresa em causa, e com «as mais de dez que lá andaram» está toda documentada. «A construção da casa do sr. ministro é uma situação regularizada» disse o major **Chaves**...».

A *Visão* de 95.2.2 refere: «O tenente-coronel Carlos Chaves, 44 anos, adjunto do Ministro da Defesa, revelou-se um verdadeiro operacional da política. Ao antigo ajudante de campo de Mota Pinto, **desta vez** (itálico nosso), coube-lhe preparar, ..., a conferência de imprensa da candidatura de Fernando Nogueira à liderança no Partido...»

Eis aqui exemplos elucidativos e que nos dão razão, quando ao longo do tempo vimos chamando a atenção para a governamentalização das FA's. Por isso, reiteramos que a alteração à LDNFA, no que respeita à nomeação das chefias militares, constitui mais um perigoso passo em frente no processo de par-



tidarização das FA's, numa lógica «laranja» mais geral de partidarização do aparelho de Estado.

Agora talvez se perceba melhor o que pretende o PSD quando na exposição de motivos da lei que aprovou na AR fala em «**obediência**» (itálico nosso) das FA's aos órgãos de soberania... e diz bem da forma como encara a instituição militar. O PSD continua a adoptar uma posição prepotente e totalitária sempre que se trata dos direitos fundamentais dos militares.

E já que falamos de partidos, é importante salientar o debate que o PS levou a efeito, no passado dia 7, num hotel da capital e no âmbito dos Estados Gerais.

Ficamos à espera que as interessantes conclusões do referido debate, no que respeita ao **associativismo militar**, permitam à direcção do PS e ao seu Grupo Parlamentar ver que o artº 31º da LDNFA, que aprovaram em 82, está completamente desadequado às realidades do nosso tempo, ultrapassado pela própria dinâmica da vida da instituição militar e é claramente incompatível com o regime de direitos que a Constituição consagra.

E porque o Grupo Parlamentar do PCP anunciou na AR, durante o debate do passado dia 11 de Janeiro, que vai requerer a apreciação do seu projecto de lei de alteração do artigo 31º (202/VI), vai o PS ter a oportunidade de mostrar a importância que dá aos debates que promove, às conclusões que deles retira e de dizer aos portugueses que os Estados Gerais já não são mais um desfile de promessas para arregimentar votos e mudar as moscas...

■ A. Rodrigues

Tudo pela reconquista de Kiev

■ Manoel de Lencastre

Duas palavras, ainda, sobre a vitória de Kursk, antes de acompanharmos o Exército Vermelho na sua gesta épica para a libertação da Ucrânia, da Bielorrússia, do resto da URSS, e até Berlim. Kursk tem sido fértil terreno para os falsificadores da História.

Segundo eles, Stalin ter-se-ia aproveitado das condições dessa batalha para fazer lançar nas primeiras linhas de combate, eliminando-os, os inocentes adversários do comunismo, os nacionalistas, povos que não desejavam estar na URSS, os revisionistas, os judeus, os títeres das diversificações, da livre empresa e das «liberdades», os que não queriam combater, os «candidos» defensores dos direitos humanos, além de milhares de simples soldados cujas vidas teriam sido sacrificadas desnecessariamente. Em resumo: foi tudo morrer em Kursk, se acreditarmos nesses falsificadores, entre os quais, porque apareceram publicados em Portugal, teremos de destacar os maquiavélicos Sudoplatov. (!)

É verdade que, ao longo da Guerra Patriótica da URSS, surgiram constantemente pessoas individuais e grupos que se recusaram a defender a Pátria soviética, que hesitaram, que fugiram, que desertaram, que tiveram medo, que se colocaram, abertamente, contra o seu próprio país. Oficiais como Kulik, entre outros, refugiaram-se sempre e sempre em escaramuças defensivas e jamais deram combate aos nazis. O general Vlasov (?), para citar apenas um dos casos mais conhecidos, mudou de campo, simplesmente, e passou a lutar ao lado do inimigo contra os seus compatriotas. O mesmo sucedeu com aqueles que procuravam vingança das expropriações sofridas, com os «canários» da democracia burguesa que esperavam assistir ao fim da URSS e ao restaurar do capitalismo, com todos os que não acreditavam na vitória do Exército Vermelho e se preparavam para abraçar os nazis em Moscovo.

Notem-se, também, os casos dos traidores que aderiram à polícia alemã, dos grupos fascistas que operavam nos territórios ocupados, os «Bandera», por exemplo, simples bandos de criminosos que agiam a coberto da «justiça» trazida pela nova ordem hitleriana. A luta do povo soviético tinha a ver, naturalmente, com estes sectores cuja actividade nociva, antipatriótica, vil, traidora, ficou para sempre registada. Só os falsificadores esquecem ou procuram justificar os crimes que se cometeram contra o Exército Vermelho e contra a URSS e os comunistas. Não é de estranhar que tivessem recebido uma resposta implacável. E muitos dos que se haviam eximido à luta, que fugiram, que se refugiaram em pequenas acções militares defensivas para não hostilizarem o «Führer» acabaram, obrigatoriamente, incorporados em formações dos exércitos de choque que estiveram em Kursk. Morreram? Tiveram a sorte que mereceram. Não tinham no coração, afinal, a causa do seu povo. Preferiam a companhia de Adolf Hitler, Goebbels, Himmler. Preferiam viver entre os assassinos.

Stalin exige a travessia do Dnieper

Era imperioso, para os nazis, sustentar a vaga dos impetuosos ataques do Exército Vermelho que, inevitavelmente, se anunciava. Tentaram construir uma linha defensiva a que chamaram o «Muro Oriental» que se estendia desde o rio Narva, através do Pskov-Vitebsk-Orcha, até aos rios Sozh, Dnieper, Molochnaia. O alto-comando alemão alimentava a esperança de que o Exército Vermelho quebrasse o pescoço ao atirar-se contra este sector defensivo, e se desintegrasse. Mas Stalin exigia de Antonov e Jukov a rápida posse do controlo dos rios Dnieper e Molochnaia para evitar que os alemães destruíssem o Donbass e toda a zona a leste do Dnieper. Existiam, entretanto, diferenças de pontos de vista entre o comandante-supremo e os referidos generais quanto à estratégia a pôr em prática para a conquista dos objectivos em causa.

Na sua retirada, os nazis em fúria procediam à destruição de tudo o que sabiam já não lhes ser útil — fábricas, centrais eléctricas, sistemas de altos-fornos, hospitais, escolas e reduziam a cinzas, cidades, aldeias e vilas. Assassavam crianças, velhos e

mulheres. Cometiam os mais repugnantes crimes contra a URSS e o seu povo, crimes contra a Humanidade que hoje, infelizmente, parecem fáceis de esquecer e poucos desejam lembrar.

No Kremlin, a 25 de Agosto, Jukov explicava a possibilidade de fazer cercar importantes grupos de forças inimigas, no Donbass, partindo da área de Kharkov-Izyum, no sector geral de Dnepropetrovsk e Zaporozhie. Ao contrário, Stalin exigia uma estratégia de ataques frontais conduzindo à expulsão rápida do inimigo que ainda pisava e torturava importantes parcelas do território da URSS. Insistindo em que a proposta de Jukov levaria muito tempo a concretizar, Stalin afirmou: «É preciso atravessar o Dnieper. Diz-nos Antonov que o inimigo ainda possui consideráveis forças para continuar a guerra no nosso país. Os nossos aliados ocidentais parecem pouco inclinados a cumprir aquilo que desde sempre têm prometido, a abertura de uma segunda frente no teatro de guerra europeu. Os desembarques anglo-americanos na Sicília em nada afectam a capacidade militar dos nazis. O que se está passando nas nossas Frentes Ocidental e Sudoeste?»

Antonov esclareceu que nesses sectores, coordenados por

zona do Dnieper e a travessia do rio constituiriam mais uma página heróica da Grande Guerra Patriótica.

Forças mecanizadas e o 3º exército de tanques (Guardas) com unidades dos 40º e 47º exércitos de Moskalenko e Korzun (?), respectivamente, rolavam a diabólica velocidade e conseguiram conquistar uma testa de ponte sobre o Dnieper na área de Veliki Bukrin. O alargamento desta testa de ponte permitiria garantir o avanço do principal grupo de exércitos de Vatutin (Frente de Voronezh). Mas o inimigo lançou os seus 24º e 48º corpos de tropas «Panzer», com cinco divisões de infantaria, contra a referida testa de ponte. As formações soviéticas foram contidas em Bukrin. Entretanto, já outras unidades do exército de Chibisov (38º) conseguiam, efectivamente, atravessar o rio, na área de Liutezh, a norte de Kiev. Tratava-se do 842º regimento de atiradores pertencente à 240ª divisão. E, agora, a travessia do Dnieper por multidões de tropas que surgiam de todos os lados ganhava formas de heroísmo em massa. Na margem oposta, lutava-se titanicamente, sem tempo para que se cavassem abrigos. A travessia realizava-se utilizando todos os meios possíveis — jangadas, barcos de pesca, botes a remos, regatistas a motor, «ferries», a nado.

Operando em Dneprovokamenka e Domotkan, o 7º exército (Guardas), de Chumilov, e o 37º, de Charolin, com o auxílio de unidades do 25º corpo de atiradores (Guardas), do general Safiulin, conseguiam decisivas vitórias nos combates que os nazis, na defensiva, continuavam a oferecer. Mas a travessia do Dnieper consumava-se, enfim, e o controlo da zona do importante curso de água garantia-se, com o Exército Vermelho posicionando-se numa faixa de 700 quilómetros entre Loyev e Zaporozie. Destruídos os sistemas defensivos dos nazis, a ofensiva soviética ganhou momento e começou a tomar posições para novas investidas na direcção ocidental. A operação estratégica contra Kiev teria lugar entre 12 de Outubro e 23 de Dezembro de 1943.

Nesta exaltante conjuntura, o plano para a libertação da capital ucraniana e a continuação do avanço até à linha de Korosten-Zitomir-Fastov, foi submetido à apreciação de Stalin e da «Stavka» depois de aprovado pelo Estado-Maior e estudado, também,

pelo comandante da Frente Central, Konstantin Rokossovski. Aceite pelo Comando-Supremo, a aplicação do plano deu início, imediatamente, à realização de importantes manobras de preparação. A 25 de Outubro, os tanques de Ribalko, reagrupados em Bukrin, iniciavam um movimento que, ao longo da margem direita do Dnieper, cobriu cerca de 200 quilómetros frente às linhas inimigas sem que a «Luftwaffe» tivesse podido intervir devido ao mau tempo. Também o 7º corpo de artilharia de assalto se reagrupara na zona de Veliki Bukrin. A 1 de Novembro, o 38º exército (Chibisov), o 3º exército de tanques (Guardas), o 5º corpo de tanques (Guardas) de Kravchenko, e o acima mencionado corpo de artilharia achavam-se concentrados na testa de ponte de Liutezh. Era uma força impressionante que possuía 2000 canhões e morteiros, 500 rampas de lançamento de foguetes «Katiuchas». A superioridade das formações do Exército Vermelho no sector de Kiev já não podia oferecer quaisquer dúvidas.

Na madrugada do dia 3, o assalto contra a milenária Kiev, a Kiev Rus dos príncipes Oleg, Igor, Sviatoslav, Vladimir, Jaroslav, Vladimir Monomak, agora a Kiev popular e soviética, começou. O 2º exército do Ar (Krasovski) voava sobre os céus da grande República soviética e Kiev sabia que a hora da libertação não estava longe.



Vasilievski, o 3º exército (Guardas) de Leliuchenko, entrara em combate, apesar de não se notar êxito na ofensiva geral daquelas Frentes. Stalin voltou a usar da palavra:

«Mandámos substituir todos os tanques e aviões perdidos em Kursk por Vatutin e Konev (?). O que é preciso, mais, para que essas Frentes retomem a ofensiva? Vatutin deve marchar sobre Romni, Pri-luki e Kiev. Konev avançará no sector Poltava-Kremenchug.»

Jukov, tendo em conta as tarefas consideráveis que se pediam às duas Frentes, submeteu a Stalin, no próprio momento, uma requisição de reforços que compreendia mais tropas, mais tanques, mais artilharia e munições. O comandante supremo examinou os números. Comparou-os com os seus mapas de reservas à ordem. E depois, com o habitual lápis azul, cortou em 30 a 40% a proposta de Jukov, observando: «Logo que Vatutin e Konev cheguem ao Dnieper, mandamos-lhes o resto.»

Heroísmo em massa nas margens do rio

Nas primeiras semanas de Setembro de 1943, a «Wehrmacht» começou a evacuar as áreas do Donbass e de Poltava. O 3º exército de tanques (Guardas) comandado pelo heróico general Ribalko (?) fora transferido das reservas do comando-supremo para os efectivos da Frente de Voronezh (Vatutin). Juntar-se-lhe-iam, a 5 de Outubro, os 13º e 60º exércitos (Pukov e Cherniakovski). A Frente Steppe reforçava-se com o 52º exército (Korotiev) e o 5º exército (Guardas), de Zhadov. Recuando em toda a linha, os hitlerianos acumulavam forças, todavia, na zona do Dnieper contra a qual os exércitos do Konev já estavam em movimento. Poltava, com efeito, caía, a 23 de Setembro. A captura da

(?) «Operações especiais», Edições Europa-América;

(?) Andrei Andreievitch Vlasov (1900-1946);

(?) Frentes de Voronezh e Steppe;

(?) P. S. Ribalko. Este general e o seu exército viriam a distinguir-se enormemente, como veremos, quando integrado na 1ª Frente Ucraniana que Konev comandaria durante o avanço na Polónia e o assalto à Alemanha;

(?) O general Korzun substituirá o general Kozlov no comando do 47º exército, a 3 de Agosto.

A lancha «voadora» e a «calmaria» ou o essencial e o acessório

Era uma vez...

Assim podia começar a história se de uma ficção se tratasse. Mas não. A história é viva e bem viva. E qual é a história?

Conhecida a possibilidade de uma denominada Lancha "Voadora" — embarcação usada em operações de tráfico de droga — escalar o Tejo, foi montado um dispositivo visando a sua captura.

Ao raiar da manhã, a lancha foi localizada junto a um dos pilares da Ponte. A Polícia Marítima deu ordem de paragem, a Lancha "Voadora" acelera e a Polícia Marítima, a bordo de uma lancha de nome "Calmaria", disse-lhe adeus à saída da barra. O destino tem destas coisas: pôr uma "Calmaria" atrás de uma "Voadora".

É óbvio que a apreensão da Lancha "Voadora" teria sido a todos os títulos importante. Mas nisto, como em quase tudo na vida, nem sempre se atingem os objectivos que se pretendem. Não há qualquer demérito para as autoridades envolvidas.

O essencial

Não fugindo ao reparo sobre o facto de estas lanchas terem sido construídas em Espanha e não na indústria nacional, é positivo que o Sistema de Autoridade Marítima possua 8 lanchas deste tipo. Por outro lado, não podemos igualmente fugir ao registo de serem só oito!

Dir-se-á que "Roma e Pavia não se fizeram num dia", coisa que muito bem sabemos mas não convence ninguém.

E não convence ninguém pela simples mas grave razão de que, ao mesmo tempo que o Sistema de Autoridade Marítima é acrescentado com estas 8 lanchas — no essencial para operar em águas interiores —, é despedido de outros meios navais de maior porte, fruto de constrangimentos orçamentais e de uma concepção "laranja" das Forças Armadas, que assenta no primado de que o que importa é a Armada, não a Marinha. Ou seja, tudo em prol das fragatas MEKO (ainda agora partiu uma para o Adriático com custos vindos a público na ordem dos 70 mil contos/dia) e outros meios que possam constituir-se como parte integrante de forças multinacionais e que se deixe, controladamente, cair aquilo que tem como missão fundamental a defesa naval territorial.

Isto é o essencial. E porque assim é, não aceitamos que o Sistema de Autoridade Marítima seja descapitalizado de meios e não seja objecto de uma ponderada e clara reflexão, visando perspectivar o seu papel futuro.

Há relativamente pouco tempo, o programa "Casos de Polícia", da SIC, passou uma reportagem sobre a Brigada Fiscal. Precariedade de meios foi o balanço. E até se ouviu aquela coisa espantosa de a Brigada Fiscal, perante a necessidade de apoio aéreo para uma determinada operação, ter de pagar à Força Aérea pelo envolvimento dos meios respectivos. Fantástico!

Agora, a propósito da Lancha "Voadora" foi dito (*A Capital* de 26/01) que "o que estava a fazer falta para cobrir toda a costa portuguesa é um sofisticado Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (internacionalmente designado por VTS) o qual consiste em estações de radar e comunicações que permitem fazer o controlo, identificação e roteamento da navegação". O Comandante Brites Nunes, em declarações ao mesmo jornal, explicou: "Qualquer embarcação suspeita surge de imediato num ecrã, podendo ser constantemente seguida evitando uma pesquisa aleatória." Mas então o que é feito do sistema LAOS, instalado para uso na ex-Guarda Fiscal, agora designada por Brigada Fiscal? Quantos funcionam? Que interapoio e coordenação existe?

A ideia que se extrai é a de que anda tudo de costas uns para os outros, ou se quisermos, cada um trata da sua "quinta". O ainda ministro Nogueira trata da sua e o ministro Loureiro idem. No meio, existe uma coisa chamada Ministério do Mar e, um nadinha mais ao lado e para baixo, uma outra chamada Direcção Geral de Marinha — órgão de direcção e coordenação do Sistema de Autoridade Marítima — que aguarda há quase dois anos que seja publicado pelo Governo o diploma regulamentar, facto que marcará objectivamente a sua saída da orgânica da Marinha para o MDN.

Sabendo-se que ao longo de muitos anos coube à Marinha a gestão do Sistema, torna-se fundamental aferir o real significado e conteúdo desta modificação. Por um lado, do ponto de vista dos meios afectos, apoio logístico e de manutenção, dotação orçamental, etc., por outro lado, no que respeita aos profissionais que operam nesta área e que constituem o actual quadro de Pessoal Militarizado da Marinha — Polícia Marítima, Faroleiros, Cabos-de-Mar, Técnicos de Condução e Manutenção das Lanchas.

É que, por incrível que pareça, estes profissionais não têm Estatuto Profissional, limitando-se a um mero regime de equiparações aos militares. Na forja, estarão medidas legislativas relativamente à Polícia Marítima, mas qual vai ser o destino do restante pessoal?

Portugal é, da União Europeia, o país com a maior área marítima e este capital tem de ser objecto de medidas visando a sua defesa e potenciação. Tal implica antes de mais uma circunstanciada análise que permita rumar ao futuro com a menor instabilidade.

Medidas avulso, como as que têm sido adoptadas pelo Governo, poderão comprometer seriamente o interesse nacional.

Estas são questões centrais que urge debater. Sendo certo, e questão central do momento, que este Governo e esta política voem sem calmaria do poder.

■ RF



Reflexões sobre o Afeganistão

Os jornais voltaram a falar do Afeganistão na última semana.

Fizeram-no com a habitual displicência, amontoando referências a atitudes e planos de dirigentes e caudilhos tribais. A informação somente contribuiu para ampliar a desinformação. De concreto, apenas uma evidência: a guerra alastra, endémica. Kabul, Kandahar e Kunduz são hoje cidades fantasmáticas com bairros inteiros reduzidos a escombros.

A imagem que conservo do Afeganistão é ainda a da última visita. Naquela época, era para mim quase uma rotina dar longos passeios ao entardecer pelos bazares interiores e pelas ruelas da Cidade Velha de Kabul. Não havia risco.

Permaneci ali três semanas durante um período em que os bandos de *mudjahedines* bombardeavam com mísseis de grande alcance a aglomeração urbana. Paradoxalmente, as explosões matavam muita gente, mas provocavam poucos estragos materiais. A capital estava quase intacta após oito anos de guerra.

Em 1980, quando cheguei a Kabul pela primeira vez, dei-me logo conta de que não estava preparado para entender o país e o povo. Conhecia a superfície do presente. Mas apenas os factos ligados a uma ruptura revolucionária e ao seu desenvolvimento nebuloso. O primeiro presidente da Revolução, Noor Mohamad Taraki, fora assassinado por ordem do vice-presidente Hafizullah Amin, que, apresentando-se como um puro e iluminado, encarcerou e, em certos casos, mandou matar os próprios dirigentes do partido revolucionário.

Quando desembarquei, Amin havia sido derrubado; Babrak Karmal fora investido na Presidência e o maximalismo revolucionário irresponsável cederia lugar a um programa moderado que se propunha levar adiante uma revolução democrática e nacional, modernizadora. Mas o Partido Democrático Popular continuava dividido e era difícil perceber para onde caminhava o país, envolvido numa guerra civil provocada do exterior.

Transcorridos quinze anos, não ousou formular um juízo sobre a personalidade e os objectivos de Amin. Tive, entretanto, a oportunidade de conhecer os dois homens que na Presidência se esforçaram por defender a Revolução afegã: Babrak Karmal e Mohamad Najibullah. Muito diferentes, ambos me apareceram como patriotas e revolucionários consequentes e íntegros. Não modifiquei essa opinião.

Em 1988, na véspera de voar mais uma vez para Kabul, fui recebido em Moscovo, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, por um alto funcionário que me convocou para me desaconselhar a viagem. «Não consigo perceber o motivo desta sua nova visita ao Afeganistão — comentou com alguma ironia. Quando o nosso último contingente se retirar, vai repetir-se em Kabul o cenário de Saigão após a saída dos americanos... Os soldados afegãos largam as armas e debandam; cada um vai tratar da vida...»

A *perestroika* entrava na fase que levaria à implosão da URSS e aquele funcionário expressava o espírito derrotista dominante.

Dias depois, atravessei a cordilheira do Hindu Kush numa coluna de blindados e tive a oportunidade, nas longas e geladas noites de Outono, de falar com muitos oficiais soviéticos nos misérrimos quartéis instalados abaixo da zona das neves eternas. Todos estavam cansados da guerra, mas a maioria desaprovava a levandade com que o mundo oficial e a imprensa emitiam em Moscovo opiniões categóricas sobre o desenvolvimento do conflito, adoptando as teses ocidentais. Quase todos os oficiais que encontrei admiravam o exército afegão e as qualidades dos seus soldados.

O andamento da história deu-lhes razão. Durante quase quatro anos, o exército afegão resistiu a sucessivas ofensivas das forças das chamadas Sete Organizações Sunitas de Peshawar, armadas e financiadas pelos EUA para combaterem o poder revolucionário de Kabul. Entregue a si mesmo, o exército afegão infligiu severas derrotas a um inimigo bem equipado. A Revolução não foi vencida pelas armas.

Meditando sobre o que se passou no país a partir do momento em que Gorbachev tomou a decisão de abandonar o Afeganistão à sua sorte, o que me espanta é a prolongada resistência da Revolução. Os seus defensores lutavam há muito isolados e sem esperança de ajuda. Sem farinha, sem açúcar, sem gorduras vegetais, sem petróleo, sem renovação de armamentos, sem divisas, era impossível conservar o poder.

Três anos após a entrada em Kabul dos bandos de *mudjahedines*, é para mim um dever expressar admiração e respeito pelos homens e mulheres que, em condições tão desfavoráveis, se bateram pelos seus ideais. Em poucos países conheci revolucionários tão puros e generosos.

Uma revolução justa

A URSS deixou transparecer desde o início da Revolução afegã (quando o PDPA tomou o poder apoiado pelo Exército — uma compreensão lacunar e defeituosa do processo de ruptura histórica. A sua solidariedade foi afectada por incontáveis erros e mal entendidos no terreno social, militar, económico, cultural e ideológico. O mal vinha de longe.

Mas a incapacidade revelada pela URSS no entendimento de um processo muito complexo e contraditório não é atenuante para as opções que a levaram ao abandono do antigo aliado. Gorbachev chegou a admitir o restabelecimento da monarquia e a trabalhar por ele. Estava disposto a patrocinar a volta a Kabul do ex-Rei Zahir Sha.

Nas circunstâncias históricas em que se desenvolveu, a Revolução Afegã não poderia ter sobrevivido à desagregação da URSS. Mas isso não apaga dois factos de significação histórica:

- 1) Foi uma revolução traída pelo seu principal aliado;
- 2) Foi uma revolução justa, empreendida e dinamizada por uma pequena minoria, mas que recebeu depois o apoio de grande parte da população.

O bombardeamento desinformativo sobre o Afeganistão durou anos, mas não alterou os factos da História. A revolução fez-se para romper a muralha do atraso medieval num país onde a terra pertencia a uma ínfima minoria que a cultivava por vezes



■ Miguel Urbano Rodrigues

usando técnicas de há dois mil anos; até a água era propriedade privada dos senhores. Invocando a tradição e deformando a religião, as forças da contra-revolução (e aqueles que do exterior a comandavam e financiavam) incendiaram centenas de escolas, assassinaram milhares de professores e estudantes, degolaram mulheres e crianças num país onde a percentagem de analfabetos, antes, atingia os 95%.

A barbárie foi levada às últimas fronteiras. Quando, por breves dias, em 1988, ocuparam a cidade de Kunduz, os homens da Hezbi-Islami, de Gulbuddin Hekmatyar, deceparam os seios das mulheres que não ocultavam o corpo e o rosto com o tchadari. Vi na televisão as imagens medonhas dos crimes dessa horda de fanáticos.

Um país-museu

O Afeganistão é talvez o mais original e menos conhecido museu natural da Terra. Num espaço pouco maior que o da França, é densíssima a concentração de obras de arte que são testemunho de grandes e diferenciadas civilizações que deixaram, marcas profundas na evolução da humanidade. Está por fazer o inventário desse fabuloso património artístico, mas existe a certeza de que o estudo científico do espólio de 25 séculos de velhas culturas, enterrado nos vales, nos desertos e nas estepes afegãs permitirá dar resposta a problemas que há séculos preocupam os historiadores.

A descoberta pelo forasteiro de fragmentos desse património provoca um choque imediato. Pelo que me toca, a quase justaposição, em quantidade e qualidade, de vestígios de civilizações tão diferentes fascinou-me, mas fez-me também reflectir sobre a responsabilidade de escrever sobre o circunstancial. Senti-me quase inibido, como jornalista, ao investigar o transitório da pequena política numa terra por onde passaram Dario, Alexandre, Gengis Khan, Timurlão, Babur e Akbar. Percebi que não era suficiente estudar com seriedade a história da terra afegã para poder começar a compreender a gente que ali vive hoje. Era também indispensável percorrer o país e contemplar o mais possível do que nele resta de culturas contraditórias e sentir a herança das interacções invisíveis que se produziram na descontinuidade temporal. Afinal, o povo islamizado que foi sujeito e tema da Revolução é o resultado de conflitos e fusões inacabadas que assinalaram a galopada tempestuosa de culturas contraditórias. Perante a insondável riqueza arqueológica e humana do mundo afegão, a história do povo português começou ontem...

De manter diferente, o Afeganistão marcou-me tanto como o primeiro contacto com o altiplano andino, quando numa manhã

ensolarada do pórtico mágico do Tiahuanaco, na Bolívia, demorei o olhar cansado nas neves dos cerros gigantes da Cordilheira Real. No Afeganistão, senti, como em nenhum outro lugar do mundo, que o impulso para a meditação serena sobre a história brotou das ideias e sensações geradas pela presença de ruínas de civilizações mortas.

O meu esforço para chegar a uma compreensão integrada, abrangente, da História principiou, creio, na planura da Bactria ao ver-me, inesperadamente, dentro do recinto amuralhado de uma antiquíssima cidade ariana. Não longe, desdobrava-se o decadente casario de adobe da Balkh moderna, desembocar de muitas cidades sucessivas filhas da orgulhosa «mãe de todas as cidades». Eu sabia que Zaratustra andara por ali pregando o mazdeísmo e sentia-me comovido ao correr a vista pelos pequenos tijolos de barro branco, alguns com milhares de anos, iguais aos que ao longo dos vales do Eufrates e do Tigre recordam as grandes culturas da Mesopotâmia antiga. Não longe de uma torre do fogo esventrada, canhões do século XX defendiam o campo arqueológico pré-aqueménida (abandonado) das investidas de bandos empenhados em o devastar. E, também perto, brilhavam, aquecidos pelo sol, os mosaicos esmaltados de um mausoléu timuride do século XIV.

Evoco o quadro para tornar claro que, em tal cenário e naquele dia, o que eu ouvia do alcaide de Balkh sobre a situação económica da Província e a acção dos bandos armados entrava em mim como mensagem paradoxalmente menos real e próxima que as irradiadas pelas ruínas de três culturas mortas.

E não me foi fácil voltar ao tempo concreto. Sentia uma frustração dolorosa porque a insegurança na região me impedia de ir até uma província vizinha, Taxhar, entre Balkh e o Pamir, onde da terra arenosa emerge o prodigioso caso de Ai Kanum, a cidade greco-bactriana (cujo nome helénico se desconhece) erguida na margem do Amu Daria, o antigo Oxus, por veteranos do exército de Alexandre, antes da descida para a Índia.

Anos depois, noutra visita, nas páginas de livros adquiridos em alfarrabistas dos bazares de Kabul, tive a oportunidade de aprofundar um pouco o conhecimento de história dos Kushan, o povo tocário indo-europeu que no começo da nossa era construiu de ambos os lados do Hindu Kush um império que desempenhou o papel de intermediário entre a China dos Han e a Roma dos Antoninos, contribuindo para o comércio e o diálogo entre as duas grandes civilizações da Ásia Oriental e da Europa então no apogeu.

Foi também em Kabul, diariamente bombardeada, que ganhei alguma intimidade com a herança afegã dos Mauryas, a sábia dinastia indiana que deixou marcas indeléveis nos povos da região e na história do pensamento humano. Ashoka, o seu maior príncipe, preconizava a tolerância e a solidariedade num mundo de violência: entrou na história, para permanecer, quando assinou um édito que proibia a guerra como crime, por incompatível com a vocação e destino do homem. Cópias desse decreto humanista, gravadas na pedra em grego e aramaico, foram encontradas há poucas décadas em Kandahar e Laghman...

E foi igualmente no Afeganistão que assimilei rudimentos da



história, de toques quase mágicos, de Gahzni, o sultanato que durante duzentos anos apareceu aos muçulmanos da Ásia como paraíso terreno. Da Gahzni do sultão Mahmud, então maior e mais rica do que a Córdoba omeiada, saíram obras como o Shanaama, de Ferdusi, um dos poemas épicos mais importantes da Idade Média, e o Sol-i-Ibad, do filósofo Sanaí, o sufi que produziu um livro que antecipou de dois séculos a temática da Divina Comédia de Dante.

Por todo o Leste afegão e no vale de Bamyán centenas de esplêndidas stupas funerárias, vestígios de uma estatuária impressionante, e peças isoladas de uma finura e originalidade ímpares testemunham tenta-

tivas de fusão difícil de culturas muito distanciadas. Os esplendores greco-budistas da chamada arte de Gandhara, no início da nossa era, confirmam entretanto que o compromisso entre o rigor e a racionalidade da arte e técnica gregas e a espiritualidade oriental foi levado mais longe do que parecia possível, expressando-se em criações de génio.

O crime

Não é obviamente a referência aos nomes dos chefes de organizações contra-revolucionárias e de grupos tribais que lutam pela posse de Kabul ou de Mazar-i-Sharif que permite captar o significado do que está a acontecer no Afeganistão. Pelo que me diz respeito, foi-me bem mais útil o estudo das três guerras anglo-afegãs empreendidas no contexto da política imperial britânica na época em que a Inglaterra vitoriana avançava para o Norte, rumo ao Pamir e ao Turquestão, e a Rússia czarista, descendo para o Sul, anexava, um após outro, os kanatos da antiga Sogdiana.

Os ulemás e mollahs cujos discursos escutei em grandes jirgahs (assembleias populares) ajudaram-me mais a apreender a complexidade infinita do mundo afegão do que os relatos da imprensa e a documentação editada em Moscovo e Washington. E mais enriquecedor ainda foi o contacto, embora superficial, com chefes tribais – mohmand, shinwari, gilzhai, waziris, baluches, afridis, nuristanis – com quem, aqui e ali, em aldeias semi-destruídas da fronteira sul ou nas escarpas e vales do Hindu Kush, tomei chá e pude conversar em encontros sem horário nem agenda.

Presentemente, pelo que tenho lido, toda a área da velha Kabul que eu conheci ainda com a sua atmosfera medieval encantatória, esta transformada em montes de entulho. Kandahar, Kunduz, Mazar, Balk, Pagman, Khoshty, Kunar, por aí fora, foram quase reduzidas a escombros.

De muitos bazares da Cidade Velha de Kabul e dos seus becos e açoteias que mantinham a ambiência e a estrutura das antigas cidades islâmicas da Ásia Central resta apenas a memória. A metralha pulverizou ali a memória viva da História.

Milhares de monumentos que perpetuavam culturas sincréticas únicas desapareceram. Em nome da democracia, da defesa da tradição e da liberdade, o Afeganistão acabou transformado em cenário e cobaia de crimes de genocídio e de culturoicídio. A responsabilidade primeira, embora não exclusiva, cabe a sucessivos governos dos EUA ou, mais exactamente, ao imperialismo norte-americano.

O pacto

Lemos na imprensa que dois dos maiores clubes de futebol nacionais preparam um pacto de não agressão. «Por forma a evitar vinganças», esclarece o «Público» que dá a notícia e que, entretanto, regista o facto de o fim-de-semana passado ter ficado «marcado pelo vandalismo dos adeptos». A ideia é feliz. Ficamos até a pensar por que razão as preocupações dos dirigentes de futebol não encontram eco em outros dirigentes, neste caso políticos. É que o desafio que está marcado para o próximo fim-de-semana e que se vai desenrolar no Coliseu dos Recreios - com medidas de segurança muito especiais, segundo reza também a imprensa - entre os candidatos a líder do PSD, corre o risco de, terminar e de se registar «violência entre os adeptos». E não parece que haja árbitros à altura de tal desafio.

De resto, a comparação entre o Congresso do PSD e o futebol não é ideia que nos tenha vindo à cabeça por acaso. Com efeito, um dos contendores, Santana Lopes, fez questão de se referir à disputa «em termos futebolísticos», afirmando-se «sportinguista de coração». Só que assim vai a confiança, pelo menos, dos apoiantes que poderá ter no Porto. Ou será que não tem mesmo nenhuns?

Diz-me quem te apoia...

Os apoios aos candidatos a líder do PSD somam-se, seguem-se, são imparáveis. Até o estimado público foi convidado a participar nestas andanças, como os leitores certamente se deram conta, com as televisões a ganharem o dinheirinho das chamadas - «Ligue já e diga qual deles apoia!»

PONTOS CARDEAIS

Ao que se diz, Cavaco tentou impedir que a disputa atravessasse o seu próprio Governo, mas o apelo da disputa era maior e foi um ver se te avias de ministros a escolher quem mais dá garantias de continuar na cadeira.

Neste contar de espingardas se esvaem os projectos. Uma coisa, porém, é certa, nesta contenda. É que todos eles são do PSD, todos fizeram ou fazem parte do Governo, todos foram cavaquistas enquanto esteve a dar, não têm, pois, ponta por onde se lhes pegue. No entanto, é curioso ver como certa imprensa aposta num e rejeita outro. Alguns dos motivos serão certamente inconfessáveis. Outros são mais claros. Por exemplo, o pasquim «O Diabo», já tomou partido dentro daquele partido. Torce



pelo ministro Barroso e faz propaganda de uma «frente antinogueirista», enquanto o candidato natural de Vera Lagoa, Alberto João Jardim, está à espera. Apoios do diabo...

Candidatem-me

Na recta final, os notáveis do PSD estão cada vez com mais



dificuldade em ter tento na língua e em manter o fino verniz com que cobrem a sua convivência. Enquanto apoiantes de Nogueira e Barroso se agridem e insultam com golpes baixos de fina retórica, há no entanto quem não se dê a tanto trabalho para dizer o que há muito se tornou óbvio para toda a gente, ou seja, que quando toca a lançar mão do poder lá para as bandas do PSD vale tudo. Falamos, naturalmente, de Alberto João Jardim, que à última da hora decidiu dar um ar da sua graça. Depois de uma insólita conferência de imprensa convocada para informar que nunca se tinha candidatado a cargos para que não tivesse sido proposto, Jardim viu com desgosto que as massas já não são o que eram e que ninguém se dispôs a ir buscá-lo à Madeira com insistentes pedidos para que tomasse conta do partido. Homem de recursos, não se deixou abater pela ingratidão. Botou a boca no trombone, chamou «incompetentes» aos candidatos, acusou-os de «terem descaramento a mais» ao renegarem o passado e de dividirem o partido, e classificou de «suicídio» a entrega do partido a tais pessoas. Sempre clamando que não se candidata, Jardim defendeu a necessidade de «fazer *rassemblement* ao centro-direita e ganhar à esquerda em Portugal». Para isso, claro, está cá ele e no congresso, quem quiser, que o candidate. Ele, com o seu elevado espírito de sacrifício, não terá outra solução senão a de aceitar. Vá lá, candidatem o homem.

PONTOS NATURAIS

Sobre o Amor

I

Não sei dizer-te bem como te quero.
Não sei de que material se fez eu querer-te bem.
Ânsia com que te espero as tuas mãos nas minhas... Afinal de que lonjuras isso tudo vem?

Não separo de nada quando chamo o teu nome e jamais te vejo só.
Tudo amo em ti e quanto mais te amo e mais a tudo amo, mais te dou.

II

Tinha de ler a Mãe de Gorki em poucas horas.
No circuito do livro proibido tanto a mim me coubera.
Passou a noite. E quando a manhã veio de olhos abertos, calmo, a recebi.

Como se em minha face se reflectisse a luz que lhe sonhasse.

III

Ficar seguindo as nuvens seu secreto universal trajecto.

Ficar a ouvir nas árvores o vento o movimento, o alento.

Ficar ao pé do açude que se queda de queda em queda.

Tudo me suaviza e me conforta como lembrar o Manuel Guedes, quando no Vitória me vinha abrir a porta.

Bebe o teu café.

Ah, como é bom estar a ver-te a beber tranquilamente o teu café!
Eu próprio o fiz por minhas mãos.
Comprei o melhor lote e trouxe a melhor água e estive orando para que ele viesse encher de bom aroma a casa toda.

Bebe o teu café.

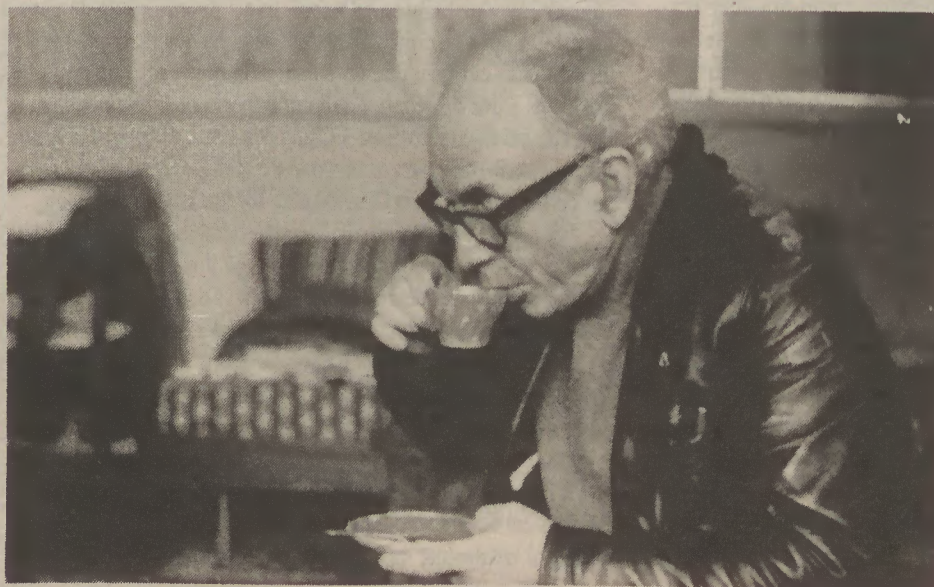
Eu próprio escolhi a chávena e a lavei e escalei e tudo como se fosse elevando o cálice com o vinho do Senhor.

Bebe o teu café.

Não saberás nunca o calor que te envolve os silêncios que sobem os sonhos que se tecem o amor... é isso... o amor dos meus olhos em ti.

Pronto. Tranquilamente bebe o teu café.

Mário Castro



FRASES da SEMANA

“(...) se fôssemos obrigados a percorrer o caminho da guerra talvez estivéssemos melhor preparados agora do que antes. Este país, com uma economia em declínio constante, é um país que se pode desorganizar muito facilmente.”

✽ (Jonas Savimbi, no discurso do VIII Congresso da Unita, citado em «Público», 13.02.95)

“Perfilho a tese de que não se deve ganhar dinheiro à conta da política.”

✽ (Duarte Lima - «Expresso», 11.02.95)

“Gostava que o PS usasse as nossas ideias.”

✽ (Rui Pena, do «movimento cívico» de ex-CDS's - «O Diabo», 14.02.95)

“O cenário de eleições antecipadas na CML deve (...) ser seriamente discutido, apesar de aparentemente nem a maioria municipal, nem a principal força da oposição, o PSD, parecerem interessados nelas.”

✽ (José Manuel Fernandes, jornalista - «Público», 09.02.95)

“Eu sou o único jornalista português a quem negam o direito a ter opiniões políticas, porque sou de direita e amigo de Manuel Monteiro.”

✽ (Paulo Portas - «Visão», 09.02.95)

“O melhor serviço que posso prestar ao partido, neste momento, é manter-me como militante de base...”

✽ (Adriano Moreira, citado em «Público», 13.02.95)

“Se me cortarem a palavra vou continuar a falar mesmo sem microfone.”

✽ (Avelino Ferreira Torres, no Congresso do PP/CDS, citado em «Público», 12.02.95)

“Se eu fosse candidato à liderança do PSD, seria naturalmente solidário com a governação dos últimos dez anos.”

✽ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 08.02.95)

“Ainda não vi nenhum membro do Governo dizer mal do outro...”

✽ (Fernando Nogueira - «Público», 13.02.95)

“Não sacrifico princípios a interesses.”

✽ (Idem)

“(...) eu não renego, pelo contrário, orgulho-me deste património político (de Cavaco Silva), que é extremamente rico. É necessário preservá-lo e, se possível, aumentá-lo.”

✽ (Durão Barroso - «Semanário», 11.02.95)

“Venham daí os dois!”

✽ (Santana Lopes, citado em «Público», 10.02.95)

“Pacheco Pereira tem ambição, tem paciência de chinês...”

✽ (fontes do PSD - «Semanário», 11.02.95)

“Vai haver surpresa!”

✽ (Álvaro Barreto, a propósito do Congresso do PSD - «O Diabo», 14.02.95)

“Nenhum deles chega aos calcachos do Chico.”

✽ (Isabel Sá Carneiro - «O Diabo», 14.02.95)

para uma nova política



• ALCÁÇOVAS

"Situação social e económica"
Junta de Freguesia - Sábado, 18 - 20h30
com a participação de Estêvão Pereira, Raimundo Cabral

• ALCOBAÇA

"A política de apoio às PME's e a promoção do emprego"
Sala da Assembleia Municipal - Sábado, 18 - 21h30
com a participação de Maria Alberto Branco, Fernando Sequeira

• ARRAIOLOS

"Que perspectivas de desenvolvimento para o concelho"
Sede da Junta de Freguesia - Sábado, 18 - 15h00
com a participação de Aurélio Santos, Jerónimo Loios, Joaquim Miguel, Joaquim Pombinho

• BEJA

"Os problemas da Agricultura e as propostas do PCP para uma nova política"
Alvito - Casa do Povo - Sábado, 18 - 16h
Vila Nova de Baronia - Sábado, 18 - 17h30
com a participação de António Murteira, Lopes Guerreiro

• CASTELO BRANCO

"Educação e ensino"
Centro da Juventude - Sexta-feira, 17 - 21h00
com a participação de António Filipe, Mário Nogueira, Salvado Sampaio, Valter Lemos

• ÉVORA

"Educação e ensino no Distrito de Évora"
Salão Nobre do Teatro Garcia Resende - Sábado, 18 - 15h00
com a participação de Gertrudes Pastor, José Calçada, Lino Carvalho, Manuel Branco, Maria do Céu Figueiredo

• LISBOA

"Saúde, um direito fundamental a respeitar"
Junta Freguesia S. João - Sábado, 18 - 16h00
com a participação de Luís Peixoto, Rui Godinho

• LOUSADA

"Desenvolvimento rural. Que problemas, que soluções?"
Cooperativa Agrícola - Domingo, 19 - 15h00
com a participação de Agostinho Lopes

• MORA

"Desemprego e desenvolvimento"
Casa da Cultura - Sábado, 18 - 15h00
com a participação de João Saraiva, José Coelho, Victor Dias

Avante!

agenda

• MOITA

"A reforma do sistema educativo"
Câmara Municipal, Salão Nobre - Sexta-feira, 17 - 21h30
com a participação de Eduardo Chitas, Lurdes Silva

• OEIRAS

"Segurança das populações"
Barcarena
Grupo Recreativo de Tercena - Sexta-feira, 17 - 21h
com a participação de José Neto

• OEIRAS

"As propostas do PCP para uma política de esquerda"
Porto Salvo
S.I.M Porto Salvo - Sexta-feira, 17 - 21h
com a participação de Jerónimo de Sousa

• PORTIMÃO

"Os problemas da toxicoddependência e do narcotráfico"
Sala Conferências da Câmara Municipal
Sexta-feira, 17 - 21h30
com a participação de Álvaro Pereira, Amílcar Martins, Carlos Gonçalves, Carlos Luís Figueira, Maria Amélia Guerra

• PORTO

"Área Metropolitana do Porto. As vias do desenvolvimento"
Auditório da Reitoria da Universidade - Sábado, 18 - 14h30
com a participação de Alberto Andrade, Alfredo Maia, Armando Pimenta, Bordalo de Sá, César Príncipe, Domingos Tavares, Eduarda Ferreira, Honório Novo, Ilda Figueiredo, Joaquim Cancela, Joaquim Guimarães, José Luís Borges Coelho, Lurdes Maciel, Pimenta Dias, Rui Sá, Silvestre Lacerda, Simões Dias

• VALONGO

"Debate com o país para uma nova política"
Auditório Vallis Longus - Sábado, 18 - 21h30
com a participação de Eduarda Ferreira, Faria Sampaio, Henrique de Sousa

• VIANA DO ALENTEJO

"Situação social e económica"
Junta de Freguesia - Sexta-feira, 17 - 20h30
com a participação de Abílio Fernandes, Estêvão Pereira, João Garcia, Maria do Céu Figueiredo

• VIANA DO ALENTEJO

"Situação social e económica"
Aguiar
Junta de Freguesia - Sexta-feira, 17 - 20h30
com a participação de Diamantino Dias, Jorge Pinto

Comício CARLOS CARVALHAS

Secretário Geral do P.C.P.

19 Fevereiro (Domingo) 15H30
PAVILHÃO PAZ E AMIZADE - LOURES

PCP

A ESQUERDA NECESSÁRIA
Para uma nova política

PCP

Setúbal

Cinema S. João - Palmela
Sábado, 18 de Fevereiro, a partir das 10h
IV ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL

Às 18h30:
sessão pública de encerramento
com intervenção de
CARLOS CARVALHAS

Lisboa

Hotel Altis - Sala Europa
Terça-feira, 21, às 18h30

ENCONTRO DISTRITAL
de dirigentes e activistas sindicais e membros de CTs
apoiantes da CDU
com o Secretário-geral do PCP
CARLOS CARVALHAS

Sintra

Visita de CARLOS CARVALHAS,
acompanhado pelo vereador LINO PAULO,
a obras na Área da Habitação e Reabilitação Urbana,
da responsabilidade de pelouros da CDU

Hoje, quinta-feira
10h30 - Cafeteria do Palácio Nacional de Queluz
11h - Visita à obra do P.E.R. na Av. Miguel Bombarda
(Pendão/Queluz);
visita às obras de construção de 305 fogos
em Casal de Cambra
e a outras obras de reabilitação urbana

Ourique

2ª Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 18, a partir das 15h,
no Forum Municipal de Ourique,
com a participação do camarada
António Vitória

Alpiarça

Aniversário do «Avante!»
Sessão comemorativa
com a participação do camarada
Leandro Martins
CT do PCP - Sábado, 18 - 15h

Évora

Debate-convívio:
«As escolas de Évora»
Sábado - 17h30, CT do PCP

Montemor-o-Novo

Encontro concelhio da JCP
Domingo - 15h - CT do PCP de Montemor-o-Novo
No encerramento:
Convívio musical

S. João da Madeira

Debate:
«Um outro olhar sobre a América Latina»
promovido pelos núcleos da JCP
de S. João da Madeira / Sta. Maria da Feira
Sexta, 17, às 21h30,
no Centro de Arte de S. João da Madeira

PCP

74 Anos

Almoço comemorativo

Domingo, 5 de Março - Quinta Valenciana
com a participação de ÁLVARO CUNHAL

Presidente do Conselho Nacional do PCP

[CDU]

Encontro da CDU Sintra
Sexta-feira, 17, às 21h
Palácio Valenças

- Análise do primeiro ano do actual mandato autárquico
- Eleições legislativas 1995

Com a participação de
Jorge Cordeiro e Luís Sá

Encontro da CDU Benavente

Sábado, 18, às 15h
no Centro Cultural
com a participação de
Luís Sá

BARCELOS

Encontro concelhio da CDU
Sábado, 18, às 21h30
no CT do PCP

LOURES

Sexta, 17, às 21h30, no CT
Debate sobre qualidade de vida e questões sociais
com a participação de
Francisco Pereira e José Manuel Abrantes

Juventude
Que presente?

- Debate com **António Abreu**
- Café-Concerto com o grupo **"Rebel Blues Band"**
na Caixa Económica Operária (à Graça):
sexta-feira, 17, a partir das 21h

Reuniões e Plenários

CASCAIS

Carcavelos - Plenário de militantes sobre a situação política e autárquica e preparatório da próxima Assembleia da Organização Concelhia: domingo, 19, às 15h30, no CT de Sasseiros.

LISBOA

Plenário Mensal do Sector de Serviços: no CT da Av. Duque de Loulé, quinta-feira, 16, às 20h.

Reunião do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa: CT Vitória, sexta-feira, 17, às 19h.

Plenário da Zona Centro de Lisboa: CT Vitória, sábado, 18, às 15h.

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. J. Deus, S. J. Brito e S. Sebastião: CT Vitória, sábado, 18, às 15h.

Visita a Sete Moinhos dos eleitos do PCP na freguesia de Santo Condestável e de vereadores do PCP na CML: sábado, 18, a partir das 10h.

Visita ao Tarujo dos eleitos do PCP na freguesia de Campolide e de vereadores do PCP na CML: domingo, 19, a partir das 10h.

Plenário do sector da Indústria Farmacêutica: quinta, 23, às 19h, no CT da Av. Duque de Loulé.

Jantar-convívio do Sector Centro Norte de Empresas: sexta-feira, dia 24, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé.

Debate com a população de S. Vicente sobre o Plano de Emergência de Reabilitação Urbana (PERU) da CML: na colectividade "Grupo dos Nove", quarta-feira, 22, às 21h30, com a participação do vereador Vítor Costa.

MONTEMOR-O-NOVO

Assembleias plenárias preparatórias da 5ª Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Novo:

- dos **Baldios** - no salão da Cooperativa, quinta-feira, 16, às 20h30.
- de **S. Cristóvão** - na Junta de Freguesia, sexta-feira, dia 17, às 20h30.

- de organismos **Diversos** da cidade - no Centro de Trabalho, sexta-feira, 17, às 20h30.

- de **Silveiras** - na Escola Primária, sábado, 18, às 20h30

OEIRAS

Queijas - Plenário de Reformados da organização local, com a participação do camarada **Carlos Chaparro**: sexta, 17, às 15h30, no CT de Queijas.

Algés - Plenário da organização da freguesia: sábado, 18, às 15h, no CT de Algés.

Carnaxide - Almoço-convívio da organização local, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**: domingo, 19, às 13h, no CT de Camaxide.

Linda-a-Velha - Plenário de militantes da organização da freguesia: terça-feira, 21, às 21h, no CT de Algés.

VENDAS NOVAS

Reunião dos militantes do Partido que trabalham na **Arjal** e na **Baptista Russo**, com a participação do camarada **Raimundo Cabral**: quinta-feira, 23, às 21h, no CT do PCP.

VILA FRANCA DE XIRA

CDU - Encontro sobre gestão autárquica: na sala polivalente da Biblioteca Municipal de Alverca, sábado, 18, às 14h30.

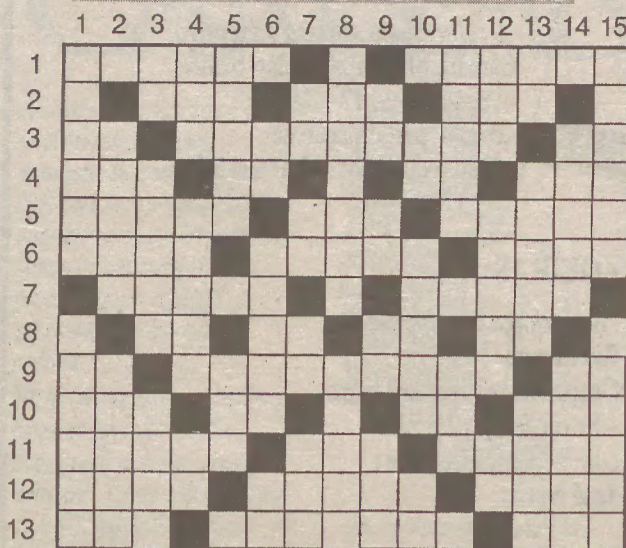
"A CDU presta contas à população" - plenário CDU no salão da Junta de Freguesia de Alhandra: sábado, 18, às 15h.

Recordando

Dinis Miranda

Assinalando a passagem do 5º aniversário da morte de **Dinis Miranda**, a Comissão Concelhia de Évora do PCP promove no próximo domingo uma sessão evocativa no Cemitério dos Remédios.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Lapas; cavernas. 2 - Grande quantidade; estado dos Estados Unidos; fg. do conc. de Oliveira do Bairro. 3 - Tratamento familiar; insistir (fig.); actínio (s.q.). 4 - Qualquer; prep.; com saúde; pau-ferro. 5 - Preto; tenha afeição; casa nobre na província. 6 - Discursai; violeta; sem fala. 7 - Espádua; espécie de barro muito macio. 8 - Fim da Páscoa; apenas; muar; Germânico (s.q.). 9 - Laço apertado; tranquilizara; a mim. 10 - Meia ironia; letra grega; sem companhia; coragem. 11 - Embarcação; antiga dignidade militar turca; francos. 12 - O primeiro homem; com asas; encare. 13 - Roupas quentinhas; rei dos visigodos; cruel.

VERTICAIS: 1 - Vadio; nome de homem. 2 - Osso do braço; ermida fora do povoado. 3 - Antiga cidade da Caldeia; assexuado; discursas. 4 - Inflexão de voz; arribas; Cobalto (s.q.). 5 - Charrua; agora. 6 - Acusada; pron. poss.; art. árabe. 7 - Antiga nota musical; nesse lugar; art.; renque. 8 - Espertamos o lume; careta. 9 - Alumínio (s.q.); art. espanhol; Magnésio (s.q.); juntei. 10 - Campeão; mar (fig.); sim no dialecto provençal. 11 - Engenhos de tirar água; relação. 12 - Tratamento popular às solteiras já de idade; letra grega; prep. 13 - Nome dado ao Sol pelos egípcios; enganar; irmão de Abel. 14 - Acanhada; sarracena. 15 - Frieza; herói grego que cortou a cabeça de Medusa.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

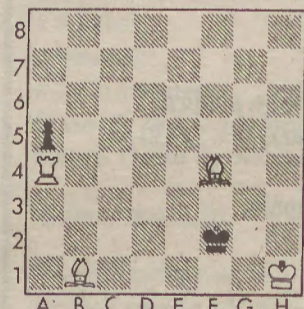
HORIZONTAIS: 1 - Neto; recado; amo. 2 - Alô; soco; alor. 3 - Pô; ura; me; gruta. 4 - Épico; dá; edil. 5 - Luta; ermita; Am. 6 - Ena; amai; após. 7 - Ao; Al; rás; Ru.; ir. 8 - Aros; doce; cré. 9 - El; remota; aram. 10 - Atum; ui; afago. 11 - Lidas; Ga.; eia; Er. 12 - Emir; lama; ela. 13 - Mós; casais; ruas.

VERTICAIS: 1 - Napoleão; além. 2 - Elo; uno; étimo. 3 - Tô; ETA; aludis. 4 - Upa; ar; mar. 5 - Cri; alor. 6 - Acém; seu; lá. 7 - És; orar; migas. 8 - Com; miado; ama. 9 - Acedi; sota; ai. 10 - Dó; ata; café. 11 - Apre; ais. 12 - Are; ou; agá. 13 - Aludas; cro; eu. 14 - Motim; ira; ela. 15 - Oral; tremeras.

XADREZ

D - 16 DE FEVEREIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X013
Por: **OTTO WURZBURG**
1º Prémio 3º Torneio de Miniaturas, 1937

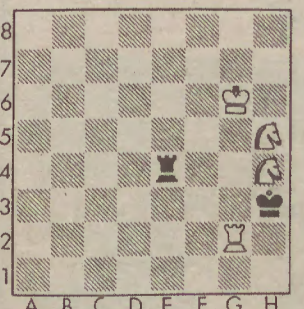
Pr. [2]: Pa5 - Rf2
Br. [4]: Bs. b1, f4 - Ta4 - Rh1



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X014
Por: **F. RICHTER**
Svobodné Slovo, 1953

Pr. [2]: T64 - Rh3
Br. [4]: Cs. b4, h5 - Tg2 - Rg6



Brancas jogam e ganham

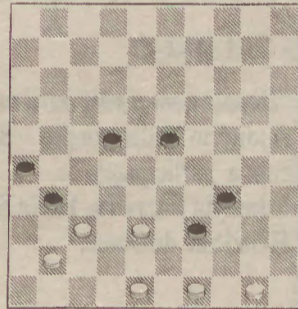
SOLUÇÕES DO Nº D
Nº 1995X013 [O. W.]: 1. Bf5!, Rf3; 2. Rg1, R62; 3. Bc2, Rf3; 4. Bd1# SE: 3.... Ré1; 4. T64 # SE: 1.... Rf1; 2. Bg4, Rf2 { Se 2.... Ré1; 3. B63, Rf1; 4. Ta1#}; 3. Bd2, Rg3; 4. B61# SE: 3.... Rf1; 4. T64# SE: 1.... Ré2; 2. Rg2, Rd1 { Se 2.... Ré1; 3. Bc2, Bd3 ou Rf3}; 3. Bd3 ou Rf3 1. Ré1; 2. Rg2/Rg1.
Nº 1995X014 [F. R.]: 1. Rg5!, T64+; 2. Rf4, T:h5; 3. Tg3+, R:h4; 4. Tg1, Rh3; 5. Th1 + e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

D - 16 DE FEVEREIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D013
Por: **W. MULIAR**
França - 1969

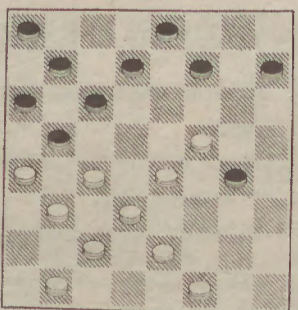
Pr.: [6]: 22-23-26-31-34-39
Br.: [6]: 37-38-41-48-49-50



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D014
GOLPE Nº 108
Por: **JOHN T. DENVIR**
USA, 1892

1. 10-13, 22-19; 2. 11-15, 19-14; 3. 13-18, 23-20; 4. 6-11, 21-17; 5. 12-16, 27-23; 6. 8-12, 31-27; 7. 5-10, 14-5; 8. 1-10, 26-22; 9. 3-6, 22-13; 10. 9-18, 29-26; 11. 10-14, 17-13 Diagrama.



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº D

Nº 1995D013 [W. M.]: 1. 48-43 (31x33); 2. 41x37. (39x48-D); 3. 50-44, (48x31); 4. 44-39. ~ 5. 49x36+
Nº 1995D014 [J.T.D.]: 12. 14-19; 23-14; 13. 16-23, 27-20; 14. 18-22, 26-19; 15. 11-18, 20-11; 16. 6-22 +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 16

Brasa Viva

«Red, Hot and Blue» (EUA/1949). Real.: John Farrow. Int.: Victor Mature, Betty Hutton, William Demarest, June Havoc. P/B, 84 min. *Musical*. (14.50, SIC)

A Casa dos Diamantes

«11 Harrowhouse» (EUA/1974). Real.: Aram Avakian. Int.: Charles Grodin, Candice Bergen, John Gielgud, Trevor Howard, James Mason. Cor, 94 min. *Ver Destaque*. (22.00, Quatro)

O Exterminador

«The Exterminator» (EUA/1980). Real.: James Glickenhaus. Int.: Christopher George, Samantha Eggar, Robert Ginty. Cor, 100 min. *Ação*. (01.40, Canal 1)

SEXTA, 17

Como é Bom Viver

«It's Good to be Alive» (EUA/1974). Real.: Michael London. Int.: Paul Winfield, Lou Gossett, Ruby Dee, Raymond Bieri. Cor, 100 min. *Telefilme*. (14.50, SIC)

Louca

«Nuts» (EUA/1987). Real.: Martin Ritt. Int.: Barbra Streisand, Richard Dreyfuss, Maureen Stapleton, Karl Malden, Eli Wallach. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

O Sinal do Zorro

«The Mark of Zorro» (EUA/1920). Real.: Fred Niblo. Int.: Douglas Fairbanks, Noah Berry, Charles Hill Mailes, Claire McDowell. P/B, 87 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

Fantasma do Passado

«Ghost Story» (EUA/1981). Real.: John Irving. Int.: Fred Astaire, Melvyn Douglas, Douglas Fairbanks, Jr., John Houseman. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (01.05, Canal 1)

SÁBADO, 18

Paixões em Fúria

«Key Largo» (EUA/1948). Real.: John Huston. Int.: Humphrey Bogart, Edward G. Robinson, Lauren Bacall, Lionel Barrymore, Claire Trevor. P/B, 96 min. *Ver Destaque*. (18.20, TV 2)

Orquídea Selvagem II

«Wild Orchid 2: Two Shades of Blue» (EUA/1991). Real.: Zalman King. Int.: Nina Siemaszko, Tom Skerrit, Wendy Hughes. Cor, 100 min. *Erótico*. (23.15, SIC)

Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse

«The Four Horseman of the Apocalypse» (EUA/1961). Real.: Vincent Minnelli. Int.: Glenn Ford, Ingrid Tullin, Charles Boyer, Paul Henreid, Yvette Mimieux, Karl-Heinz Böhm, Lee J. Cobb. Cor, 147 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

Rio Grande

«Rio Grande» (EUA/1950). Real.: John Ford. Int.: John Wayne, Maureen O'Hara, Ben Johnson, Claude Jarman, Jr., Harry Carey, Jr. P/B, 105 min. *Ver Destaque*. (00.00, Quatro)

Férias Separadas

«Separate Vacations» (EUA/1986). Real.: Michael Anderson. Int.: David Naughton, Jennifer Dale, Mark Keyloun. Cor, 80 min. *Comédia Romântica*. (01.05, Canal 1)

Duro e Implacável

«Fixing the Shadow» (EUA/1992). Real.: Larry Ferguson. Int.: Charlie Sheen, Linda Fiorentino, Michael Madson, Cortney B. Vance. *Thriller*. (02.35, Canal 1)

DOMINGO, 19

O Diabo Desceu à Vila

(Port./1980). Real.: Teixeira da Fonseca. Int.: Gizela, Carlos Veríssimo, Maria Helena Matos, Ribeirinho. Cor, 105 min. *Comédia*. (16.20, SIC)

O Justiceiro da Floresta

«Men of Sherwood Forest» (Can.Br./1954). Real.: Val Guest. Int.: Don Taylor, Eileen Moore, Reginald Beckwith. Cor, 74 min. *Aventuras*. (19.00, TV 2)

Que Paródia de Férias

«National Lampoon's Vacation» (EUA/1983). Real.: Harold Ramis. Int.: Chevy Chase, Beverly d'Angelo, Anthony Michael Hall. *Comédia*. (21.30, SIC)

32 Curtas Metragens Sobre Glenn Gould

«32 Short Films About Glenn Gould» (Can./1994). Real.: François Girard. Int.: Colm Feore, Bruno Monsiegeon, Sir Yehudi Menuhin. Cor, P/B, 86 min. *Ver Destaque*. (aprox. 22.30, TV 2)

Ordem de Execução

«Far North» (EUA/1988). Real.: Sam Shepard. Int.: Jessica Lange, Charles

Durning, Tess Harper, Donald Moffat. Cor, 86 min. *Drama*. (01.20, Canal 1)

Revolta na Bounty

«Mutiny on the Bounty» (EUA/1962). Real.: Lewis Milestone. Int.: Marlon Brando, Trevor Howard, Richard Harris, Hugh Griffith. Cor, 185 min. *Ver Destaque*. (01.30, Quatro)

As Noivas de Drácula

«The Brides of Dracula» (Gr.Br./1960). Real.: Terence Fisher. Int.: Peter Cushing, Martita Hunt, David Perl, Yvonne Monlaur. Cor, 80 min. *Ver Destaque*. (05.30, Quatro)

Buonanotte... Avvocato

(título português não fornecido - It./1955). Real.: Giorgio Bianchi. Int.: Alberto Sordi, Giulietta Masina, Mara Berni, Andrea Checchi. 80 min. *Comédia*. (08.00, Quatro)

As Pupilas dos Senhor Reitor

(Port./1935). Real.: Leitão de Barros. Int.: António Silva, Maria Matos, Joaquim Almada, Leonor D'Eça, Maria Paula. P/B, 91 min. *Drama*. (09.30, Quatro)

SEGUNDA, 20

Eddie, O Rebelde

«Eddie and the Cruisers» (EUA/1983). Real.: Martin Davidson. Int.: Michael Pare, Tom Berenger, Joe Pantoliano, Matthew Laurance. Cor, 92 min. *Drama*. (14.50, SIC)

Dias de Tempestade

«Days of Thunder» (EUA/1990). Real.: Tony Scott. Int.: Tom Cruise, Robert Duvall, Nicole Kidman, Randy Quaid. Cor, 107 min. *Desporto*. (22.20, SIC)

A Dança é Isto

«That's Dancing» (EUA/1984). Real.: Jack Haley, Jr. Narração: Gene Kelly, Mikhail Baryshnikov, Lisa Minelli, Sammy Davis, Jr. Cor, 99 min. *Documentário Musical*. (01.00, Quatro)

Um Missionário em Apuros

«The Missionary» (Gr.Br./1982). Real.: Richard Loncraine. Int.: Michael Palin, Maggie Smith, Trevor Howard, Denholm Elliott. Cor, 82 min. *Comédia*. (01.25, Canal 1)

TERÇA, 21

Com a Maldade na Alma

«Hush... Hush, Sweet Charlotte» (EUA/1965). Real.: Robert Aldrich. Int.: Bette Davis, Olivia de Havilland, Joseph Cotten, Agnes Moorehead. P/B, 133 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

Identificação de Uma Mulher

«Identificazione di una Donna» (It./Fr./1982). Real.: Micheleangelo Antonioni. Int.: Thomas Milian, Daniela Siliverio, Christine Boisson. Cor, 125 min. *Ver Destaque*. (22.45, TV 2)

Os Estudantes Devem Estar Loucos

«House Party 2» (EUA/1991). Real.: Dough McHenry e George Jackson. Int.: Christopher Reid, Christopher Martin, Tisha Campbell. Cor, 90 min. *Comédia Musical*. (01.25, Canal 1)

QUARTA, 22

O Denunciante

«Kiss of Death» (EUA/1947). Real.: Henry Hathaway. Int.: Victor Mature, Brian Donlevy, Richard Widmark, Coleen Gray, Karl Malden. P/B, 88 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

A Desaparecida

«The Vanishing» (EUA/1993). Real.: George Sluizer. Int.: Jeff Bridges, Kiefer Sutherland, Nancy Travis, Sandra Bullock. Cor, 105 min. *Thriller*. (21.30, Quatro)

Gente Fina, Um Vira-Latas no Parlamento

«The Distinguished Gentleman» (EUA/1992). Real.: Jonathan Lynn. Int.: Eddie Murphy, Lane Smith, Sherry Lee Ralph. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (22.40, Canal 1)

A Mulher de Benjamin

«La Mujer de Benjamin» (Méx./1991). Real.: Carlos Carrera. Int.: Eduardo Lopez Rojas, Arcelia Ramirez, Malena Doria. Cor, 90 min. *Drama*. (01.00, SIC)

Aquele Povo

«The People» (EUA/1972). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Kim Darby, William Shatner, Diane Varsi, Dan O'Herlihy. Cor, 71 min. *Telefilme*. (01.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Partido Comunista Português
Organização
da Freguesia dos Prazeres

EXCURSÃO A CORUCHE
Dia 28 Fevereiro/95

Para mais informações e inscrições - telefone: 397 24 67

A Comissão de Freguesia dos Prazeres

ALGUEIRÃO/ MEM MARTINS
26 de Fevereiro

no restaurante «A Tendinha»
Almoço comemorativo e lançamento da campanha de fundos para aquisição do Centro de Trabalho

(Inscrições: Tels: 941 44 98
921 68 84 - 921 27 28)

PROGRAMAÇÃO



No «Sempre ao Domingo» desta semana, em foco vai estar o pianista Glenn Gould

Quinta, 16

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Gato Félix
- 09.30 Origens
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.15 Malha de Intrigas
- 15.40 Táxi
- 16.10 Cobra
- 16.55 Missão Impossível
- 17.55 O Melhor dos Apanhados
- 18.20 Com a Verdade
- M' Enganas
- 19.10 Desencontros
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.25 Isto Só Vídeo
- 22.00 Frou-Frou
- 23.45 Coisas da Vida
- 00.45 24 Horas
- 01.25 Remate
- 01.40 O Extremador
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 Clara
- 18.00 Infantil
- 19.10 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Basquetebol
- 21.30 Histórias de Cá e Lá
- 21.40 Desenhos Animados
- 22.15 TV2 Jornal
- 22.45 Acontece
- 23.00 Departamento de Homicídios
- 23.55 Músicas da Terra
- 00.45 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Brasa Viva
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêrére
- 17.45 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Os Trapalhões
- 22.40 Ora Bolas, Marina
- 23.40 A Noite da Má Língua
- 00.45 Último Jornal
- 01.00 Internacional
- SIC

QUATRO

- 11.30 Shopping Center
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Kassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!

Para «A Música dos Outros» desta semana, Luis Represas convida Sérgio Godinho, 2.ª às 21 h na TV2

- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Trapos & Companhia
- 22.00 A Casa dos Diamantes
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Novo Jornal
- 00.50 Fora de Jogo

Sexta, 17

CANAL 1

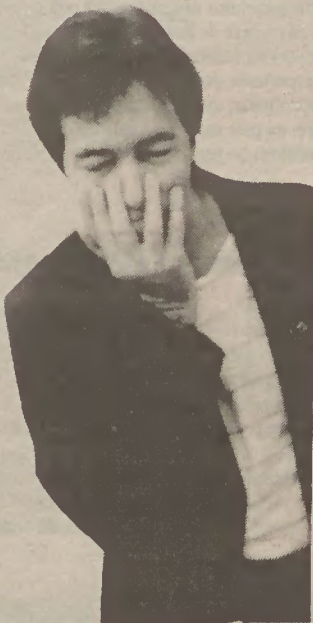
- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Gato Félix
- 09.30 Origens
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.15 Malha de Intrigas
- 15.40 Táxi
- 16.10 Cobra
- 16.55 Missão Impossível
- 17.55 O Melhor dos Apanhados
- 18.20 Com a Verdade
- M' Enganas
- 19.10 Desencontros
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
- 21.00 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.55 Concurso 1, 2, 3
- 23.45 24 Horas
- 00.25 Remate
- 00.40 Contos Assombrosos
- 01.05 Fantasma do Passado
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 Uma Família Feliz
- 17.55 Infantil
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Dramazine: «Bob Wilson em Lisboa»
- 20.50 À Roda do Mundo
- 21.10 Histórias Que o Tempo Apagou
- 21.45 Ver Para Ler
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Quem Conta um Conto
- 23.50 O Sinal do Zorro
- (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Como É Bom Viver
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêrére
- 17.45 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide



- 20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
- 21.25 Irmãos Coragem
- 22.40 Chuva de Estrelas
- 23.40 Noites Hipnóticas
- 00.45 Último Jornal
- 01.00 Os Donos da Bola
- 02.10 Playboy

QUATRO

- 11.30 Shopping Center
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Kassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 Verdade ou Mentira
- 21.00 Trapos & Companhia
- 21.30 Louca
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Novo Jornal
- 00.50 Fora de Jogo

Sábado, 18

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Luta Livre Americana
- 13.00 Notícias
- 13.15 Coração Selvagem
- 14.00 Made in Portugal
- 14.30 Clube Disney
- 16.00 As Aventuras de Brisco County
- 16.45 Área de Noé
- 17.50 Futebol: Marítimo-Sporting
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Seleção Nacional
- 21.30 Noite Mágica
- 22.30 Parabéns
- 00.50 24 Horas
- 01.05 Férias Separadas
- (ver «Filmes na TV»)
- 02.45 Duro e Implacável
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Euronews
- 13.00 Parlamento
- 14.00 TV2 Desporto
- 17.30 Para Além do Ano 2000
- 18.20 Paixões em Fúria
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.55 Forum Musical
- 21.00 Praia da China
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Dinheiro em Caixa
- 23.15 TV2 Desporto
- 23.50 Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse
- (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buêrére
- 13.00 Chuva de Estrelas
- 13.15 Tropicallente
- 14.05 Dra. Quina
- 15.00 Os Imortais II
- 16.00 Muita Lóco
- 17.00 Minas e Armadilhas
- 18.00 Vidas Cruzadas
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Sábado Mágico
- 23.15 Orquídea Selvagem II
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Último Jornal
- 01.40 Diários Eróticos

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
- 11.30 Animação
- 12.00 Informação Religiosa
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.20 Contra Ataque
- 15.00 Telemotor
- 15.30 A Grande Aposta
- 17.20 Queridos Inimigos
- 18.45 Verdade ou Mentira
- 19.30 Telejornal
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Trapos & Companhia
- 22.00 Quem Casa Quer Casa
- 23.15 Últimas Notícias
- 23.30 Jornal do Mundo
- 24.00 Rio Grande
- (ver «Filmes na TV»)



Terça, 21

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Gato Félix
- 09.30 Origens
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.15 Malha de Intrigas
- 15.40 Táxi
- 16.10 Cobra
- 16.50 O Melhor dos Apanhados
- 17.30 Missão Impossível
- 18.20 Com a Verdade
- M' Enganas
- 19.10 Desencontros
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.30 A Mulher do Sr. Ministro
- 22.00 Cabaret
- 23.00 Prova Oral
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Remate
- 01.25 Os Estudantes Devem Estar Loucos
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.05 A Vida Continua
- 18.05 Escola Paraíso
- 18.40 Rua Sésamo
- 19.15 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 Rotações
- 21.15 Magazine - «Cinema»
- 21.45 RTP / Financial Times
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Identificação de Uma Mulher
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Alta Frequência: «Jean-Michel Jarre»
- 01.55 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Praça Pública (repetição)
- 11.30 O Juiz Decide (repetição)

Segunda, 20

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Gato Félix
- 09.30 Origens
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.15 Malha de Intrigas
- 15.40 Táxi
- 16.10 Cobra
- 16.50 O Melhor dos Apanhados
- 17.30 Missão Impossível
- 18.20 Com a Verdade
- M' Enganas
- 19.05 Desencontros
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.20 Nico d' Obra
- 21.50 Zona + Carlos Cruz
- 23.30 Nas Teias da Lei
- 00.10 24 Horas
- 00.50 Remate
- 01.05 Um Missionário em Apuros
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Casa do Caçador
- 18.10 Escola Paraíso
- 18.40 Rua Sésamo
- 19.10 Um, Dó, Li, Tá
- 20.15 Zero de Audiência
- 20.45 Magazine - «Saúde»
- 21.15 Música dos Outros
- 21.45 Ver para Ler
- 21.55 RTP / Financial Times
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Bailado: «Moonshine e Rooster»
- 23.40 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Praça Pública (repetição)
- 11.30 O Juiz Decide (repetição)
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.25 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Eddie, o Rebelde
- (ver «Filmes na TV»)
- 15.45 Buêrére
- 16.45 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.50 Ponto de Encontro
- 22.30 Dias de Tempestade
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 Último Jornal
- 00.45 Flash Back

QUATRO

- Sessão especial de cinema:
- 01.00 «Revolta na Bounty»
- 03.55 «As Noivas de Drácula»
- 05.25 «Buona Notte Avvocato»
- 06.50 «Sua Exa. a Embaixatriz»
- 08.45 «As Pupilas do Sr. Reitor»

Quarta, 22

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Gato Félix
- 09.30 Origens
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.15 Malha de Intrigas
- 15.40 Táxi
- 16.10 Cobra
- 16.50 O Melhor dos Apanhados
- 17.30 Missão Impossível
- 18.10 Com a Verdade
- M' Enganas
- 19.10 Desencontros
- 19.50 Vamos Jogar no Totobola
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.30 Com Peso e Medida
- 22.50 Gente Fina - Um Viralatas no Parlamento
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Remate
- 01.25 Aquele Povo
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Sombra da Dúvida II
- 18.05 Escola Paraíso
- 18.30 Rua Sésamo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 O Domínio dos Mares
- 20.45 Paletas e Pincéis
- 21.15 Magazine - «Ver Artes»
- 21.40 Ver para Ler
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Fogo Cruzado
- 23.40 Milongo
- 00.30 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Praça Pública (repetição)
- 11.30 O Juiz Decide (repetição)
- 12.00 Tropicallente



No «Dramazine» (6.ª feira na TV2), um programa sobre Bob Wilson, encenador de «Orlando», de V. Wolf, que esta semana se representa em Lisboa, e de «Alice» (na foto), ano passado no CCB

- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 O Denunciante
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêrére
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.50 Ora Bolas, Marina
- 22.20 O Senhor Que se Segue
- 23.20 Labirinto
- 24.00 Terça à Noite
- 01.15 Último Jornal
- 01.30 O Rei da Rádio

QUATRO

- 11.00 Momentos Musicais
- 11.30 Shopping Center
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Kassandra
- 14.00 Éramos Seis
- 14.35 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.35 Caprichos
- 18.30 O Preço da Paixão
- 19.30 Novo Jornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.20 MacGyver
- 21.15 Fora de Jogo
- 21.30 Amigos para Sempre
- 23.30 TVI Jornal
- 00.15 Jornal de Negócios
- 01.00 Sinais e Leis

QUATRO

- 11.00 Momentos Musicais
- 11.30 Shopping Center
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Kassandra
- 14.00 Éramos Seis
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.35 Caprichos
- 18.30 O Preço da Paixão
- 19.30 Novo Jornal
- 20.20 MacGyver
- 21.30 A Desaparecida
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 TVI Jornal
- 00.15 Prós e Contras

Ballado 2.ª feira na TV2: «Moonshine e Rooster»

Por isto e por aquilo...

A Casa dos Diamantes

(Quinta, 22.00, Quatro)

É a história da tentativa de um roubo, por parte de um aparentemente inofensivo americano, do maior potentado internacional dos diamantes, sediado em Londres. De certo modo prejudicado por um argumento cuja construção não é particularmente bem conseguida, o interesse do filme reside sobretudo em algumas irresistíveis interpretações, designadamente de James Mason e John Gielgud, e na presença esplendorosa de Candice Bergen, mais bela do que nunca.

Louca (Sexta, 21.30, Quatro)

Uma prostituta é acusada de ter assassinado um cliente e, porque ao mesmo tempo é dada como louca, o seu caso nunca mais é conclusivo em termos de julgamento formal. Talvez porque esta situação nunca é bem resolvida, o filme arrasta-se penosamente sem que Martin Ritt - aqui em nítida má forma - decida da melhor maneira como continuar e acabar com ele. Além do mais, tudo neste «drama de tribunal» é previsível e o filme, que poderia acompanhar o bom trabalho de Barbra Streisand e Richard Dreyfus, fica-se apenas pelas intenções.

O Sinal do Zorro (Sexta, 23.50, TV 2)

Montes de aventuras e de cenas espectaculares num clássico da época do mudo (1920!), com Douglas Fairbanks porventura no seu melhor papel de sempre. A não perder.

Fantasma do Passado (Sexta, 01.05, Canal 1)

Quatro amigos já idosos reúnem-se regularmente para lembrar os velhos tempos. Mas algo mais, que também tragicamente os une, acaba por vir a prejudicar a bonomia e tranquilidade dos seus encontros. É que, no passado, todos eles haviam sido responsáveis pela morte de uma jovem... e esta regressa agora para se vingar! Um interessante filme de terror em que o prazer suplementar de assistir à representação de quatro velhos actores supera alguma irregularidade na sua realização.

Paixões em Fúria (Sábado, 18.20, TV 2)

Um major veterano da II Guerra Mundial (Humphrey Bogart) acolhe-se a um hotel que era dirigido pela viúva (Lauren Bacall) e pelo pai (Lionel Barrymore) de um soldado que aquele comandara. Cansado do combate e da luta, o major é mais tarde surpreendido pela invasão do hotel por um bando de gangsters (que, face à época de produção do filme, aqui representam simbolicamente a reacção, o nazismo), comandados por um feroz criminoso (Edward G. Robinson) e é forçado a dar-lhes luta e vencê-los - o que lhe confere as boas graças da viúva. A história original deste filme é toda ela um pouco forçada e desajeitada mas a adaptação do próprio realizador, John Huston, em colaboração com o então argumentista Richard Brooks, dá-lhe a necessária verosimilhança, acrescentada da mais-valia de uma exemplar atmosfera cinematográfica.

Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse

(Sábado, 23.50, TV 2)

Cá está um dos tais filmes que suscitou as reacções mais díspares da crítica.

Relato do drama vivido por uma família dividida entre o seu ramo alemão (e nazi) e o seu ramo franco-argentino (e resistente) durante a ocupação de Paris, para uns a plasticidade e barroquismo do filme torna-o subberbo, para outros a falta de sentido da realidade prejudica-o irremediavelmente. De qualquer modo, uma obra de Vincent Minnelli merece sempre uma visão - e a decisão final sobre a sua qualidade cabe ao espectador.

Rio Grande

(Sábado, 00.00, Quatro)

Já quanto a este filme, dificilmente haveria dúvidas sobre a sua superlativa qualidade, do ponto de vista estritamente cinematográfico. Trata-se de um western, mais uma vez adaptado por John Ford de um romance de James Warner Bellah, que conta a história de um regimento de cavalaria que, em finais do século passado, procura defender-se dos ataques dos índios, perseguindo-os até próximo da fronteira com o México e, mesmo, para além dela. Entre os momentos mais marcantes do filme, destacam-se os dos combates do destacamento para recuperar e salvar um grupo de mulheres e crianças reféns dos índios - inevitavel-

mente apresentados, como sempre, com a marca de sanguinários assassinos - e as sequências em que as peculiares sensibilidade e convicção do realizador, claramente conservadoras, se debruçam sobre as contradições entre a fidelidade à instituição militar e a preservação da instituição familiar.

32 Curtas Metragens Sobre Glenn Gould

(Domingo, aprox. 22.30, TV 2)

Inserido no programa *Sempre Aos Domingos*, este filme é um documentário ficcionado que se anuncia de rara qualidade e se debruça sobre a vida de um dos maiores pianistas das últimas décadas - o canadiano Glenn Gould - cujas sequências, incidindo em vários períodos da sua vida, são apresentadas em forma de 32 curtas metragens, correspondentes às *Variações «Goldberg»* de Johann Sebastian Bach.

Revolta na Bounty

(Domingo, 01.30, Quatro)

Estamos em meados do séc. XVIII: o navio *Bounty* parte para o Tahiti para se encarregar de uma missão científica e, no regresso, para que o navio chegue a tempo ao seu destino, o capitão Bligh submete os seus marinheiros a uma cruel disciplina de ferro, o que provoca um violento motim da tripulação, partilhado pelos oficiais superiores, sendo o navio incendiado. Bastante inferior à primeira versão, realizada em 1935 por Frank Lloyd - e então protagonizada por excelentes intérpretes como Charles Laughton ou Clark Gable - este *remake* não deixa de estar repleto de sequências espectaculares, que o transformam em algumas momentos de bom entretenimento. E, de qualquer modo, é também um prazer ver actuar Marlon Brando e Trevor Howard, no início desta longa madrugada dedicada pela Quatro ao cinema, a propósito do seu aniversário.

As Noivas de Drácula (Domingo, 05.30, Quatro)

Naturalmente esperada pelos amadores do género, embora nada de particularmente superlativo venha acrescentar-lhe, esta obra de Terence Fisher desenvolve com invenção e elevado sentido de cinema a história do famoso *Conde Drácula*, desta vez afigindo no ambiente tenebroso do seu castelo da Transilvânia uma série de jovens que, progressivamente, se vão transformando em vampiras...



James Mason, Jack Watling e John Gielgud, em «A Casa dos Diamantes», de Aram Avakian

Com a Maldade na Alma (Terça, 14.50, SIC)

Não é das mais inquestionáveis obras de um realizador - Robert Aldrich - nem sempre acarinhado, aliás, pelas nossas televisões. Mas *Com Maldade na Alma* merece sem dúvida ser gravado, para ser visto mais tarde. Trata-se de uma história tenebrosa de uma estranha família e de um esqueleto escondido num armário... Bette Davis sobressai, naturalmente, como principal intérprete - na linha arrepiante e dramática do filme *What Ever Happened to Baby Jane*, do mesmo realizador - mas são Olivia de Havilland, Agnes Moorhead, e Joseph Cotten que mais adequados acabam por estar em relação à especial tonalidade do filme. A preto-e-branco, claro.

Identificação de Uma Mulher (Terça, 22.45, TV 2)

Um realizador prepara a rodagem, em Roma, de um filme em que pretende contar a história de um casal e, ao procurar a principal intérprete feminina, surge-lhe uma jovem oriunda do meio aristocrático por quem imediatamente se apaixonou, mas pouco depois o abandona. História de encontros e desencontros entre o homem e a mulher sempre procurada - habitual na filmografia de Antonioni - este filme, nesse sentido, pouco adianta à sua brilhante carreira. Mas, do ponto de vista cinematográfico, é sempre com admiração que se lhe reconhecem as qualidades de contínua invenção que a caracterizam.

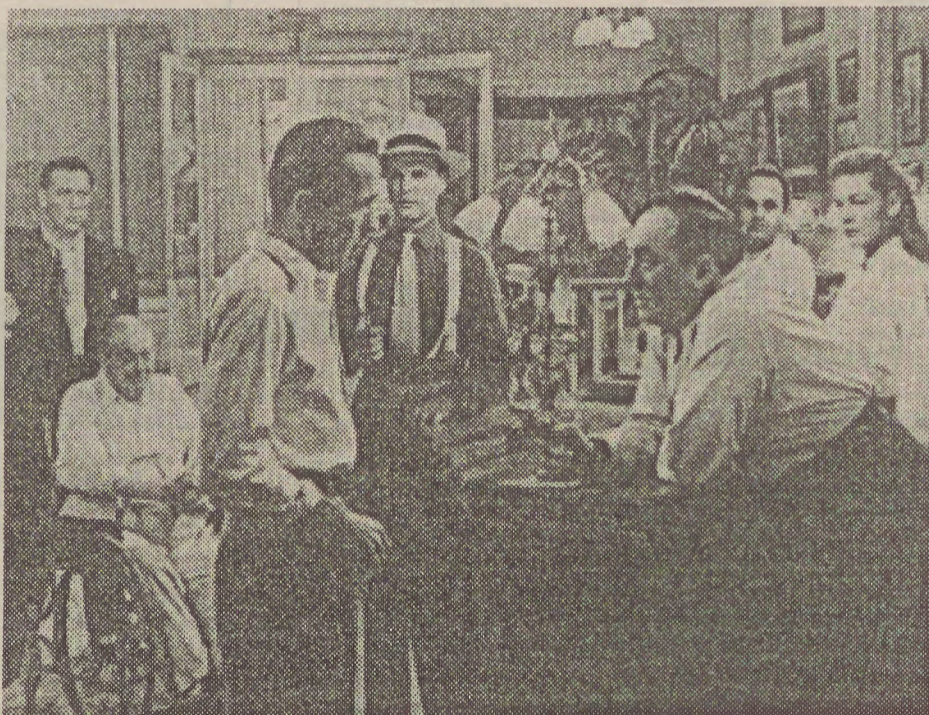
O Denunciante (Quarta, 14.50, SIC)

Escrito por especialistas modelares, como Charles Lederer e, sobretudo, Ben Hecht, *O Denunciante* é um filme negro extremamente inquietante que ficou a marcar a estreia (e que estreia!) de Richard Widmark no cinema, no papel de um criminoso implacável. Dizem as crónicas que o realizador Henry Hathaway trouxe de Hollywood até Nova Iorque a sua preferida equipa de técnicos para ali rodar, fora dos estúdios e em locais reais, uma história que prende o espectador do princípio ao fim e que ainda tem a particularidade de nos proporcionar, numa interpretação em que se excede a si próprio, Victor Mature, na pele de um informador da polícia. Perfeitamente sintomático e escandaloso é o período da emissão para que a SIC relegou este magnífico filme.

Gente Fina, Um Vira-Latas no Parlamento

(Quarta, 22.40, Canal 1)

Estamos no Carnaval e não faz mal: se não tem mais nada para fazer, também não lhe caem os parentes à lama se decidir ficar por casa e entreter-se com este filme que, no género, até tem alguma piada. Um vigarista da Florida consegue fazer-se eleger para o Congresso dos EUA e vem estabelecer-se em Washington na perspectiva de vir a enriquecer. Padecendo de problemas relacionados sobretudo com o ritmo das cenas e das sequências, o filme é interpretado com à-vontade por Eddie Murphy que, naturalmente, entre os tiques e clichés a que nos habituou, consegue ainda surpreender-nos com gags bem engendrados - como é o caso, por exemplo, da cena da linha telefónica-sexual...



Um fotograma de «Paixões em Fúria», de John Huston, com Humphrey Bogart e Lauren Bacall



Bette Davis e Olivia de Havilland, em «Com a Maldade na Alma», de Robert Aldrich



Victor Mature e Richard Widmark (na sua estreia no cinema), intérpretes principais de «O Denunciante», de Henry Hathaway

■ Correia
da Fonseca

Em terreno minado

O estatuto privilegiado dos «políticos» (designação não inocentemente generalizadora que mete no mesmo saco de prejoração os melhores e os piores), e nomeadamente o estatuto de reformas dos deputados, foi tema abordado na última emissão de «Parlamento», rubrica agora exilada para a TV2, como aliás aqui se referiu. Convém salientar, de passagem, que, com esta transferência para o Segundo Canal, a RTP conseguiu minimizar drasticamente, no plano das audiências, o único espaço televisual que escapava à estratégia que reduz a vida política portuguesa à artificial bipolarização PSD/PS. Ao contrário do que sucede na generalidade das rubricas, em «Parlamento» é inevitável a presença regular de vozes comunistas, e foi exactamente nas palavras de um deles, o deputado Luís Sá, que finalmente pudemos ter na Televisão portuguesa a reposição de uma verdade e a demolição de uma impostura.

Os uns e os outros

De facto, andamos há muito a ouvir, na TV e fora dela, um grande coral de críticas, aliás justificadas, à facilidade com que os parlamentares acedem ao direito de usufruírem uma confortável reforma. Direi mesmo, sem receio de me enganar, que os sons dessa música se tornaram muito mais vivos e nítidos desde que o doutor Monteiro do PP se destacou como solista dessa indignação generalizada, travestido de mestre da virtude política com o generoso apoio da generalidade da Comunicação Social. O jovem pretende convencer as gentes de que, mostrando-se radicalmente contrário a um privilégio abusivo, é sem dúvida homem possuído por elevados padrões éticos, raros naquilo que comumente se designa por «classe política». Porém, em «Parlamento», Luís Sá lembrou que os deputados comunistas sempre foram contra o agora tão contestado regime de reforma e contra ele votaram na altura própria. Quer dizer: desmentiu cabalmente a habitual insinuação de que todos os deputados desejaram e aprovaram o abuso e recordou a verdade escamoteada: os comunistas sempre se opuseram a ele.

A questão das reformas parlamentares é, de resto, apenas um ponto de uma temática mais ampla, que é a da chamada «reforma do sistema político», de que a TV nos fala frequentemente. Tem, julgo eu, pelo menos duas faces. Uma delas, populista e demagógica, apela dramaticamente para que «os políticos» deixem de ser mentirosos e desonestos («sanguessugas» chamou Monteiro aos deputados, a todos eles, incluindo obviamente os do seu próprio partido), e os telespectadores portugueses estão constantemente a ser confrontados com ela. A outra face, correspondendo a uma atitude menos fulanizável, caracteriza-se por uma hostilização sistemática do «sistema», palavra que designa uma realidade política de contornos mal definidos mas que, na prática, bem pode ser entendida como coincidindo com o regime democrático em que vivemos. A Televisão tem-nos trazido muitas vezes o desacordo, para não dizer o ranco, que «o sistema» inspira a Alberto João Jardim, por exemplo. Conhecendo-se a débil vocação democrática de Jardim, e sabendo-se também que diversos figurões de extrema-direita de diversos países designam as democracias locais por «o sistema», nem precisamos de grande sagacidade para pressentir o que pode estar por detrás dessa aversão. A mim, que como se calculará vejo muita Televisão, parece-me claro que a TV portuguesa, globalmente avaliada, reproduz e multiplica com muito gosto esses sopros de rejeição do «sistema» numa óptica de direita que lembra, e muito, a permanente campanha de detracção sustentada pelo salazarismo contra «a política» e «os políticos».

Chegado aqui, dou-me conta, com alguma má consciência, de que esta crónica está recheadinha de reflexões de ordem política apesar de querer ser apenas uma reflexão acerca da TV que temos. Defendo-me, porém, lembrando que também o fluxo televisual que nos entra em casa é, antes do mais, acção política, mesmo quando não parece sê-lo. E que a culpa disso, é claro, não é minha.

Três êxitos

Regressando à última emissão do «Parlamento», quero registar que nela encontrei pelo menos duas razões de satisfação. Uma delas, menor, foi a circunstância de o deputado comunista ter podido falar sem ter de enfrentar constantes interrupções por parte de Paulo Lavradinho, acontecimento tão raro que é caso para Te Deum e lausperene. A outra, maior, foi a eficácia da prestação televisiva de Luís Sá, esclarecedora, fluente, sintética, cingida ao essencial, convincente. Aqui, entro necessariamente por terrenos difíceis mas que, por dever de ofício, me surgem como de primeiríssima importância: a questão é que, ao longo dos anos, nem sempre as intervenções de comunistas na TV me pareceram com a qualidade que eu lhes desejava. É natural que assim tenha sido, e por várias razões. Por um lado, é claro que eu sempre quis o quase impossível: que os comunistas (ou os que Mário Soares, no seu francês já lendário, designava em tempos por «compagnons de route») surgissem na TV como craques da comunicação, pois

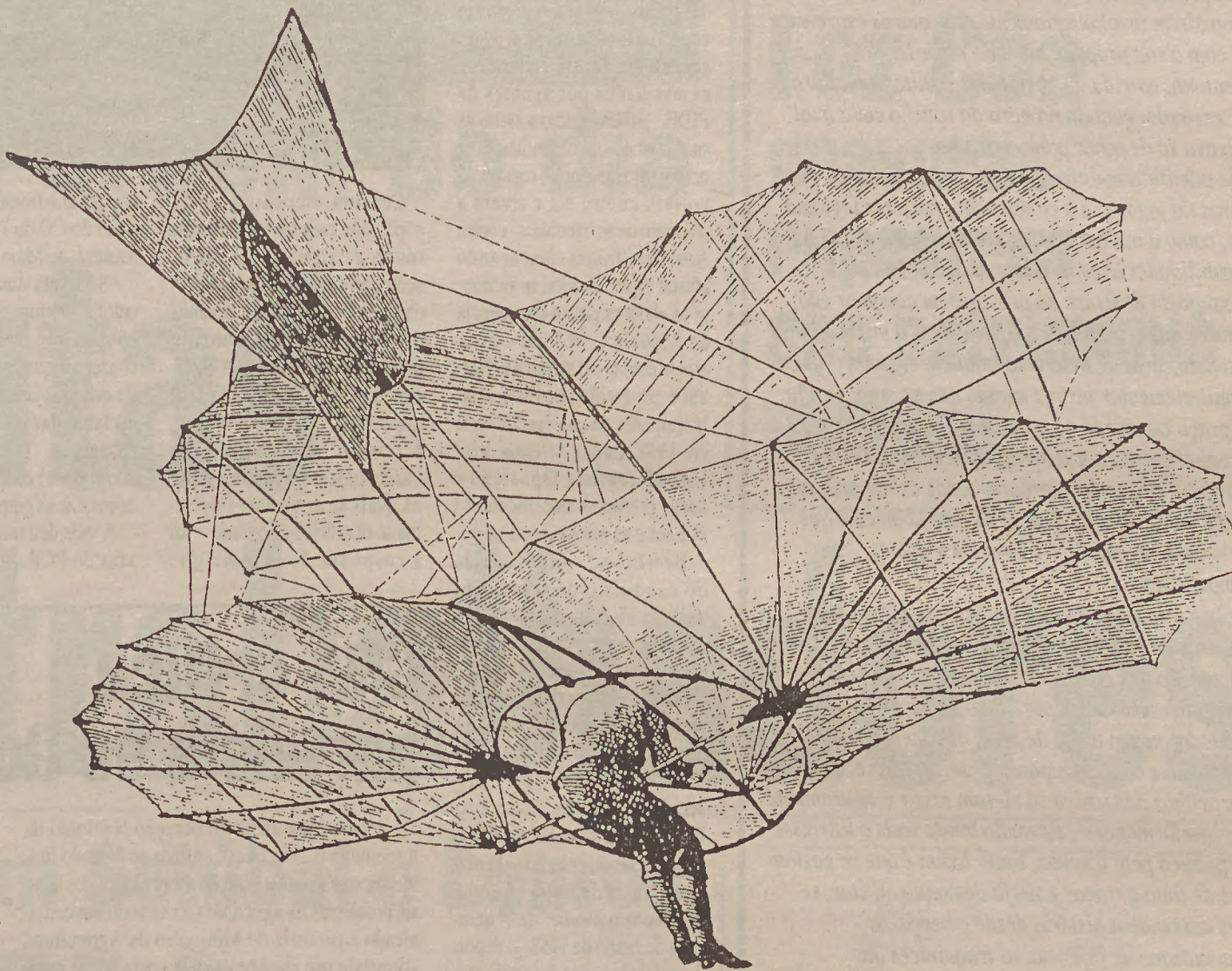
ções de comunistas na TV me pareceram com a qualidade que eu lhes desejava. É natural que assim tenha sido, e por várias razões. Por um lado, é claro que eu sempre quis o quase impossível: que os comunistas (ou os que Mário Soares, no seu francês já lendário, designava em tempos por «compagnons de route») surgissem na TV como craques da comunicação, pois

mais optimistas, dando uma verdadeira lição, porventura não premeditada, da arte de bem cavalgar toda a TV hostil.

Ser excelente, é preciso

Um dia destes, li um texto em que o autor, intelectual destacado com currículo variado na área política, sustentava que a Esquerda desdenha as modernas tecnologias da comunicação, os novos media, e por essa atitude cultural se perdera. Não sei ao certo, naturalmente, o que o homem designava por Esquerda mas, no que diz respeito aos comunistas e aos que deles estão próximos, não tenho dúvidas de que a afirmação resulta numa impostura, e de que o contrário é que é verdade: são os novos media que, controlados pela direita política que detém o poder económico-financeiro, rejeitam a Esquerda, impedindo-a de aceder à sua mínima utilização e, pior ainda, são utilizados para a condução de uma permanente campanha de detracção, distorção e calúnia contra os mais elementares valores da Esquerda.

Se alguma linha de actuação permanentemente caracteriza os media portugueses na sua generalidade, é a convergência no bombardeio quotidiano da Esquerda. Contudo, acontece que a conjuntura política de vivência democrática impõe um mínimo de resguardo, de maquilhagem, de aparente pluralismo, e em



só assim ultrapassariam com êxito a barreira de agressividades e provocações que sempre os espera. Por outro lado, compreende-se que excelentes prestações na TV exijam, como regra geral, alguma habituação à ida perante as câmaras, digamos que algum treino, o que é incompatível com a raridade da sua chamada aos estúdios.

Voltando a Luís Sá, direi que a intervenção em «Parlamento» me pareceu confirmar uma notória melhoria da sua eficácia na Televisão, o que já em anteriores ocasiões eu julgara vir detectando, e a relevância da questão excede obviamente o mero âmbito individual; é preciso, é indispensável, que os comunistas sejam sempre ótimos quando, verdadeiramente por excepção, têm oportunidade de surgir na TV.

Não há muito tempo, numa emissão de «Tostões & Milhões», também Octávio Teixeira esteve admiravelmente, e ainda bem. Mais recentemente, perante uma iniciativazinha provocatória de Júlia Pinheiro e de «A Noite da Má Língua», Carlos Carvalhas surpreendeu-me ao superar as minhas expectativas

consequência desse factor surge, muitas vezes fugazmente e sempre enquadrados por hostilidades, homens e mulheres de Esquerda em momentos de Televisão.

É-lhes permitido, então, que penetrem num terreno minado por ciladas, agressões, antigas calúnias que de tanto durarem adquiriram a aparência de verdades óbvias. Não é difícil perceber que, nesse clima, são quase impossíveis os desempenhos serenos, descontraídos, luminosos; mas essas são as únicas oportunidades em que a Esquerda pode usar armas que, nas sociedades actuais, estão perto de serem decisivas. Quer isto dizer que, em cada um desses momentos, é preciso ser excelente. Que não basta ter razão, que é forçoso ter o ar disso: a batalha dos media vence-se à força de aparências mais que da excelência dos argumentos. Sabendo-se embora que a justeza dos argumentos nos é fornecida pela própria vida, é preciso que a gente de Esquerda cuide de tornar aparente, evidente, a razão que lhe assiste.

Na verdade, creio que só depois disso a vida poderá fazer o resto.

de FOICE Competição

A competição, como se sabe, é o acto de competir, que por sua vez é pretender alguma coisa simultaneamente com outrem. Também se lhe pode chamar antagonismo, concorrência, desafio, disputa, rivalidade - só para citar os sinónimos mais comuns. Competir está-nos na memória genética, no ADN, no tutano, na massa do sangue, tanto por razões de sobrevivência como por desfastio. Não é difícil imaginar os nossos parentes do paleolítico, por exemplo, aborrecidos de morte com uma semana interminável, sem telenovelas nem centros comerciais, sem engarrafamentos nem dia dos namorados, a bocejar de tédio de manhã à noite, a inventarem uma competiçãozinha para se distraírem: quem atirar o pau mais alto ganha uma pedra polida, quem chegar primeiro à árvore come os frutos mais maduros, quem caçar o urso fica-lhe com a pele, quem gritar mais tempo leva a Maria a ver a colecção de sílex, e outras coisas do género. Ou a competirem involuntariamente com outras espécies e até com a sua própria, batendo recordes de maratona, corrida de obstáculos e saltos em altura, por exemplo, quando na hora do rancho cada qual salivava só de olhar para o vizinho.

É de admitir que datem desta época os árbitros e as regras do jogo, que a competição, para ser legítima, tem, como a mulher de César, de parecer séria. As possibilidades abertas à imaginação por este pressuposto de lisura na arte de bem competir são, como se sabe, infundáveis. Que o diga a minha prima Graciete, rival de toda uma infância comum, a quem a mais elementar justiça manda que se erga, se não na praça ao menos na memória, um monumento de reconhecimento à sua inesgotável capacidade de subverter em proveito próprio todas as normas, sem nunca perder o ar angelical de querubim com que reclamava inocência e vitória em todas as competições.

É claro que nessa época não havia televisão, nem câmaras de vídeo, a mostrar e registar a cada passo a actuação dos competidores, exigindo que as caneladas só se dêem por baixo da mesa, as bofetadas sejam todas de luva, os venenos todos disfarçados com champanhe francês. Mas estas maravilhas da técnica só vieram exigir o apuramento das 'performances', elevando ainda mais o interesse do público pela disputa. Tanto assim é que se gastam rios de tinta a traçar o perfil dos antagonistas, se lhes desvenda a história desde o berço, os traumatismos de infância, as traquinices da adolescência, os pecadilhos da juventude, as proezas da idade adulta. Como se isto fora pouco, ainda se lhes publica o álbum de família completo, desde a inocente nudez na clássica almofada à fatídica fotografia de casamento ou de fim de curso, sem esquecer as férias à beira-mar ou a presença nalgum acontecimento social de relevo.

O interesse é ainda atestado pelo entusiasmo que mobiliza as massas à medida que se aproxima o desfecho da competição, pelo frenesim que assalta as claques de apoio, pela excitação com que se assiste aos últimos preparativos, pelo ardor com que se reservam bilhetes para assistir ao vivo à hora da verdade.

A expectativa que as competições provocam chega a ser mortal. Eu, por exemplo, não sei como vou sobreviver nos próximos dias. Quem irá ganhar? Quem irá perder? Forrest Gump ou Pulp Fiction? Tom Hanks ou John Travolta?

Os óscares dão cabo de mim.

■ AF

Homenagem a Humberto Delgado

Trinta anos passaram sobre a morte do general Humberto Delgado, assassinado às mãos dos torcionários da PIDE, um dos mais tenebrosos crimes cometidos a sangue-frio pelo regime chefiado por Salazar.

Apesar das tentativas feitas então pela ditadura fascista para abafá-lo e silenciá-lo e, mais tarde, de pretender atribuir as culpas à oposição, o crime acabou por ter grande repercussão nacional e internacional. Pela destacada figura do general. Pela rede de provocadores policiais que montaram a armadilha e o crime. Pelas indesmentíveis responsabilidades directas, não apenas dos assassinos mas dos governantes fascistas.

Atraído a uma cilada pela PIDE, a um encontro do outro lado da fronteira, em Vila Nueva del Fresno, em pleno território espanhol, o general e a sua secretária foram friamente assassinados por agentes da PIDE. Salazar saldava assim as suas contas com um militar que, oriundo do interior do regime, se voltara contra ele e tivera a coragem de se candidatar contra Américo Tomás, ameaçando afastar logo o ditador, se ganhasse as eleições para a Presidência da República. A frase *Obviamente demito-o* relativa a Salazar e proferida em Lisboa no lançamento da sua candidatura, em 1958, tornou-se então uma legenda entre a Oposição e numa promessa que encontrou eco entre as massas populares.

Beneficiando da desistência do candidato da Oposição, Arlindo Vicente, decidida com vistas à unificação de todos os antifascistas na grande batalha eleitoral em curso, o general recolheu um apoio esmagador das massas, expresso em grandiosas manifestações que têm o seu ponto alto em Lisboa e no Porto, apesar da feroz repressão que Salazar desencadeia. Verdadeira "onda de terror" é como lhe chama o *Avante!* da 2ª quinzena de Junho de 1958, já depois das eleições que fraudulentamente deram a "vitória" a Américo Tomás.

Comentando as grandes jornadas de unidade anti-salazarista, o *Avante!* escreveu então:

"A patriótica decisão de unificar as duas candidaturas oposicionistas em apoio ao general Humberto Delgado, combativo candidato que soube interpretar o sentir de toda a Nação e unir todas as correntes anti-salazaristas, mobilizou todos os sectores sociais, desde a classe operária à burguesia nacional, obteve a adesão de individualidades representativas de várias organizações católicas e de muita gente que ainda há bem pouco tinha ilusões sobre o regime."

E mais adiante:

"O governo, apavorado com a sua derrota, respondeu com a violência e o terror. A juntar às

sangrentas repressões sobre indefesos portugueses, das quais resultaram muitos e muitos feridos e algumas mortes, toda a série de ilegalidades foram cometidas pelo governo para impedir a expressão da vontade popular."



Censura, impedimento da cópia dos cadernos eleitorais, roubo de alguns pela PIDE, sedes de candidatura assaltadas, prisões de muitas dezenas de oposicionistas - o próprio presidente da Comissão Nacional da Candidatura de Delgado, o Prof. Vieira de Almeida, foi preso, juntamente com vários outros dirigentes entre os quais se contavam intelectuais, operários e jovens - foi a resposta do regime que

sofrera uma grave derrota política.

A luta pela liberdade não começara ali e também não iria ali parar. O grande objectivo chegaria muito mais tarde com o 25 de Abril de 1974. Perseguido pelo ódio de Salazar e da PIDE,

o general toma o caminho do exílio onde continua a sua actividade que só veio a terminar quando os esbirros fascistas lhe puseram termo, assassinando-o.

Quando ainda não havia sido oficialmente identificados os cadáveres encontrados junto à fronteira, o Secretariado do CC do PCP escreve no *Avante!* de Maio de 1965:

"Só a luta das forças democráticas portuguesas e a opinião pública internacional poderão conseguir que as circunstâncias do crime sejam completamente esclarecidas e os seus autores castigados. Tal esclarecimento não pode ser confiado aos criminosos e seus cúmplices."

A vida deu razão a estas palavras do PCP que, assinalando

embora as diferenças políticas entre o Partido e o general, sublinhava que tais divergências "não impedem que o Partido Comunista Português preste a sua homenagem ao corajoso e intrépido combatente anti-salazarista caído na luta para libertar Portugal da tirania fascista".

Trinta anos passaram sobre um crime que só por si revela o que foi a ditadura fascista em Portugal. Nos últimos anos de vida do general, agravaram-se as divergências de orientação e acção entre o general e outras forças antifascistas. Não é este o momento para analisar e sublinhar como os planos, concepções e características pessoais do general o isolaram progressivamente das forças antifascistas e possibilitaram que, apesar das advertências dos verdadeiros amigos, se apertasse o cerco de colaboradores em quem depositava inteira confiança, e eram afinal provocadores e agentes da PIDE que, em conjunto, prepararam e executaram a armadilha de Badajoz.

Lembrando apenas sob o ponto de vista histórico estes aspectos significativos, o *Avante!* neste momento em que se comemora o 30º aniversário do crime, presta igualmente homenagem ao corajoso general assassinado pelo fascismo.

CNA critica paralisia do Governo

A Direcção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) esteve reunida no passado fim-de-semana e tomou posição sobre alguns dos actuais problemas da agricultura, criticando em comunicado a paralisia do Ministério da Agricultura, afirmando que ela é provocada «pela actual instabilidade e pela corrida geral dos governantes às acções de mera propaganda política», situação que no entender da CNA «exige uma rápida solução constitucional que crie condições para alterar este estado de coisas».

Um dos sectores analisados nesta reunião foi o do leite, onde a CNA reclama o aumento do preço à produção, o apoio financeiro para a recolha nas zonas interiores, o controlo das importações e o impedimento dos hipermercados de comercializarem os chamados «produtos brancos». Denunciada

foi a intenção do Ministério da Educação de importar leite escolar.

Também no vinho e hortofrutícolas foi criticada a importação sem controlo, a comercialização por essa via de vinhos de mistura com rótulo nacional.

A CNA exige o desvendamento dos agricultores e do sector cooperativo, acha «muito limitado» o PAMAF e deseja a criação de linhas de crédito especiais.

Por fim, a Confederação criticou as PEC (empresas de produtos pecuários e alimentação) por ter resultado num fracasso, «tal como a CNA previu e preveniu».

Para a Confederação, foram desbaratados milhões de contos e as PEC's estão transformadas em elefantes brancos, na falência e transformadas

Utentes contra privatização de Hospital Amadora/Sintra

A comissão de utentes do Hospital Prof. Dr. Fernando da Fonseca, vulgarmente conhecido por Amadora/Sintra, agendou para ontem uma conferência de imprensa, em Queluz, subordinada ao tema "A Saúde é um direito dos cidadãos".

Esta conferência de imprensa é mais uma de múltiplas iniciativas levadas a cabo por elementos da população dos dois concelhos com vista a contrariar a disposição do Governo em querer proceder à privatização do referido estabelecimento hospitalar.

